



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO
PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.**

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
EXPERIÊNCIA SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PERNAMBUCO**

MARLENE FRANKLIN CORDEIRO

RECIFE - 2011

MARLENE FRANKLIN CORDEIRO

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO:
EXPERIÊNCIA SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE – PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão do Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública, para o Desenvolvimento do Nordeste, em 22 de agosto, de 2011, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Pernambuco, área de administração, como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Pública.

Professor Doutor Orientador José Raimundo Vergolino
Professora Doutora Co-orientadora, Sylvana Maria Brandão Aguiar

Recife, agosto de 2011

Cordeiro, Marlene Franklin

Desafios da educação para o desenvolvimento socioeconômico:
experiência Santa Cruz do Capibaribe-Pernambuco / Marlene
Franklin Cordeiro. - Recife : O Autor, 2011.

168 folhas : tab., fig., graf., quad., abrev. e siglas.

Orientadora: Profº. Drº José Raimundo Vergolino.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
CCSA. Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste,
2011.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

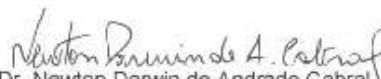
1. Educação. 2. Qualificação. 3. Cidadania. 4.
Empreendedorismo. 5. Desenvolvimento. I. Vergolino, José
Raimundo(Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE/CSA 147 - 2011

Dissertação de Mestrado apresentada por **Marlene Franklin Cordeiro** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: "**Desafios da educação para o desenvolvimento socioeconômico: experiência Santa Cruz do Capibaribe - Pernambuco**", orientado pelo Professor **José Raimundo Oliveira Vergolino** e aprovado pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:



Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino
Presidente



Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral
Examinador Externo



Prof. Dr. Alfredo de Oliveira Moraes
Examinador Interno

Recife, 30 de novembro de 2011



Profª. Drª. Sylvania Maria Brandão de Aguiar
Coordenadora do Mestrado

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento que nasce do reconhecimento do ser humano. Da sua capacidade de discernimento, da análise e reflexão dos fatos e atitudes, que de uma forma ou de outra, tiveram efetiva importância no decorrer da vida.

Na maioria das vezes é um sentimento raro, pois nos achamos auto suficientes para enfrentarmos todos os momentos sozinhos, por nossos próprios méritos e assim deixamos de valorizar o quanto, no dia a dia, somos ajudados e beneficiados por outros.

A gratidão é inclusive um dos ensinamentos bíblicos ministrados pelo Mestre dos Mestres, Jesus, que afirma; “Em tudo dai graças”.

Agradeço a Deus, dono e senhor soberano da minha vida, autor da salvação, que me conduz a cada instante, que esteve e estará sempre à frente de todo processo da minha caminhada, em todos os aspectos, dando-me sustentação e vitórias.

Sou grata aos meus amados pais, que mesmo não tendo maiores oportunidades acadêmicas, sempre valorizaram a educação, o estudo, como forma de desenvolvimento humano, acreditando que sem preparação, sem esforço não seria, nem é possível, alcançar e exercer o seu verdadeiro papel de cidadão, contribuindo efetivamente, para desenvolver o contexto no qual está inserido.

Agradeço por minha filha ser, a causa motivadora do meu empenho, a minha amada família, aos amigos particulares, aos queridos irmãos da Igreja Batista do Cordeiro - IBCOR, a igreja do coração, que me apóia e ora por mim.

Agradeço aos amigos sudenianos incentivadores e colaboradores do meu trabalho, especialmente aos que fazem a Assessoria de Gestão Institucional- AGI, Manoel Barreiros, Rubens Leite, Carmen Fonseca e Solange Lacava. E ainda, a Albertina Pereira, Cezar Augusto de Andrade, Maria Betania, Rubem Monteiro e a saudosa amiga Écila Fernandes.

Agradeço a coordenação e aos professores do mestrado pelos valiosos ensinamentos, ao orientador professor José Raimundo Vergolino pelo acompanhamento durante a elaboração desta dissertação, e, ao professor Newton Darwin de Andrade Cabral pela minuciosa correção deste trabalho.

Agradecimentos a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, instituição esta, que foi preponderante na minha vida, concedeu-me

grandes oportunidades de conhecimento e realizações, inclusive este Mestrado, que proporcionou-me uma nova visão de mundo e a reflexão para a conscientização cada vez mais efetiva, do valor do conhecimento, do ser cidadão e participar como tal, na construção de uma cidadania plena e planetária.

Damos-te graças, ó Deus, damos-te graças, pois o teu nome está perto; os que invocam o teu nome anunciam as tuas maravilhas". Salmos 75: 1

Na sociedade do conhecimento, a escola passa a ser, acima de tudo, responsável por desempenho e resultados. Para tanto lhe são atribuídas novas especificações. A escola deve proporcionar instrução universal de alto nível, muito além do que significa "instrução" hoje. Ela deve impregnar os alunos de todos os níveis e de todas as idades de motivação para aprender e de disciplina para o aprendizado contínuo.

[...] esse é um sintoma da mudança no significado do conhecimento, passando de um fim em si mesmo para um recurso, isto é, um meio de atingir determinado resultado. O que antes era conhecimento está se transformando em informação. O que era tecnologia está se tornando conhecimento. O conhecimento, como a energia central da sociedade moderna, existe em conjunto com sua aplicação e quando é submetido ao trabalho. O trabalho, contudo, não pode ser definido em termos de disciplinas. Os resultados finais são necessariamente, interdisciplinares.

RESUMO

O tema escolhido para esta dissertação, diz respeito à importância da educação como fator de mudança e mobilidade social, de democratização, de integração e de melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois sua ausência é uma das maiores razões de atraso, de desigualdades e de mazelas como país e povo. Entende-se, e procura-se demonstrar, que a educação é um pilar imprescindível no processo de desenvolvimento, construído a partir de uma perspectiva de justiça social. Para isso, o conceito de desenvolvimento vai além da visão estritamente econômica, estando ligado a ideia, que a educação possui, de desenvolvimento humano, social e econômico, e das oportunidades geradas pelo país aos cidadãos. Salienta-se nesta pesquisa, as especificidades da aglomeração produtiva, em Santa Cruz do Capibaribe e sua capacidade local de impulsionar a sobrevivência, por meio de uma atividade urbana, que promove a concentração espacial, com especialização no setor de confecção, cuja localização, aglutina vantagens de externalidades, que propiciam condições de competitividade e expansão produtiva a àquele município. Isto representa a aplicabilidade das experiências de aprendizagem, que estão integradas no cotidiano tanto pessoal, como profissional, acumuladas na vivência que trata das questões locais, relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Neste trabalho procura-se mostrar questões como, desafios da educação na realidade atual, e a qualificação profissional, no sentido da preparação, visando não apenas a mão de obra especializada, mas, que se agregue ao conhecimento, a percepção de futuro e de competência, desenvolvendo no ser humano, o saber fazer, agir, intervir e decidir, como pressuposto para o exercício pleno da cidadania. Neste contexto, observou-se quais os níveis de avanços apresentados e os impactos estratégicos às cidades têm percorrido, para atender as mudanças estruturais da sociedade civil local e globalizada. A educação é um instrumento capaz de promover a participação cidadã no espaço local e na sociedade globalizada. É um processo constitutivo do ser humano para atuar na sociedade, como agente transformador de uma realidade. Para que isto aconteça, é necessário, que a educação tenha visão de futuro e prepare as pessoas para sua inserção social, de modo a introduzi-las na cidadania mundial, aptas para atenderem às exigências naturais do processo de desenvolvimento socioeconômico, centrado na realidade vigente, com um saber crítico transformador. Ou seja, a oportunidade entre o homem e o mundo, de manusear a realidade, com recursos cada vez mais elaborados. Considera-se como um grande desafio para educação, oferecer à juventude condições de desenvolver competências para uma sociedade participativa, igualitária, com prospecção de mundo, interagindo em várias dimensões, para promover o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade.

Palavras-Chave: Educação. Qualificação. Cidadania. Empreendedorismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The theme chosen for this dissertation concerns the importance of education as a factor of change and social mobility, democratization, integration and improvement of quality of life, because its absence is a major reason for delay, and inequalities of ills as a country and people. It is understood, and seeks to demonstrate that education is an essential pillar in the development process, built from a social justice perspective. For this, the concept of development goes beyond the strict economic view, while connected to the idea that education has, in human, social and economic development, and opportunities generated by the country citizens. It should be noted in this study, the specificities of the agglomeration of production, in Santa Cruz do Capibaribe and its local capacity to boost survival by means of an urban activity, which promotes the spatial concentration, with expertise in the clothing sector, whose location, merges benefits of externalities, which provide a competitive and expanding productive to that municipality. This represents the applicability of learning experiences that are integrated in everyday life both personally, professionally, accumulated experience in dealing with local issues related to sustainable development. In this work we aimed to demonstrate issues such as education challenges in the current reality, and professional qualification, in terms of preparation, aimed not only skilled labor, but that adds to the knowledge, awareness and competence of the future, developing the human being, know-how, act, intervene and decide, as a precondition for full citizenship. In this context, it was observed that the levels of advances made and the strategic impact to the cities have come to meet the structural changes in local and global civil society. Education is an instrument to promote citizen participation in the local and the global society. It is a process of incorporation of the human being in society to act as agent of transformation a reality. For this to happen, it is necessary that education has vision for the future and prepare people for their social integration in order to introduce them in world citizenship, able to meet the requirements of the natural process of socioeconomic development, focusing on current reality with a critical knowledge transformer. That is, the opportunity between man and the world, to handle the reality with ever more elaborate features. It is considered as a major challenge for education, provide conditions for youth to develop skills for a participatory society, egalitarian, with exploration of the world, interacting in various dimensions, to promote socio-economic development with sustainability.

Keywords: Education. Qualification. Citizenship. Entrepreneurship. Development

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

BDE	Banco de Dados do Estado de Pernambuco
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
SIS	Síntese de Indicadores Sociais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desfile de 07 de setembro na Rua Grande.....	90
Figura 2 – Rua do Pátio, feira dos anos 90.....	90
Figura 3 – Inauguração do primeiro gerador de energia	90
Figura 4 – Santa Cruz, ainda como distrito de Taquaritinga do Norte.....	90
Figura 5 – Primeiro caminhão do município e centenária banda Novo Século	90
Figura 6 – Moda Center Santa Cruz	94
Figura 7 – Serra do Pará	96
Figura 8 – Secretária de Educação de Santa Cruz do Capibaribe	104
Figura 9 – Secretária de Infraestrutura	105
Figura 10- Ruas da cidade de Santa Cruz do Capibaribe	107
Figura 11 – Contraste habitacional	107
Figura 12 – Contraste de ruas	108
Figura 13 – Lixo nas Ruas	109
Figura 14 – Associação empresarial de Santa Cruz	110
Figura 15 – Faculdade de Desenvolvimento e Integração social	111
Figura 16 – Empresas de maior porte	112
Figura 17 – Empresas de menor porte	113
Figura 18 – SENAI	115
Figura 19 – Centro de Ensino Superior Santa Cruz	117
Figura 20 – Ausência de arborização.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população	91
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos empregados nos setores formais da economia, no município de Santa Cruz do Capibaribe, em 2009	95
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos empregados nos setores formais da economia de Santa Cruz do Capibaribe em relação ao estado de Pernambuco, em 2009	96
Gráfico 4 – Comparativo da situação do analfabetismo nacional, regional estadual e municipal- pessoas com 15 anos ou mais	103
Gráfico 5 – Comparativo do PIB por setores – 2008	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis e suas descrições	36
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população	91
Tabela 2 - Distribuição dos empregados por atividade nos setores formais no município de Santa Cruz do Capibaribe, e a relação entre o município e o estado de Pernambuco, em 2009	95
Tabela 3 – Saúde	98
Tabela 4 – Nível de educação	102
Tabela 5- Comparativo da situação do analfabetismo nacional, regional, estadual e municipal - pessoas com 15 anos ou mais	103
Tabela 6 – Área e população	118
Tabela 7 – Desenvolvimento humano e renda	119
Tabela 8 – Habitação e Infraestrutura	120
Tabela 9 – Economia	120
Tabela 10 – Produto Interno Bruto	121
Tabela 11 – Comparativo do PIB por setores – 2008	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL –	Arranjos Produtivos Locais
ASCAP –	Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe
BDE –	Banco de Dados do Estado
CDL –	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPAL -	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EJA -	Educação de Jovens e Adultos
FENIT –	Feira Internacional da Indústria Têxtil
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA –	Ministério do Meio Ambiente
MPOG –	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
PIB –	Produto Interno Bruto
PINTEC –	Pesquisa de Inovação Tecnológica
PISA –	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNICEF –	Fundo das Nações Unidas para a Infância.
SEBRAE –	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFOR/MTb –	Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho.
SIS –	Síntese de Indicadores Sociais
SUDENE –	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Microrregião do alto Capibaribe	88
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Capítulo 1 – EDUCAÇÃO VETOR DO DESENVOLVIMENTO	41
1.1 Educação e construção da Cidadania	43
1.2 Educação e Desenvolvimento – um velho discurso	49
1.3 Interação entre diversos tipos de capital e desenvolvimento sustentável	53
1.4 Educação do futuro	55
Capítulo 2 - Qualificação profissional e o desenvolvimento socioeconômico	64
2.1 Qualificação formal e sua concepção	65
2.2 Concepção de qualificação segundo o modelo taylorista	67
2.3 O trabalhador e a qualificação social do trabalho	69
2.4 Noções de Competência	76
Capítulo 3 - Desafios para desenvolver um processo educacional ..	80
Capítulo 4 - Santa Cruz: Diferença conjuntural e mecanismos de superação	88
4.1 Retrospectiva Histórica e Conjuntural	88
4.2 Fotos Históricas	90
4.3 Alicerces do Desenvolvimento e mecanismos de superação .	91
4.4 Aspectos Conjunturais e Santa Cruz no Desenvolvimento local	93
Capítulo 5 - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	100
5.1 Análise de Resultados	100
5.2 Indicadores de Educação	101
5.3 Resultado das entrevistas realizadas.....	104
5.4 Instituições Locais.....	109
5.5 Outras informações educacionais	115
5.6 Consolidações Matriciais	118

5.7 Comentários Gerais sobre as informações Coletadas.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A – Entrevistas realizadas em Santa Cruz do Capibaribe .	136
APÊNDICE B – Entrevistas consolidadas	155
ANEXO – Parecer CEE/PE nº 171/2006-CEB	160

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. Uma nova visão está entrando rapidamente no universo da educação, de que, além do currículo tradicional, os alunos devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participarem como cidadãos e como profissionais.

Na sociedade do conhecimento, a informação e o conhecimento constituem o seu principal ativo intangível e gerador de riquezas. Neste contexto, a educação e o aprendizado, são fatores importantes para a redução de assimetrias sociais e como forças estimuladoras do desenvolvimento econômico.

Werthein (2003) ao analisar países bem sucedidos que há 30 anos enfrentavam sérias dificuldades socioeconômicas e que priorizaram o ensino de qualidade de sua população, registra hoje alto nível educacional, crescimento econômico, aumento da renda da população, maior volume de exportações e melhoria no nível do emprego.

Os investimentos em educação, ciência e tecnologia, podem ser decisivos para o desenvolvimento humano, social e econômico de um povo, sobretudo quando a exclusão social é mais gritante, como é o caso do Brasil. Os desafios são enormes, porém poderão ser superados pela coalizão de vontade política, para definir a prioridade nacional. Esta visão de que cada pessoa pode ser dono de sua própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que estão ocorrendo no país.

A relação entre educação e desenvolvimento já foi profundamente comprovada por órgãos nacionais como o IPEA e instituições vinculadas as Nações Unidas, como Cepal, UNESCO e UNICEF. Porém alertam para os riscos de não se investir na educação, como condição para deter o aumento das desigualdades e o avanço da pobreza. Kliksberg (2001) demonstra este fato analisando a situação da América

Latina, onde a brecha de escolaridade, entre os 10% mais ricos e os 30% mais pobres, é de pelo menos sete anos de estudo. No caso do Brasil, estudo do IPEA de 2002, cita que:

O impacto de um ano extra na escolaridade média da população deve aumentar a taxa de crescimento anual da renda per capita em 0,35 pontos percentual.

O SIS/IBGE em relação à educação, apresenta a evolução entre 1999 e 2009, com aumento por exemplo, do percentual de pessoas que frequentam instituições de ensino em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade – embora o rendimento familiar per capita, ainda, seja um fator de desigualdade no acesso à escola, sobretudo nos níveis de ensino não obrigatórios (infantil, médio e superior).

Apesar da maior democratização no acesso ao sistema escolar, a adequação idade/nível educacional ainda é um desafio, principalmente na faixa de 15 a 17 anos de idade, em que só 50,9% dos estudantes estão no grau adequado (ensino médio).

Entretanto, mesmo com os estudos comprobatórios, esta relação ainda não foi assumida como premissa pelos governos brasileiros. Apesar de ter-se melhorado os indicadores de acesso à escola, ainda amarga-se com indicadores que denunciam uma escola pública que mantém com dificuldade seu aluno. Pois não consegue promover um conhecimento de qualidade e assim coloca-o à margem de melhores possibilidades de renda e do exercício de uma cidadania plena, que no seu conceito atual, pode ser resumido como o direito a ter direitos.

Direitos estes, que envolvem todos os aspectos da vida humana, tais como: Direitos civis (como o direito a vida, a liberdade, a igualdade, a propriedade), direitos políticos (participar no destino da sociedade, votar e ser votado) e os direitos sociais (direito a educação, ao trabalho, a saúde). O que para Brose (2004) significa que, não ter acesso a estes direitos é privá-lo da “*participação na vida social, econômica e política*”, gerando ainda mais, as desigualdades sociais.

Acresce-se a isso a importância da educação, quando se consideram as alternativas de busca de oportunidades de trabalho e renda nas estratégias de

desenvolvimento local sustentável, empreendidas por diversos atores institucionais por este país.

Pode-se dizer, que se está diante de um processo de desenvolvimento local, quando houver um processo de aproveitamento dos recursos e riquezas de um determinado local ou região, os quais possam ser valorizados e transformados pelo efetivo envolvimento da comunidade, resultando na melhoria da qualidade de vida da população, por meio da geração de emprego, renda e acesso à saúde e educação.

Com o peso crescente das iniciativas locais, é natural que da educação se espere não só conhecimentos gerais, mas as compreensões de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local. Daí a necessidade de investir na formação de pessoas conscientes e envolvidas no seu ambiente, pois como diz Dowbor (2006):

A idéia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada à compreensão e a necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. (p.1)

Para assegurar a melhoria constante da qualidade de vida para esta e para as futuras gerações, é urgente refletir sobre os objetivos e metas, a serem perseguidos, para o alcance do respeito a nosso patrimônio comum – o planeta em que vivemos. A educação para o desenvolvimento socioeconômico é um esforço vital que desafia indivíduos, instituições e sociedades a olhar o amanhã como um dia que pertence a todos, pois, do contrário, não pertencerá a ninguém.

Quando se lê a imprensa, ou revista técnica, parece-nos que tudo está globalizado. A globalização é um fato indiscutível, diretamente ligado às transformações tecnológicas da atualidade e à concentração mundial do poder econômico. Mas nem tudo foi globalizado. Quando são vistas dinâmicas simples, mas essenciais para a nossa vida, encontra-se o espaço local. Enfim, grande parte do que constitui o que hoje chamamos de qualidade de vida não depende muito da

globalização (ainda que possa sofrer os impactos da globalização), depende, sim, de iniciativa local.

Promover o desenvolvimento econômico local não significa voltar às costas para os processos mais amplos, significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade. Vale ressaltar que o “local”, aqui mencionado, não dimensiona localidade e sim espacialidade, territorialidade.

É interessante constatar que quanto mais se desenvolve a Globalização, mas as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato, NAISBITT, pesquisador americano, chegou a chamar este processo de duas vias, de globalização e de localização, de “paradoxo global”. Na realidade, a nossa cidadania se exerce em diversos níveis, mas é no plano local, que a participação pode expressar-se de forma mais concreta.

É preciso considerar que as sociedades e sua diversidade de ideologias assumem faces diferentes, conforme seus múltiplos projetos e as condições materiais e culturais que as cercam. Neste contexto da globalização, subsidiar a concretização de um protagonismo para os cidadãos atingirem o desenvolvimento sustentável é um problema de pesquisa.

Assim, pensando na exclusão social que existe no Brasil e na clareza de que a construção da cidadania, o desenvolvimento do capital humano e social, a tão desejada inclusão social, não se restringe apenas ao local, vai mais além, numa prospecção de mundo. Desenvolveu-se este estudo sobre o processo da educação para a civilização, como instrumento de desenvolvimento da consciência crítica, que favorece o protagonismo da população para um desenvolvimento sustentável.

O foco desta análise refere-se à relação entre a desigualdade de renda e os indicadores educacionais, partindo da compreensão de que o Brasil é um dos países que apresenta maior disparidade econômica entre os segmentos populacionais. A análise de alguns indicadores educacionais revela a relação existente entre as condições econômicas da população e os níveis educacionais dos diferentes segmentos sociais.

Os estudos seminais de Schultz (1963) mostraram que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, é um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica. A partir desses dois estudos, muitos outros pesquisadores procuraram respostas no capital humano para suas indagações a respeito do crescimento econômico, do comportamento dos indivíduos no mercado de trabalho, e do combate a desigualdade de renda e a pobreza no mundo.

Diante dos paradoxos, que não se esgotam aqui, é preciso pensar nos dilemas evidenciados e nos desafios que se tem pela frente, para mudar o rumo da educação na proposição de uma nova sociedade, que não se projeta mais provincialmente e sim de forma universalizada.

Com essa pesquisa pretendeu-se identificar alguns dos desafios e também potencialidades da educação, como principal fator na promoção do desenvolvimento socioeconômico do município de Santa Cruz do Capibaribe em Pernambuco.

Os argumentos teóricos e evidências empíricas que se encontram na literatura nacional e internacional sobre o crescimento econômico, atestam a importância do capital humano para a sustentabilidade do crescimento econômico dos países.

As sociedades modernas têm sofrido transformações profundas e são desafiadas a concepções e práticas de uma Educação para a Cidadania. Porém, o que se tem visto é o declínio crescente do modelo educativo, que não está vinculado a uma política de preparar o cidadão face ao Estado. Em seu lugar cresce um modelo de educação que encara o cidadão como um agente social, com um conjunto de competências cognitivas, éticas e de ação que o capacite a ter melhoria da qualidade dos contextos sociais onde vive e trabalha.

Um novo tipo de cultura educativa e de formação para a cidadania requer que se entrelace o formal e o informal, os referenciais teóricos e a vida concreta, a escolaridade obrigatória e a educação ao longo da vida. Inclusive a reformulação dos currículos, para que possam contribuir com a problematização da educação

para a cidadania, enquanto domínio de pensamento e ação susceptível à participação ativa dos estudantes cidadãos, no espaço público.

Considerar os cidadãos como autores sociais e sujeitos de direitos, significa assegurar a eles uma educação de qualidade. Para isso, faz-se necessário ter como premissa às diversidades e especificidades que caracterizam a sociedade.

É necessário promover a compreensão dos fundamentos filosóficos, políticos e sociológicos da educação para a cidadania, procurando capacitar os estudantes, para o entendimento da emergência histórica, deste domínio nos sistemas educativos e fornecer elementos teórico-práticos, de natureza metodológica, na intervenção do cidadão no processo de desenvolvimento, como principal autor e ator das transformações sociais e econômicas.

A desigualdade social é elemento cada vez mais presente no cotidiano das grandes cidades brasileiras. Este fenômeno tem se caracterizado como marca dos grandes centros urbanos, que são capazes de congrega, em uma mesma localidade, diferentes grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos.

Dado o contexto de exclusão/inclusão social analisa-se a importância que a Educação assume neste processo. A escolarização e o analfabetismo configuram-se como índices de desenvolvimento humano de grande importância e a atuação em escolas públicas instigou a refletir sobre a desigualdade social, seu impacto no sistema educacional e sobre alguns desafios inerentes à prática pedagógica com vistas à superação deste quadro.

Os dados mais recentes contidos no Mapa de Analfabetismo do Brasil, atualizado em 29/04/2011, no Portal do conhecimento – web estudante, retratam a grave situação brasileira, quando informam que existem no Brasil 9,7% (cerca de 14,1 milhões) de analfabetos absolutos, com 15 anos ou mais diz o censo de 2010 e 20,3% (cerca de 28,9 milhões) de analfabetos funcionais. O nordeste brasileiro tem a maior taxa de analfabetismo do País, 18,7% de analfabetos absolutos, o que

corresponde a quase 50% do total do País, e 30,8% funcionais, com um contingente de mais de 38,9 milhões de analfabetos funcionais.

Na avaliação do PISA, a educação brasileira ficou em posição bastante incômoda e altamente preocupante. No último ranking, com os resultados da avaliação de 2006, o Brasil ocupou o 49º lugar (entre 56 países) em Leitura; 54º lugar em Matemática (entre 57 países); e 52º lugar em Ciências, dentre todos os participantes, uma das piores classificações da lista.

Quanto à tecnologia, nos países desenvolvidos as empresas privadas costumam participar com 30% nos gastos totais de pesquisa e desenvolvimento. Nas empresas brasileiras, apesar da tendência de aumento da inovação, a comparação internacional coloca o Brasil como uma nação em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico e com avanços mais lentos do que os verificados em países desenvolvidos e demais em desenvolvimento.

Para que o Brasil reduza a defasagem tecnológica que o separa dos países desenvolvidos, é essencial acelerar o ritmo de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O crescimento da taxa de inovação nas empresas brasileiras, foi de 31,52% para 38,11%, entre 1998 e 2008, (PINTEC).

Todas estas pesquisas mostram que ter menos pessoas educadas e menor produção de conhecimentos é uma deficiência que pesa no presente e no futuro. É uma questão que precisa ser solucionada.

O interesse pelo estudo das questões envolvendo a educação e o desenvolvimento socioeconômico ganha força quando se analisa localidades que alcançaram um razoável crescimento econômico e, no entanto, não avançaram em relação ao desenvolvimento local e às características determinantes para assim classificá-lo. Para isto, é necessário atender os pressupostos essenciais de melhoria das condições e qualidade de vida da população, de acessibilidade aos direitos inerentes ao ser humano.

Com este estudo foi possível aprofundar um pouco mais, os fatores que dificultam o alcance do desenvolvimento e quais os desafios, que a sociedade precisa enfrentar na busca de transformar um crescimento econômico, proveniente muitas vezes de circunstâncias contextuais e externas, em um desenvolvimento real, que significa melhorar a qualidade de vida da população.

A perspectiva crítica da educação, de acordo com a pedagogia, histórico-crítica, consiste numa certa *problematização* do fenômeno educativo, em função da problematização da realidade social. O problema significa uma *necessidade de resposta a uma situação existencial dada*, uma necessidade de questionamento e de resposta à qual o ser humano não pode se furtar pelo fato de lhe comprometer diretamente, por influir na sua existência (SAVIANI, 1994).

A problematização a que Saviani submeteu a educação, seguindo uma determinada linha crítica de pensamento própria de uma conjuntura moderna e do predomínio do capitalismo, consistiu em articulá-la (a educação) à instância das relações sociais e das relações de produção. Deste modo, foi estabelecida uma ênfase economicista, já que o pano de fundo ou o motor da dinâmica histórica repousava, exclusivamente, na organização social do trabalho e nas relações econômicas.

A motivação e a racionalidade para os investimentos em capital educacional são os impactos e incrementos que o capital educacional tem sobre os diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do país. Esses impactos, juntamente com os custos desse investimento, definem a sua taxa de retorno e, portanto, se existe sub ou sob investimento deste tipo de capital. Apesar da crença de que existe um sistemático sub investimento em educação no Brasil, poucas têm sido as tentativas de se avaliar, de forma abrangente, os impactos da educação no país.

Este cenário comprometedor enfraquece os elos que deveriam fortalecer a participação dos cidadãos na sociedade. Nesse sentido, um verdadeiro desenvolvimento sustentável deve contemplar a diversidade e alteridade cósmica, ou seja, os avanços e transformações que acontece no mundo.

Investir no desenvolvimento sustentável é investir na educação, na pessoa do entendimento, da consciência crítica, no protagonista do presente e do futuro, pois liberto, libertará. Somente assim, pode-se afirmar a legitimidade no desenvolvimento, de forma mais consciente e democrática, sensíveis à diversidade e ao direito de representação das pessoas, como verdadeiros cidadãos críticos e autônomos, competitivos, pois a educação pressupõe todos estes atributos.

Trata-se de forjar estratégias e mecanismos adequados às demandas e necessidades de cada segmento que compõe as sociedades, de modo que, apesar das distâncias sociais, econômicas e culturais, as pessoas tenham acesso pleno aos direitos universais e atinjam a condição de cidadãos críticos, autônomos e participativos. Somente considerando as diferenças e criando mecanismos efetivos de conscientização e participação, viabilizar-se-á o projeto de uma sociedade mais igualitária.

Observa-se como em Amartya Sen (2000), houve a introdução de outros valores para se corrigirem os desvios provocados pelos modelos econômicos reféns do capital. A própria criação do IDH leva em conta, não apenas a riqueza produzida pela avaliação do PIB, mas, também, aspectos de saúde – traduzidos na consideração da taxa de mortalidade infantil – e educação – considerados pela taxa de analfabetismo. Passou-se, assim, a um conceito de desenvolvimento que considerava questões de cunho social.

Com o aperfeiçoamento do ser humano, em termos individuais, foi adotado um novo paradigma de aperfeiçoamento nos membros da sociedade, uma vez que ela passa a ser uma sociedade diferente: globalizada.

Com essa perspectiva e à luz do que Celso Furtado diz em um dos seus derradeiros pronunciamentos: "só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente". (grifo nosso). (SILVA, 2006).

Foi com este entendimento que na década de 50, quando o Nordeste apresentava um cenário de comunidades inteiras com acentuadas quedas nos padrões socioeconômicos, quando a renda per capita nordestina registrou uma redução de 15%, e os índices de produção caíram em 6%, no que se refere a sua participação na renda nacional, foi criado um grupo de trabalho GTDN, para realizar um minucioso levantamento das questões regionais.

Estudo este, apresentado por Celso Furtado ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek que resultou na aprovação, pelo Congresso Nacional, da criação da SUDENE, em 15 de dezembro de 1959, sendo nomeado para o cargo de superintendente o protagonista do processo: o economista paraibano Celso Furtado.

O trabalho realizado orientava a atuação da SUDENE para a criação de uma infraestrutura econômica regional, o aproveitamento racional dos recursos hídricos e minerais, a reestruturação da base agrícola e a racionalização do abastecimento. Também para a melhoria dos sistemas de saúde e de educação de base, além do levantamento cartográfico que fazia parte das diretrizes do órgão.

Essas ações foram responsáveis pela melhoria gradual dos índices econômicos nordestinos sem, no entanto, significar grandes avanços no campo social.

Verifica-se que, mesmo com programas e iniciativas atualmente implantados, esses avanços continuam lentos, sem muita expressividade, a exemplo do que acontece com a educação, mais especificamente com as elevadas taxas de analfabetismo, principalmente no Nordeste, onde as disparidades e desigualdades assumem percentuais alarmantes.

As taxas de analfabetismo revelam pronunciadas desigualdades entre as regiões e também em relação às características socioeconômicas da população. Em 2006, a taxa média brasileira era de 10,4%, porém, no Nordeste, 20,7% da população era analfabeta, enquanto no Sul, a proporção era de 5,7%. Ou seja, o Nordeste apresentava uma taxa de analfabetismo quase quatro vezes maior que a

da Região Sul. A incidência do analfabetismo é 11 vezes maior no quinto mais pobre da população, em comparação com o quinto mais rico.

Várias causas incidem para os resultados acima mencionados, das quais se destacam as limitadas oportunidades de acesso a cursos de alfabetização, as deficiências da qualidade de ensino, a descontinuidade no processo de escolarização, entre outros que afetam o desempenho educacional. Enfatiza-se, entre essas causas, o mau desempenho no ensino fundamental, abandonado por muitos ainda em situação de analfabetismo.

Para que ocorra essa transformação no modelo econômico, ou para garantir essa característica de sustentabilidade, a educação desempenha um papel fundamental em todas as camadas da população, quer seja esta classificada por faixa etária, nível econômico ou outro critério.

O desenvolvimento humano é um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas. Em princípio, essas possibilidades podem ser infinitas e evoluir com o tempo.

Contudo, em qualquer nível de desenvolvimento, as três principais características, do ponto de vista das pessoas, são: *Ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente.* [...] (MMA/PNUD, 2005).

O conceito de desenvolvimento humano é, pois, muito mais vasto do que as teorias clássicas de desenvolvimento econômico. Nesse cenário, a educação tem de estar voltada ao desenvolvimento humano e econômico sustentável.

A educação diz respeito a todos e no decorrer de toda a vida, e deve estar preocupada com a desigualdade no mundo, a degradação ambiental, o aumento da pobreza, a exclusão social e por questionar o modelo de dominação vigente.

Buscando a concepção de educação em Paulo Freire, como instrumento do desenvolvimento da consciência crítica das pessoas, caracteriza-se a educação como instrumento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Compreendendo a realidade, interferindo efetivamente no processo de reformulação e construção, o ser humano será capaz de criar e participar da gestão de projetos e políticas sustentáveis, rompendo com a ideologia dominante, valorizando a essência humana, respeitando a natureza.

Sobressai, ainda, como característica desse momento tecnológico, a rápida mutação a que essas mesmas manifestações econômicas, sociais, entre outras, são submetidas e mostra a oscilação permanente da situação real.

Constata-se historicamente, que não houve um desenvolvimento significativo das políticas públicas sociais, destacando educação.

Nesta pirâmide conjuntural, *político/social/econômica*, busca-se descobrir como atuar no território, levantando-se ao mesmo tempo, entraves, dificuldades, desafios, potencialidades e estratégias de atuação, que sejam instrumentos transformadores do cenário atual.

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local e, ao mesmo tempo, assegurar a conservação dos recursos naturais.

Em Pernambuco a experiência de Santa Cruz do Capibaribe é interessante e vale a pena ser estudada. Existem vários trabalhos sobre esta experiência, no entanto nos motivou a questão do acentuado desenvolvimento econômico que tem acontecido ao longo dos anos. Assim investigamos, qual tem sido a influência das políticas públicas, principalmente a educação, para que não se configure o desenvolvimento apenas econômico, mas o desenvolvimento social com sustentabilidade.

Para isto, dados e informações iniciais foram coletadas, para um primeiro contato com o objeto da pesquisa empreendida, de identificação e prospecção de estratégias para o desenvolvimento socioeconômico local, que serão abordados no

capítulo cinco (5) desta dissertação, quando forem apresentados os resultados dos estudos e análises realizados.

Os primeiros sinais da organização do aglomerado de confecções em Santa Cruz, à época ainda distrito de Taquaritinga do Norte, apontam para o final da década de quarenta. As condições materiais do local não pareciam diferir das demais regiões do agreste pernambucano.

A área do semiárido tinha, de um lado, a seca, como fenômeno recorrente com um grande contingente de mão-de-obra excedente e carente de rendas; de outro, um aprendizado doméstico em confecções e a falta de investimentos.

Da história dos primórdios até o presente observa-se a existência de milhares de médios, micro e pequenos produtores, existindo em Santa Cruz do Capibaribe, aproximadamente 13.000 empresas segundo informação da ASCAP – 2011.

Este município apresentava um perfil agrícola, com condições de trabalho desfavoráveis, pelas dificuldades de ordem climática e falta de incentivos do governo, para o pequeno produtor rural. Por outro lado, era observada a melhoria de renda do município onde se desenvolvia o trabalho de confecção. Foi este o fator decisivo que justificou a adesão da população às atividades urbanas naquela localidade.

Na vivência de diferentes ambientes de atuação da educação e diante de problemas sociais e econômicos que se acumulam, o desenvolvimento regional, especialmente no Nordeste, tem tornado territórios na sua maioria estagnados, ou menos dinâmicos, aumentando, desta forma as desigualdades inter e intra-regionais. Por isso, é fundamental a realização de estudos que pretendam principalmente aprofundar questões que não tenham sido satisfatoriamente equacionadas.

No caso do município supracitado as informações foram obtidas por vários meios, inclusive por comentários feitos por Willami Feitosa em artigo publicado na Conjuntura Política e Social (dez. 2009). Pode-se perceber o notório crescimento econômico, ocorrido nos últimos 20 anos, nas cidades que fazem parte do Pólo de

Confecções do Agreste (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru). Fruto do processo de produção de confecção, no passado, de forma artesanal e, hoje, com o uso de tecnologias industriais, como o corte computadorizado, entre outros.

Durante esses anos, houve adaptações no meio social e comercial. Com a construção de centros comerciais como o Parque de Feira, em Toritama, o Parque 18 de Maio, em Caruaru e o Moda Conter, em Santa Cruz. A região consolidou, de vez, seu papel de grande produtora de confecção do país e da América Latina.

Ideias novas como rodadas de negócios e intercâmbios de informações e tecnologias, adquiridas em feiras como a FENIT, têm proporcionado o fortalecimento deste arranjo produtivo local. Entretanto, observa-se que ocorre em maior escala o crescimento econômico e não, de fato, o desenvolvimento local sustentável. A diferença está que no crescimento ocorre o aumento da riqueza, já no desenvolvimento ocorre o aumento da riqueza atrelada a uma melhor qualidade de vida, no que se refere à educação, saúde, lazer e segurança, entre outros.

Qual seria, na verdade, o caminho a ser traçado em busca do desenvolvimento? Que mecanismos e instrumentos poderiam contribuir para proporcionar melhores condições de vida a esta cidade, foco do nosso estudo?

Observa-se que os programas de educação e capacitação tecnológica, tanto na educação formal, em escolas públicas e privadas, como em projetos desenvolvidos por várias instituições, inclusive pela SUDENE (1998/2001), são focados mais diretamente na melhoria das condições e qualidade de vida da população carente da região Nordeste. No entanto, os resultados não têm atingido as metas propostas.

O que existe, no momento, são perspectivas de desenvolvimento “capengas”, que não traduzem as reais necessidades da sociedade e, assim, não apresentam propostas eficientes, eficazes, que, sem dúvida, promoveriam resultados positivos para a consolidação e efetivação do desenvolvimento sustentável.

Para o desenvolvimento deste trabalho, procurou-se focar e aprofundar questões que se interligam, tais como: Até onde a educação é capaz de despertar o sentido da cidadania e a idéia de que se deva contribuir da melhor forma para o bem comum da sociedade que nos acolhe? Que caminho se pode buscar para a redução das desigualdades sociais? Que caminhos, para a redução do número dos socialmente excluídos?

Se a educação tem esse papel estratégico e fundamental, o que falta para que permaneçam os índices insatisfatórios, para que o desenvolvimento sustentável venha a de fato, ocorrer?

Por que a educação, uma política social transversal, que perpassa todas as demais, não tem conseguido minimizar as disparidades regionais? Como resolver, em parte, ou pelo menos atenuar os problemas sociais, econômicos e políticos nas suas várias dimensões? O que realmente falta para que “as coisas” de fato aconteçam?

De que forma a educação pode assumir seu relevante papel, como fator de mudança socioeconômica, na promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Cruz do Capibaribe, favorecendo a melhoria das condições de vida do cidadão?

Questões de problematização, como as acima apresentadas, foram objeto de estudo e verificação ao longo da pesquisa qualitativa. Pretendeu-se contribuir reflexivamente na proposição de instrumentos, mecanismos e, quiçá, novos paradigmas educacionais, no processo de construção de uma nova sociedade.

Como objetivo geral, procurou-se identificar desafios e potencialidades, que demonstrassem a função social da educação, como fator preponderante no desenvolvimento socioeconômico, tendo como referência empírica, o APL de Santa Cruz do Capibaribe, no agreste pernambucano.

Para conseguir alcançar este objetivo, foram enfocados alguns pontos importantes que pudessem contribuir como resposta aos questionamentos levantados. Tais como:

- Demonstrar a importância da Educação para o desenvolvimento socioeconômico no APL de Santa Cruz do Capibaribe;
- Analisar a situação atual do APL de confecções em Santa Cruz do Capibaribe no tocante aos avanços tecnológicos e organizacionais e à contribuição do componente educação, para esse fim;
- Levantar as principais dificuldades para desenvolver um processo educacional fundamentado nas demandas locais;
- Analisar de que forma a qualificação profissional contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Com o estudo e a análise realizada do que vem ocorrendo, em relação ao desenvolvimento do aglomerado de confecções no Agreste de Pernambuco, especificamente em Santa Cruz do Capibaribe, a partir das relações socioeconômicas e socioespaciais, que atualmente geram empregos e renda para milhares de famílias. Observou-se que o município apresenta sérios problemas de políticas sociais que vem provocando problemas ambientais gravíssimos com o uso de produtos químicos para descoloração e lavagem de tecidos (externalidades negativas). Também as relações de trabalho têm sido precárias por conta da informalidade e da produção flexível.

Por esta razão, foi feita a análise sobre estas relações enfatizando a necessidade de políticas públicas planejadas e executadas, no intuito de garantir melhoria na qualidade de vida da população. Entende-se que a difusão do conhecimento e as competências para estruturar a economia local, configuram-se na forma de gerar bens com valores agregados de grande qualidade e inovadores.

Nesta perspectiva, este trabalho investigou e apresenta determinados enunciados, que contribuem para refletir e talvez responder a alguns

questionamentos do papel da educação no contexto do desenvolvimento socioeconômico, em relação à organização econômica e social centrada na posse da informação, do conhecimento e no potencial do capital humano.

Admite-se, inicialmente, que o reconhecimento para desenvolver capacidades competitivas nas pequenas empresas, necessita contar com o apoio público, no sentido de ajudar a corrigir as falhas do mercado, vinculadas principalmente à imperfeição dos mercados de capital, financiamento e crédito, à capacitação de pessoas e à inovação tecnológica que justificam as medidas das políticas de fomento que têm firmado um novo desenho de desenvolvimento.

Nos últimos anos, têm proliferado acentuadas experiências e abordagens, em âmbito nacional e internacional, que valorizam o território. Especialmente em suas dimensões locais, voltadas para a valorização de cadeias e redes produtivas, como os APLs, que, em menor ou maior grau, têm buscado estratégias para a melhor aplicação dos recursos e fatores produtivos locais, como forma de aprimorarem suas competências e promoverem vantagens competitivas.

As mudanças que se processam nesta região, na organização do processo produtivo têm incidido sobre a reflexão e a produção acadêmica por meio das diversas áreas do conhecimento para uma melhor interpretação da realidade.

No entanto as relações socioespaciais precisam ser aprofundadas. Este tipo de estudo é de fundamental importância, pois, de certa forma, gera o ufanismo que apresenta o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, quando se têm apresentado apenas aspectos quantitativos deste crescimento, sem aprofundar os aspectos qualitativos da realidade, a partir da construção do espaço.

Para respondermos a problematização enunciada neste trabalho, foi utilizado o método qualitativo com o apoio de dados quantitativos baseados em estatística descritiva. Foi realizado o Estudo de Caso do município de Santa Cruz do Capibaribe, dos APLs de confecções e que está contextualizado no pólo têxtil do agreste pernambucano.

Utilizou-se a classificação de pesquisa, quanto aos Fins: Exploratória e Descritiva, por expor características de determinados fenômenos correlatos entre as variáveis da pesquisa. Explicativa porque explica relações causais entre indicadores selecionados e analisa os diversos fenômenos que compõem o objeto. Também quanto aos Meios: utilizou-se o Método Dedutivo, de pesquisa bibliográfico-documental, investigando documentos conservados nos órgãos públicos e privados de qualquer natureza e o estudo sistematizado com base em publicações, redes eletrônicas, de fontes primárias ou secundárias. E ainda o Estudo de Caso por estar restrito a uma comunidade.

Para a validação externa, das estratégias e técnicas utilizadas, usou-se as informações e a base na qual os dados foram coletados, como meio de garantir um quadro claro dos métodos utilizados. A bibliografia pesquisada forneceu elementos e conceitos fundamentais, e, indicadores para alcançar os resultados propostos.

Para tentar responder aos questionamentos que embasaram esta pesquisa, além dos instrumentos e mecanismos definidos, foi utilizada a metodologia aplicada. Foram ainda selecionadas, variáveis tanto dependentes, como independentes que permitiram maior aproveitamento dos recursos estratégicos e resultados mais factíveis de respostas ao problema levantado.

A elaboração de variáveis e seus respectivos indicadores, tais como: Educação, Trabalho e Renda, Relações Socioeconômicas e o papel das Instituições, descritos em tabelas e gráficos, deram condições comparativas de análise, num limite espacial, que permitiu avaliar o crescimento e desenvolvimento da população, de acordo com as variáveis selecionadas.

A seleção das variáveis foi montada conforme o quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Variáveis e suas descrições

Variáveis	Descrições	Meios de verificação ou fontes dos dados básicos
Educação	Taxa de Analfabetismo absoluto	IBGE/Censo, PNAD
	Taxa de analfabetos funcionais	IBGE/Censo, PNAD
	Media de anos de estudo da população	
	Número de instituições de ensino superior	
	Número de matrículas e concluintes do ensino superior	INEP/Censo Escolar
	Número de cursos de qualificação profissional	
Trabalho e Rendimento	Proporção de empregados e trabalhadores domésticos com carteira assinada	
	Proporção da população ocupada que contribui para a previdência social.	IBGE/Censo, PNAD
	População Economicamente Ativa - PEA	IBGE/Censo, PNAD.
	Rendimento médio mensal familiar per capita	IBGE/Censo, PNAD.
Relações socioeconômicas	PIB per capita	IBGE e Instituições Estaduais
	Número de empregados no mercado formal	Instituições Municipais
	Média de empregados	
	Taxa de desemprego	
	Intercâmbio local de informações relacionadas a mercados e consumidores	Empresas Locais
	Estabelecimentos de saúde	IBGE/BDE
	Taxa de mortalidade por faixa	IBGE/BDE
	Infraestrutura domiciliar	BDE
	Saneamento básico	Instituição Municipal
Papel das Instituições Locais	Uso dos serviços dos centros de tecnologia de confecções	
	Importância e contribuição de instituições de negócios	SENAI

Continua

Variáveis	Descrições	Meios de verificação ou fontes dos dados básicos
	Número e importância das associações de negócios	ASCAP/Santa Cruz
	Número e importância dos conselhos municipais;	

Fonte: Elaboração Própria

A variável “educação”, por ser o objeto principal do trabalho, foi considerada como variável dependente, pois necessita dos dados e informações de outras variáveis, que, neste contexto, são independentes, pois os resultados das demais, explicam e influenciam a variação da variável dependente.

O modelo utilizado teve o intuito de verificar a interferência, da transferência de conhecimento entre participantes do APL de confecções em Santa Cruz do Capibaribe/PE. O papel das instituições, bem como a existência de relações socioeconômicas, foi considerado variável, o que permitiu verificar os desafios do processo educacional no desenvolvimento socioeconômico sustentável. E de que forma poderão ser trabalhadas as potencialidades locais, a fim de tornar estes recursos estratégicos, em vantagem competitiva, com vistas ao fortalecimento da região.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas, para uma amostragem da realidade local e posteriormente trabalhadas de forma a embasarem as considerações finais, a respeito de Santa Cruz do Capibaribe.

A interpretação dos dados foi evidenciada, sob o crivo dos objetivos e as conclusões, e constituiu-se no contrabalanço dos dados com a teoria. De forma que permitiu respostas às perguntas da pesquisa. Também, possibilitou uma analogia, com estudos assemelhados de maneira que os resultados obtidos foram comparados com resultados similares, para destacar-se pontos em comum e pontos de discordância.

Em resumo, representa como foram analisados os dados da pesquisa, observando-se as tendências. Nas abordagens qualitativas, as respostas foram

interpretadas global e individualmente e quando quantitativas, utilizadas tabelas e estatísticas.

A evolução das atividades voltadas à confecção confirma a caracterização da região como um pólo têxtil e, sem dúvida, apontará pontos que precisam ser trabalhados, para possibilitar que a região continue seu ciclo de vida e de desenvolvimento local.

Os elementos conceituais que fundamentaram este trabalho. tiveram como base alguns dos referenciais que existem a respeito da educação, nos vários contextos e em todos os aspectos da vida humana. Porém, o que direcionou a pesquisa, diante das evidências trabalhadas em educação, foi a situação em que a mesma se encontra, e quais as possíveis contribuições que poderão avançar o processo do desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável.

A proposta é pesquisar e aprofundar a questão da educação como desafio à transformação das condições de vida da população; investigar sobre as verdadeiras bases, que podem promover mudanças significativas e fortalecer a participação dos cidadãos na sociedade, e assim, contribuir para o desenvolvimento de uma legitimidade mais consciente e democrática, sensíveis à diversidade e ao direito de representação de pessoas mais críticas, autônomas e competitivas, pois todos estes atributos pressupõem, Educação.

No decorrer do processo foram feitas leituras de diversos autores, entre eles Adam Smith, Peter Drucker, Vieira Pinto, Edgar Morin e ainda consultas a sites, livros, buscas a artigos, resenhas pela Internet e outros meios. Porém, foram referenciados para a composição do quadro teórico alguns autores considerados relevantes para o aprofundamento dos estudos e para que serviram de embasamento na construção deste trabalho.

Consultas e pesquisas foram realizadas a filósofos como Marx, cujas idéias atravessaram o tempo, mostrando um profundo sentimento de humanismo e um desejo de transformar a vida em alguma coisa digna de ser vivida.

Para Marx a educação é um dos componentes que formam a superestrutura da sociedade. Por isso, para compreendê-la de fato, é necessário conhecer o seu enraizamento na sociedade e os mecanismos que a regem.

A concepção de ser humano desenvolvida por Marx e Engels considera o trabalho como a atividade fundamental do desenvolvimento do gênero humano e a educação como a atividade mediadora do processo de formação do indivíduo. Ou seja, que permite aos seres humanos a apropriação da riqueza material intelectual produzida ao longo da história e, assim, possa objetivar-se em um ser humano pleno, histórico e social.

Outro pensamento de Marx que se coaduna com outros filósofos e pedagogos também citados nesta dissertação, é a categoria de totalidade, defendida por ele quando afirmava que *“as condições de produção de toda sociedade, formam um todo”*. (MARX, 1973, p 20-21).

É neste aspecto de totalidade, que Edgar Morin devido a sua excepcional visão, integrador da totalidade, analisa a educação do futuro, que não pode ser mais fragmentada, separada da realidade, mas, parte integrante do contexto social e econômico preparando o indivíduo para exercer a sua cidadania planetária contextualizada na totalidade.

Outras leituras foram feitas tais como: John Gray, Álvaro Vieira Pinto, Paulo Freire e também vários artigos e textos, entre eles, os de Antonio de Souza Gomes, Silvia Maria Manfredi, Marco Cezar de Freitas e algumas teses de doutorado.

Estes autores, em épocas diferentes e formas de expressões inerentes a cada um, abordam o mesmo pensamento de mundialização da compreensão entre as pessoas, que estaria a serviço do ser humano como forma de manter a solidariedade intelectual e moral da humanidade.

O planeta necessita de compreensão mútua em todos os sentidos. Dada a importância da educação, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o

desenvolvimento da compreensão necessita de uma reforma planetária das mentalidades. Esta deve ser a prioridade da educação do futuro.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO VETOR DO DESENVOLVIMENTO

Segundo Gray, a contagem regressiva para a humanidade deixar a terra já começou. E poderá estar zerada antes do próximo século, pela combinação do agravamento do efeito estufa, com desastres climáticos e a escassez de recursos.

O autor citado acredita que, através dos séculos, o ser humano não foi capaz de evoluir em termos de ética ou de uma lógica política. Não conseguiu eliminar seu instinto destruidor e predatório.

Tudo isto é evidenciado principalmente pelo atual modelo de sociedade capitalista onde o utilitarismo é denunciado por Gray:

A massa da humanidade é governada, não por suas intermitentes sensações moral, menos ainda pelo auto-interesse, mas pelas necessidades do momento. Parece fadada a destruir o equilíbrio da vida, na Terra - e, assim, ser o agente de sua própria destruição. (GRAY, 2006, p.34).

A própria ciência, que deveria libertar os seres humanos, também está corrompida pelo princípio capitalista utilitarista.

Os usos do conhecimento serão sempre tão instáveis e corrompidos, como o são os próprios humanos. Os humanos usam o que sabem para satisfazer suas necessidades mais urgentes, mesmo que o resultado seja a ruína. A história não é feita na luta pela autopreservação, como Hobbes imaginava ou queria acreditar. Segundo o filósofo, a primeira lei natural do homem é a da autopreservação, que o induz a impor-se sobre os demais; por isso, a vida torna-se uma "guerra de todos contra todos". (HOBBS, 1651 - Levitã, p.186).

Em suas vidas diárias, os humanos lutam para computar lucros e perdas, quando, em tempos desesperados, agem para proteger sua prole, vingar-se de inimigos ou, simplesmente, dar vazão a seus sentimentos. (GRAY, 2006, p.45).

Este comentário se inspira em resultados depredatórios, da globalização capitalista imposta à população mundial pela irracionalidade de forças econômicas dominantes onde a voracidade do ter capitalizado, aparece como tentação constante deste sistema.

Quem conta, são os que conseguem competir. Os demais, excluídos do sistema, são entregues à própria sorte, sacrificados. E a natureza, por sua vez, é sugada ao máximo para o poder do acúmulo. Isto levou a uma lógica de depredação, apontando para um desenvolvimento insustentável.

Nesta escalada para o caos, muitos países, como em vários da América Latina, os governos, a sociedade civil organizada e o setor privado vêm se preocupando com o desenvolvimento sustentável.

Destaca-se, então, a importância desta pesquisa, para contribuir com a concepção de educação, defendida por Paulo Freire como forma de libertação e conscientização do indivíduo no cosmo, e, a partir deste entendimento, de valorização da essência humana.

Todas as pessoas são capazes de produzir o conhecimento e, através dele, conquistar a capacidade de abertura para o novo. Também de lidar com situações e condições inovadoras, de forma a colaborar com o desenvolvimento sustentável, nas mais variáveis dimensões. Todo cidadão deve ser ouvido e participar dos processos culturais, sociais, políticos e econômicos.

Considerar os cidadãos como autores sociais e sujeitos de direitos, significa assegurar a eles uma educação de qualidade. Para isso, faz-se necessário ter como premissa às diversidades e especificidades que caracterizam o universo. É preciso considerar que a sociedade e sua diversidade de ideologias, assumem faces diferentes, conforme seus múltiplos projetos e condições materiais e culturais que as cercam e flagram tais denúncias.

Trata-se de forjar estratégias e mecanismos adequados às demandas e necessidades de cada segmento que compõe as sociedades. De modo que, apesar

das distâncias sociais, econômicas e culturais, as pessoas tenham acesso pleno aos direitos universais e atinjam a condição de cidadãos críticos, autônomos e participativos.

Somente considerando as diferenças e criando mecanismos efetivos de conscientização e de participação é que se viabiliza o projeto de uma sociedade mais igualitária. Ao formar cidadãos, ao formar indivíduos capazes de partilhar a sociedade, suprimindo suas necessidades vitais, culturais, sociais e políticas, estar-se-á, construindo uma nova ordem social.

Uma educação para a cidadania só pode ter como objetivo promover a igualdade e não estabelecer distinções sociais. (Autor desconhecido) - Educação e Cidadania¹

1.1 Educação e construção da cidadania

Nesse processo de construção, conscientização e busca da cidadania, o indivíduo vai descobrindo a dimensão de suas possibilidades e necessidades, bem como as formas de superá-las, mediante sua participação na sociedade na qual está inserido.

Dentre os vários aspectos da personalidade humana que podem ser identificados, destacam-se: **1 - a sociabilidade** - fator inerente ao homem de viver junto com os outros, comunicar-se, participar e conviver com os mesmos bens; **2 - a politicidade** - que é entendida como um conjunto de relações que o indivíduo mantém enquanto faz parte de um grupo social. Na realidade, são dois aspectos de um mesmo fenômeno. Por ser sociável, o homem procura conviver com seus semelhantes e formar com eles certas associações estáveis. Uma vez inserido em grupos organizados, ele torna-se um "ser político", ou seja, membro de uma *polis*, garantindo direitos e assumindo deveres (BETIOLI,1995).

¹ Disponível na internet, no endereço: <http://educacaoecidadania.vilabol.uol.com.br/>

A ideia de cidadania implica no conceito de igualdade, uma vez que todos os que possuem esse *status* são iguais, no que diz respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status* (TARGINO, 1991.).

Marshall (citado por Araújo, 1998, p. 7; e Varela, 1999), apontou três elementos constitutivos dos direitos de cidadania, em sua evolução histórica e pertinente à era moderna:

- **os direitos civis** que representam os direitos do indivíduo na sociedade e refere-se à liberdade individual;
- **os direitos políticos** os quais são conquistados a partir dos direitos civis assegurados e ampliados pelo direito de participar do exercício do poder, mediante o voto ou investido de autoridade, como representante eleito;
- **os direitos sociais** – direito a usufruir bem-estar social e econômico, de acordo com padrões que garantam a dignidade humana.

Conforme reporta Araújo (1998), as instituições mais intimamente ligadas aos direitos sociais são o sistema educacional e os serviços sociais. Assim também entende Targino (1991) quando, ao referir-se ao caso específico da educação como elemento basilar dos direitos sociais, afirma que o direito à educação afeta o *status* da cidadania, de se entender o direito à educação como o direito do cidadão adulto ter sido educado e informado.

Em um quadro de economia globalizada e da sociedade organizada a partir do paradigma do conhecimento, o fator educação assume papel fundamental. É ela que viabiliza o projeto da sociedade do conhecimento e operacionaliza a formação e o exercício da cidadania. Como salienta Oriá (1997), ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a construção de novos conhecimentos. Desta maneira a escola estará cumprindo seu papel social.

É necessário oferecer um modelo educacional que priorize a questão da cidadania, ofereça maior eficiência no uso dos recursos públicos, com base na diversidade e interdisciplinaridade multicultural. (ORÍÁ, 1997).

Igualmente é preciso estabelecer parâmetros curriculares preocupados com a cultura regional e local, que discuta questões como sexualidade, meio ambiente, ética e dignidade, direitos humanos e repúdio às discriminações, permitindo aos jovens acesso à tecnologia preparando-os para o mercado de trabalho e para a cidadania, (SOUZA,1997).

Garantir cidadania é assegurar os direitos de acesso à informação e à educação para os indivíduos, agora e no futuro. Implica reduzir as deficiências existentes no processo educacional, algumas, alegadas e mencionadas pelos autores acima analisados, que ofereçam aos trabalhadores em serviço, se não o conhecimento, pelo menos as técnicas – instrumentos, que lhes proporcionarão dignidade e sobrevivência, em uma sociedade altamente competitiva.

Inúmeros desafios foram impostos à humanidade. Tais desafios são heranças da barbarização e coisificação do ser humano ocorrida no século XX. No raiar do século XXI pós-moderno, o processo de mundialização irreversível, introduziu um modelo de dominação econômica, política e cultural, extremamente excludente para os povos do Sul.

Também não significa ser menos verdadeira, a afirmação que o fenômeno da globalização, propiciou o surgimento de novas tecnologias, que podem oferecer às condições materiais para uma possível cidadania global.

Infelizmente, a globalização e seu modelo de dominação utilizam as novas tecnologias para a especulação econômica de grupos hegemônicos, que se encontram no poder. Neste cenário, os países vão perdendo sua soberania nacional e os movimentos sociais são ideologicamente criminalizados por suas ações coletivas.

Segundo Otávio Ianni (1995), a globalização materializou a antiga noção de que o mundo é uma aldeia global. Consequentemente, somos todos nós, cidadãos do mundo, pois não existe mais fronteira de comunicação e de pertença na tecnologia virtual da rede mundial de computadores. E, se somos cidadão do

mundo, então se devia estar ciente dos direitos e deveres, e com isso, procurarmos uma forma de criar e programar novos direitos e deveres para exercer com maior plenitude a cidadania mundial.

Porém, percebe-se o contrário. Existe uma barreira entre os cidadãos do mundo globalizado e os que se encontram na periferia deste mundo, no submundo do mundo globalizado. Dois mundos que se confrontam constantemente. O mundo dos que participam do mercado e da economia globalizada, pois possuem condições materiais de existência, para comprarem e tornarem-se clientes dessa mundialização, e aqueles que não participam, pois não possuem estas condições.

Em 21 de janeiro de 2010, na página da internet da Adital Notícias (<http://www.adital.org.br>), foi divulgado um artigo bastante interessante de Claudemiro Godoy do Nascimento (2006), que faz uma abordagem reflexiva sobre a cidadania planetária e a educação.

A noção de cidadania planetária surge da concepção que habitamos um mesmo planeta, do qual temos o dever de cuidar e compartilhar valores, atitudes e princípios próprios de uma comunidade de seres humanos.

O fenômeno da globalização é irreversível, porém o modelo neoliberal, de mercado economicista excludente e dominante pode ser mudado. Esta visão de cidadania planetária é de certa forma, utópica, mas, não deixa de ser importante repensar os preceitos de uma nova ética planetária, realmente sustentável para a casa comum dos seres humanos, na qual prevaleçam os interesses do povo, diminuindo as diferenças socioeconômicas e possibilitando a integração da humanidade. Abrangendo questões vitais para o planeta como: ecologia, meio ambiente e o próprio homem.

Pode-se citar dois momentos propositivos, onde se faz o caminho da cidadania planetária, que são: Fórum Social Mundial e seus Fóruns temáticos espalhados por todo o planeta terra. Principalmente nos países que se encontram abaixo da linha da pobreza e os diversos movimentos sociais, que se efetivaram na América Latina nesta última década, investindo na educação formal e não-formal,

para que possa ser restabelecido o princípio motriz da humanização, face ao descontrolado modelo de barbárie do neoliberalismo.

Neste contexto, o papel da educação é de fundamental importância para a implantação de uma nova consciência mundial nas futuras gerações e para a análise e discussão das questões que constituem obstáculos à construção de uma sociedade mais justa, ética e próspera.

Investir no desenvolvimento sustentável é investir na educação, na pessoa do entendimento, da consciência crítica, no protagonista do presente e do futuro, pois liberto, libertará.

Somente assim pode-se afirmar uma legitimidade no desenvolvimento, de forma mais consciente e democrática.

O tema educação e desenvolvimento apresenta questionamentos na forma de como os projetos, estão muito mais preocupados com a produção, do que com as pessoas, principalmente quando se trata de planos e estratégias de desenvolvimento para as populações excluídas.

A concepção atual de desenvolvimento traz e analisa o ser humano, numa visão prospectiva, como centro de um processo, que busca uma melhor qualidade de vida. Essa perspectiva de desenvolvimento implica a formação e educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades, que permitam, evidentemente com a ajuda de fatores externos, agenciar e gerenciar seu processo de desenvolvimento, conquistando melhor qualidade de vida, preservando a dignidade humana, a natureza e o meio ambiente.

Na concepção de Franco (2000), durante muito tempo se acreditou que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Entretanto, atualmente o desenvolvimento apresenta muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Em suma, todas essas dimensões surgem no processo de desenvolvimento, em conjunto, determinando-o ou, em particular, condicionando-o.

Nos enfoques recentes do problema do desenvolvimento, o relevante consiste em considerar, não que o crescimento comporte aspectos sociais, mas que os avanços sociais, que aparecem simplesmente como meta ou resultado final, sejam na realidade fatores contribuintes para o desenvolvimento, constituindo-se parte indispensável do processo de crescimento econômico, mediante o qual pode-se atingir, mais adiante, melhores condições de bem-estar humano.

Nesse olhar o que nos parece lógico, é que as duas frentes de desenvolvimento social e econômica, andem interativamente juntas.

A social potencializando as pessoas, para tornarem-se sujeitos e agentes, e a econômica ensejando sustentação material e apoio instrumental ao alavancamento da social no curso processual. Daí resultará a partilha da quantidade, com qualidade, em todas as dimensões de concretude da vida humana: saúde, trabalho, segurança, educação, meio ambiente, moradia, lazer, cultura, iniciativa, criatividade e congêneres.

Portanto, uma política de desenvolvimento voltada para a satisfação das necessidades humanas, entendida em seu sentido mais amplo, transcende a racionalidade econômica convencional, porque compromete o ser humano em sua totalidade.

A ideia de desenvolvimento está necessariamente associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes de uma nação. Isto vem comprovar que existem grandes dificuldades para se medir o nível de desenvolvimento de um país. Segundo Baran (1977), o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, por meio do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo, ou seja, para se falar em desenvolvimento é necessária uma melhoria geral no padrão de vida das pessoas.

Enquanto o crescimento se refere a incrementos quantitativos, eventualmente medidos em valores de elementos físicos, o desenvolvimento implica em melhorias qualitativas... (BARAN 1977, p.51).

A promoção de conhecimentos dá-se através da educação. E ao relacionar educação e desenvolvimento, não se deve pensar neles como processos independentes, que só se associam por imposições das circunstâncias históricas do presente.

Embora o assunto em si pareça moderno e atual, o progresso social jamais deixou de apresentar definidas dimensões educativas. Se isso não tivesse acontecido, não se poderia sequer compreender o significado da educação no mundo moderno, ou seja, sua importância como fator de reconstrução social.

Diz-se que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades. E para isso acontecer é necessária a reunião de vários fatores, dentre eles o nível educacional da população. É preciso a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios, buscando apoio no poder local e em outros níveis de governo, pois desenvolver implica, sempre, mudanças e participação da sociedade.

1.2 Educação e desenvolvimento – um velho discurso.

Esse discurso de aliar educação e desenvolvimento não é recente. Cunha (1991) procura demonstrar, que se trata de um discurso que tem um papel ideológico. Ele procura livrar o sistema capitalista de maiores críticas. Segundo a ótica liberal, o sistema educacional teria um papel de gerar oportunidades de ascensão social, garantindo a "igualdade de oportunidades". Diversos estudos demonstraram que esse discurso não se sustenta, o desenvolvimento de uma nação se dá por um conjunto de fatores.

Não basta "valorizar" a educação no discurso, é preciso ir além das aparências e buscar saídas que se perpetuem.

Para Marx e Engels, a educação não só está diretamente ligada ao desenvolvimento material do mundo e interesses de classe, mas, também tem um papel político e transformador social, uma práxis libertadora capaz de contribuir para uma mudança de mentalidade e com a construção de uma nova ordem social.

A educação tem como tarefa histórica à emancipação do homem, sua libertação das ilusões ou "ideologias", mostrando-lhe as raízes sociais e gerando uma práxis revolucionária para modificar o mundo.

Os aspectos globais e institucionais do desenvolvimento exigem, hoje, da educação, múltiplas tarefas, que não podem confinar-se aos seus tradicionais limites. A primeira finalidade da educação é a formação da personalidade humana e, a partir dessa, sua atuação fundamental, que atinge as finalidades mais vastas de reconversão da estrutura sociocultural. Por esta razão, a educação não pode limitar-se ao ensino ministrado de forma sistematizada, socialmente organizada.

Com efeito, a educação não pode ignorar o ensino feito pelas próprias estruturas sociais e ambientais, ou seja, a formação adquirida por reflexão própria sobre dados apreendidos na experiência. Nesta dimensão mais ampla é que devem ser entendidas as inter-relações e dependências entre a educação e o progresso social.

A educação não pode ser reduzida a esquemas racionais desligados dos múltiplos vínculos que a unem à realidade social. Pelo contrário, devem ser definidas e concretizadas as tarefas genéricas que lhe cabem perante o desenvolvimento.

Faz-se necessária uma abordagem na diferenciação do que é *desenvolvimento econômico e desenvolvimento socioeconômico*.

A teoria do desenvolvimento econômico tem suas origens na análise de Marx das forças internas do sistema econômico, que atuam na base do processo de desenvolvimento capitalista. Segundo Singer (1982), Shumpeter atribui o desenvolvimento econômico às transformações na área econômica, determinadas

pelas inovações que rompem o estado de equilíbrio, ou seja, a introdução de novos métodos produtivos, a abertura de mercados e a descoberta de novas fontes de matéria-prima.

Nesta linha de pensamento, Singer (1982) divide as interpretações de desenvolvimento econômico em duas correntes: a que identifica desenvolvimento como crescimento econômico, onde a ausência de crescimento econômico caracteriza o subdesenvolvimento; e a corrente que distingue desenvolvimento de crescimento e vê o crescimento como um processo de expansão quantitativa. Ao passo que o desenvolvimento é encarado como um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos prevaletes nos países subdesenvolvidos.

Assim, crescimento pode ser definido como a expansão do produto real de uma economia durante determinado período de tempo, sendo condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente para atender aos anseios da sociedade. Portanto, a idéia de desenvolvimento está necessariamente associada às condições de vida da população.

Para Rosseti (1987), desenvolvimento econômico é um processo pelo qual, ao longo do tempo, se modificam caracteres essenciais das estruturas sociais e econômicas, definidores de um processo amplo de desenvolvimento.

Contempla os seguintes aspectos:

- crescimento do produto real *per capita*, associado à gradual melhoria da estrutura de repartição da renda e da riqueza;
- redução dos bolsões de pobreza absoluta;
- elevação das condições qualitativas de saúde, de nutrição, de educação, de moradia e de lazer, extensivas a todas as camadas sociais;
- melhoria dos padrões de comportamento no plano político;
- melhoria dos padrões segundo os quais se combinam os fatores de produção, não apenas no plano tecnológico, mas também nas relações que se estabelecem entre a força de trabalho e os que detêm propriedade ou o controle da capacidade instalada;

- melhoria nas condições ambientais, quer resultem de mudanças nos padrões de exploração das reservas naturais básicas, quer de eliminação de externalidades associadas à redução da qualidade de vida; e
- gradativa remoção de sistemas de valores que dificultam a ocorrência de processos sociais de mudança, conducentes ao desenvolvimento.

Para Montoro Filho (1998), o desenvolvimento econômico consiste em mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, nas modificações que alteram a composição do produto e na alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

No entanto, para melhoria da qualidade de vida das pessoas, é necessário promover o desenvolvimento socioeconômico, que se dá por meio da conjugação dos capitais existentes, que envolvem as várias áreas da vida humana. Peres (2002) destaca as principais formas de capitais: o capital físico (construções, tecnologia, equipamentos); capital natural (solo, subsolo, clima); capital financeiro (créditos, poupança, títulos); capital humano (educação, saúde); e capital social (confiança; grupos; civilidade).

O conceito de desenvolvimento humano é, pois, muito mais vasto do que afirmado pelas teorias clássicas de desenvolvimento econômico. Nesse cenário, a educação tem de estar voltada ao desenvolvimento humano e econômico sustentável. Talvez se possa, exagerando um pouco, admitir que, assim como se considera a água, do ponto de vista econômico, um dos bens mais preciosos da humanidade, também o é a educação.

Para que ocorra essa transformação no modelo econômico, ou, pelo menos, se possa garantir essa característica de sustentabilidade, é que a educação desempenha um papel fundamental em todas as camadas da população, quer seja esta classificada por faixa etária, nível econômico ou outro critério.

A educação diz respeito a todos, no decorrer de toda a vida, e deve estar preocupada com a desigualdade no mundo, a degradação ambiental, o aumento da pobreza, a exclusão social e por questionar o modelo de dominação vigente. A

preocupação com o estabelecimento de uma nova ordem nas relações põe em xeque todo esse agir, surgindo a necessidade da sociedade do conhecimento.

Segundo Ponchirolli (2005) o capital humano será fundamental para a organização do futuro e o aprender a conhecer, a fazer, a conviver e o aprender a ser, são habilidades e competências principais no mercado competitivo. Essas habilidades e competências nos ajudarão a prosperar neste século.

Afirma Tedesco (2003), este somatório de análise da situação e de perspectivas da educação, permite-nos entender, que os desafios a serem enfrentados em futuro próximo, referem-se a três objetivos principais: *a equidade social, a competitividade econômica e a cidadania política*. A educação é provavelmente a única política pública, que produz efeitos simultâneos nos três objetivos mencionados.

Pesquisa científica e educação são à base da geração de riqueza. A organização econômica e social é centrada na posse da informação do conhecimento e na utilização do capital humano, que significa pessoas estudadas e especializadas.

1.3 Interação entre diversos tipos de Capital e Desenvolvimento Sustentável

Capital é um fator de produção, que representa o poder ou a capacidade de ser transformado ou transformar algo de maneira produtiva. Não representa um produto ou serviço no presente, mas a capacidade de produzi-lo ao longo do tempo. Seu conceito está ligado com o de investimento, por existir um custo de oportunidade de seu uso, ou não no tempo. O capital é um estoque que pode ser convertido em fluxo de riquezas.

Partindo desta definição mais geral, pode-se dar exemplos de diversos tipos de capital: Baseados em

- Capital Humano representa o potencial de um ser humano transformar, interpretar e produzir. Está ligado a capacidades técnicas e cognitivas;

- Capital Social representa o potencial de um grupo de indivíduos para construir e manter redes sociais, de maneira que essa organização e intercâmbio gerem melhorias no bem-estar social;
- Capital Natural representa o potencial de matérias primas, brutas e naturais a serem transformadas em bens de consumo. Está diretamente ligado, ao funcionamento de sistemas ecológicos;
- Capital Físico representa o potencial de máquinas, ferramentas e edifícios a serem utilizados na produção de bens e serviços. Este tipo de capital, por sua vez, surge da interação do capital natural e humano;
- Capital Financeiro representa o potencial de troca de poder econômico, (garantido pelas instituições do Estado sob forma de, por exemplo, dinheiro, títulos) por outros bens e serviços. É uma forma de título de posse comercializado; e
- Capital Intelectual é o nome dado a toda a informação, transformada em conhecimento, que se agrega àqueles que já possuem.

Destes citados, o capital social apresenta maior importância quando se trata de desenvolvimento, porque engloba a maioria dos demais tipos de capitais. Pode ser definido como interação recíproca da comunidade e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico e na democracia. Suas principais dimensões envolvem o plano individual, social e institucional.

O capital social é uma forma de capital que as pessoas ou grupos possuem, assim como qualquer das outras formas de capital mencionadas. O conceito amplia e está totalmente de acordo com as análises econômicas contemporâneas. De fato, ele é totalmente compatível com a racionalidade individual, que caracteriza as análises econômicas neoclássicas, bem como as formas de união e cooperação que caracterizam as análises marxistas, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico das nações.

O alcance e os limites do Capital Social no desenvolvimento socioeconômico podem proporcionar novos mecanismos que potencializem a capacidade participativa e cooperativa da sociedade. Considera-se assim, que as diferenças entre os estoques de capital social nas comunidades, podem estimular a

participação das pessoas em atividade cooperativas, colaborando para reduzir os índices de exclusão social.

Pode-se explicar, como fez Putnam (1996), que algumas regiões apresentam taxas de crescimento superiores a outras, tendo os mesmos incentivos institucionais. Os estoques de capital social podem estimular a participação das pessoas em atividades cooperativas, colaborando, desta forma, para reduzir os índices de exclusão social. O incentivo é fundamental para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico das comunidades, regiões e países.

Assim, pensando na exclusão social que existe no Brasil e na clareza de que a construção da cidadania, do desenvolvimento do capital humano e social e da desejada inclusão social, não se restringe apenas ao local, vai mais além, numa prospecção de mundo, objetivou-se neste trabalho, desenvolver um estudo teórico, sobre o processo da educação para a civilização.

Civilização esta, entendida como uma mudança no controle das emoções, a qual apresenta estreita relação entre o entrelaçamento e interdependência crescente das pessoas, ou seja, como enfrentar os grandes problemas da evolução das sociedades humanas e entender as causas do desenvolvimento socioeconômico desigual e quais as perspectivas de desenvolvimento que se tem pela frente.

A educação é este instrumento de contribuição, para o desenvolvimento da consciência crítica, prospectiva, capaz de ter uma visão global, planetária e desta forma, preparar o ser humano, para exercer sua cidadania, no processo de agente transformador da realidade

1.4 Educação do futuro

Analisando retroativamente a história da vida do cosmo, do mundo físico, da natureza, constata-se que ela não foi linear, que não teve uma evolução de baixo para cima. A história da vida foi na verdade, marcada por catástrofes. Assim também ocorreu com as sociedades humanas. Todas sofreram o colapso por uma razão ou

outra. Nem mesmo o império romano, que parecia eterno, conseguiu sobreviver. As sociedades andinas, mais potentes que seus colonizadores espanhóis, e cujas capitais eram mais ricas que Paris, Madri ou Lisboa, foram destruídas por espanhóis, que chegaram com cavalos e armas desconhecidas.

As duas guerras mundiais destruíram muito na metade do século XX. Três grandes impérios da época, por exemplo, o romano-otomano, o austro-húngaro e o soviético, desapareceram.

A história humana está repleta de exemplos dessa natureza. O mais evidente, no final do século XX, foi o projeto político de Gorbatchev, que pretendeu reformar o sistema político da União Soviética, mas acabou provocando o começo de sua própria desagregação e implosão.

Assim tem acontecido em todas as etapas da história. O inesperado aconteceu e acontecerá, porque não temos certeza nenhuma do futuro. As previsões nem sempre são concretizadas, não existe determinismo do progresso.

Porém, essa incerteza é uma incitação à coragem. A aventura humana não é previsível, mas o imprevisível não é totalmente desconhecido. Somente agora se admite que não se conheça o destino da aventura humana. É necessário tomar consciência de que as futuras decisões devem ser tomadas contando com o risco do erro e estabelecer estratégias que possam ser corrigidas no processo da ação, a partir dos imprevistos e das informações que se tem.

Para se entender melhor essa prospectiva sobre o futuro da educação, ninguém mais capaz do que o grande filósofo do século XX, Edgar Morin que absorveu influências marxistas e apresenta uma nova e criativa reflexão no contexto das discussões que estão sendo feitas sobre a educação para o século XXI.

O livro de Edgar Morin que embasou este trabalho, cujo o título já indica uma postura diferente diante dos exageros da sociedade do conhecimento. “**Sete saberes necessários à educação do futuro**”, mostra a necessidade entre outros “buracos negros” no sistema educacional, o de aprender a enfrentar a incerteza

como uma das maiores aquisições da consciência humana. Este pequeno grande livro, com apenas 118 páginas, cuja leitura conduz à revisão das práticas pedagógicas da atualidade, apresenta a necessidade de situar a importância da educação na totalidade dos desafios e incertezas do nosso tempo.

Diz Morin:

As ciências permitiram que compreendêssemos muitas certezas. No entanto, elas também ajudaram a revelar as zonas de incertezas. Dessa forma, a política pedagógica precisa converter-se em um instrumento que conduza o estudante a um diálogo criativo com as dúvidas e interrogações do nosso tempo, condição necessária para uma formação cidadã. Não se pode mais ignorar a urgência de universalização da cidadania que por sua vez, requer uma nova ética e, por conseguinte, uma escola de educação e cidadania para todos. (2003-p.117)

O livro aborda temas fundamentais para a educação contemporânea, por vezes ignorada ou deixada à margem dos debates sobre a política educacional.

A educação do futuro precisa comprometer-se com a ética da compreensão planetária, engajar-se na escala da humanidade planetária, na obra essencial da vida, empenhada em ligar e solidarizar conhecimentos separados ou desmembrados que progridam, principalmente pela capacidade de conceitualizar e globalizar.

Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade, sendo a concepção de tal educação, não somente o progresso, mas a essência e realização da concepção humana em todos os aspectos. Pois, o conhecimento deve mobilizar, não apenas uma cultura diversificada, mas, também, a atitude geral do espírito humano para propor e resolver problemas.

Morin, devido a sua excepcional visão de integrador da totalidade, pensou os saberes na perspectiva da complexidade contemporânea, explorando novos ângulos, muitos dos quais ignorados pela pedagogia atual, para servirem de eixos norteadores à educação do milênio.

Os saberes propostos por Morin que, como ele mesmo afirma, antecede qualquer guia ou compêndio do ensino, inserem-se na ideia de uma identidade

terrena, onde o destino de cada pessoa joga-se e decide-se em escala internacional, cabendo à educação a missão ética de buscar e trabalhar uma solidariedade renovadora, que seja capaz de dar novo alento à luta por um desenvolvimento humano sustentável.

Nessa perspectiva, deve-se incluir as reflexões de Morin, que sugere um princípio unificador do saber, do conhecimento em torno do homem, valorizando o seu cotidiano, o pessoal, a singularidade, o acaso e outras categorias, como decisão, projeto, ambiguidade, escolha, síntese, vínculo e totalidade. Essas seriam as novas categorias dos paradigmas que se chamam holonômicos, porque etimologicamente, "holos", em grego, significa "todo", e os novos paradigmas procuram não perder de vista a totalidade.

Os sete saberes necessários à educação do futuro não têm nenhum programa educativo, escolar ou universitário, não estão concentrados no ensino fundamental, nem no ensino médio ou superior, mas abordam problemas específicos para cada um desses níveis. Eles dizem respeito aos setes buracos negros da educação, completamente ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos. Programas esses que devem ser colocados no centro das preocupações sobre a formação dos jovens, futuros cidadãos.

Procura-se aqui sintetizar os sete saberes mencionados por Morin:

- **Ideia do erro:** a educação deve mostrar que não há conhecimento que não esteja em algum grau ameaçado pelo erro e pela ilusão, porque o conhecimento nunca é um reflexo ou espelho da realidade. O conhecimento é, sempre, uma tradução, seguida de uma reconstrução. (MORIN, UNESCO, 1999 –p.80).

- **Ideia do pertinente:** a supremacia do conhecimento fragmentado deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. É necessário dizer que não é a quantidade de informações, nem a sofisticação de determinadas disciplinas, que podem dar sozinhas um conhecimento pertinente, mas, sim, a capacidade de colocar o conhecimento no contexto. Pascal dizia, já no século XVII: “Não se

pode conhecer as partes, sem conhecer o todo, nem conhecer o todo, sem conhecer as partes”.(MORIN, 1999-85).

- **Condição humana:** A educação do futuro deverá ser centrada na condição humana. O ser humano é ao mesmo tempo, o somatório de aspectos psíquicos, físicos, místicos, biológicos culturais e sociais. Os indivíduos são mais que culturais e precisam redescobrir a sua identidade humana e, que ela é comum a todos os demais humanos.

O conhecimento da condição humana enquanto tal implica em uma extraordinária unidade genética, anatômica e cerebral que permite a diversidade dos indivíduos, das personalidades, das psicologias e das culturas. A verdadeira complexidade humana só pode ser pensada na simultaneidade da unidade e da multiplicidade.

É curioso que a identidade humana seja completamente ignorada pelos programas de instrução. Pode-se perceber alguns aspectos do homem biológico, alguns aspectos psicológicos, mas a realidade humana é indecifrável. Somos indivíduos de uma sociedade e fazemos parte de uma espécie. Mas, ao mesmo tempo em que fazemos parte de uma sociedade, temos a sociedade como parte de nós, pois desde o nosso nascimento a cultura se nos imprime essa condição.

Nós somos de uma espécie, mas, ao mesmo tempo, a espécie é em nós e depende de nós. Portanto, no relacionamento entre indivíduo-sociedade-espécie, um dos termos gera o outro e um se encontra no outro. A realidade humana é trinitária. (MORIN, 1999- 88).

- **Enfrentar as incertezas:** Temos que ensinar que o conhecimento científico, não é produto de certeza, mas, sim, crivado da ideia de incerteza, ensinar que a ciência deve trabalhar com a ideia de que existem coisas incertas. Por muito que o progresso se tenha desenvolvido, não nos é possível, nem com as melhores tecnologias, prever o futuro. O futuro continua aberto e imprevisível. O futuro chama-se incerteza. Nada é um dado adquirido, completo e simples, tudo se transforma para a melhor e pior maneira. Por isso o homem enfrenta um novo

desafio, uma nova aventura, que é enfrentar as incertezas, e a educação do futuro, deve voltar-se para as incertezas ligadas ao conhecimento.(MORIN,1999- p. 95).

- **Ensinar a compreensão:** O planeta precisa de mais compreensão em todos os sentidos. Considerar a importância da educação, para a compreensão em todos os níveis educativos, em todas as idades. O desenvolvimento da compreensão pede as reformas das mentalidades. (MORIN, 1999- p.92).

A comunicação humana deve ser voltada para a compreensão. A comunicação no séc. XXI é considerada avançada, entre faxes, telefones e Internet todos compreendem, mas os progressos para compreender a compreensão são mínimos.

Não há nenhuma técnica de comunicação que traga, por si mesma, a compreensão. Educar para compreender uma dada matéria de uma disciplina, é uma coisa, educar para a compreensão humana, é outra. Esta é a missão espiritual da educação: ensinar a compreensão entre as pessoas como condição que garanta a solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Entender que a humanidade é um todo, porém, um todo como pólo individual. Para uma compreensão da humanidade temos que ensinar e aprender, com os obstáculos que existem para a compreensão, como o egocentrismo e o sociocentrismo, a redução do intelecto humano, a introspecção, o respeito e abertura ao próximo, a tolerância. Estes são caminhos que podem afetar positiva e negativamente a compreensão.

O ensino da compreensão é crucial, se estivermos de acordo sobre a ideia de que o mundo encontra-se devastado pela incompreensão e que o progresso humano, por menor que seja, não pode ser imaginado sem o progresso da compreensão. (MORIN, 1999- p 93).

- **Ética do gênero humano ou a antropoética:** A educação deve conduzir a antropoética, levando em conta o caráter ternário da condição humana, que é ser,

ao mesmo tempo, indivíduo/sociedade/espécie, necessitando do controle mútuo da sociedade pelo indivíduo, e do indivíduo pela sociedade, ou seja, o princípio que conduz a ideia da democracia e a ética do gênero humano, que objetiva a cidadania terrestre.

Os problemas da moral e da ética diferem, a depender da cultura e da natureza humana. Existe um aspecto individual, outro social e outro genético, diria de espécie. Algo como uma trindade em que as terminações são ligadas a Antropoética.

Cabe ao ser humano desenvolver, ao mesmo tempo, a ética e a autonomia pessoal além de desenvolver a participação social, ou seja, a participação do gênero humano, pois compartilhamos de um destino comum.

▪ **A era planetária:** O destino planetário do gênero humano é outra realidade fundamental ignorada pela educação. O conhecimento do desenvolvimento da era planetária, denominada por muitos de “tempos modernos”, vem incrementar-se no século XXI, é o reconhecimento da identidade humana e deve ser um dos maiores objetivos da educação. (MORIN, 1999-p 99-101).

Na verdade, a era da globalização começou no século XVI com a colonização da América e a interligação do mundo. Esta era planetária desenvolveu-se do pior modo com a colonização, a escravidão, a dominação do mundo pelo Ocidente. Acentuou-se no século XX com a crise causada pelas duas guerras mundiais e a expansão do mercado mundial sob a égide do neoliberalismo. Porém, mostra que os humanos confrontam-se a toda hora, com os mesmos problemas da vida e da morte e vivem em uma mesma comunidade.(MORIN- UNESCO,1999)

Esse fenômeno que se vive hoje, em que tudo está conectado, é outro aspecto que o ensino precisa investir. Assim como o planeta e seus problemas, a aceleração histórica, a quantidade de informação que não conseguimos processar e organizar, a compreensão do acontecimento vivido, a cidadania terrestre que não deve ser confundida com a mundialização tecnoeconômica. Cidadania esta, que é a

resposta mundial à mundialização e não deve negar as pátrias que a compõem, mas, ao contrário disso, integrá-las.

Este ponto é importante porque existe, neste momento, um destino comum para todos os seres humanos. A ameaça letal aumenta, em vez de diminuir a ameaça nuclear, a ameaça ecológica, as degradações da vida planetárias crescem. Ainda que haja uma tomada de consciência de todos esses problemas, ela é tímida e não conduziu ainda a nenhuma decisão efetiva. Por isso, faz-se urgente a construção de uma consciência planetária.

Conhecer o nosso planeta é difícil: os processos de todas as ordens – econômicos, ideológicos e sociais, estão de tal maneira imbricados, e são tão complexos, que compreendê-los é um verdadeiro desafio para o conhecimento. Sabe-se que é necessária certa distância em relação ao imediato para podermos compreendê-lo. E, atualmente, dada a aceleração e a complexidade do mundo, é quase impossível.

Mas, faz-se necessário ser ensinado e compreendido, que não é suficiente reduzir a um só a complexidade dos problemas importantes do planeta, como a demografia, ou a escassez de alimentos, ou a bomba atômica, ou a ecologia. Os problemas estão todos amarrados uns aos outros.

Daqui a diante existem, sobretudo os perigos de vida e morte para a humanidade, como um todo, tipo a ameaça da arma nuclear, a ameaça ecológica, o desencadeamento dos nacionalismos, acentuados pelas religiões. É preciso mostrar que a humanidade vive, agora, uma comunidade de destino comum.

Essa visão fragmentada faz com que os problemas permaneçam invisíveis para muitos, principalmente para muitos governantes. E hoje que o planeta já está, ao mesmo tempo, unido e fragmentado, começa a se desenvolver uma ética do gênero humano que poderá superar esse estado de caos e iniciar, talvez, a civilizar a terra, na co-responsabilidade pela construção de uma política de civilização coerente, responsável e solidária . (MORIN, 1997).

Segundo Morin (2005) precisa-se de uma política de humanidade, isto é, uma política de civilização que envolve necessariamente a articulação de uma ética da compreensão planetária e uma ética da solidariedade planetária, imbuída de objetivos, tais como: as ideias de justiça, igualdade e fraternização.

A educação do futuro precisa restabelecer novos princípios para repolitizar, religar, civilizar ideias, refundar noologias fundamentadas no desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva dos princípios educacionais e da sustentabilidade, foi aprofundado este estudo sobre os desafios da educação e o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa analítica abrangeu os municípios do pólo têxtil do agreste pernambucano, focada especialmente em Santa Cruz do Capibaribe, é importante discernir a formação da cidadania, os tipos de capitais, a qualificação e a profissionalização, tendo em vista as competências e potencialidades locais.

E dentro da contextualização local, que propostas poderão ser elencadas para contribuir com o desenvolvimento sustentável, tendo em mente a educação do futuro e a adoção da condição planetária, que nos faz a todos residentes de uma casa comum, o nosso planeta.

CAPÍTULO 2 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO

Observa-se que a educação exerce papel fundamental no processo de crescimento econômico sustentável, pois ela é a base para a formação do capital humano que gera novas ideias e que é a essência da pesquisa e do desenvolvimento. Por meio dos incentivos de mercado e do direito de propriedade, a pesquisa e o desenvolvimento tornam-se a força motriz do progresso tecnológico, gerando o crescimento endógeno.

No mercado de trabalho, a teoria do capital humano mostra que a educação torna o indivíduo mais produtivo e, portanto, maior produtividade se reverte em maior renda obtida no trabalho. Além disso, a educação também influencia o comportamento dos indivíduos na busca por emprego, onde trabalhadores mais qualificados tornam-se mais seletivos quanto às ofertas de emprego. Tentam assegurar seus direitos trabalhistas, através dos trabalhos formais (com carteira assinada). Sachsida et. al. (2004) estima o retorno da educação sobre o rendimento do trabalho principal dos indivíduos e mostra que para cada ano adicional de estudo, o retorno estimado é de até 16% sobre o salário-hora.

Quanto à condição social, a educação é o principal caminho para a redução das disparidades de renda e pobreza. Desta forma, é necessário que as políticas públicas foquem os gastos e aumentem o acesso das famílias mais pobres à educação de qualidade, aumentem a escolaridade média da população reduzindo a disparidade educacional e de renda, que, conseqüentemente, reduzirá o índice de pobreza.

As transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação.

No plano macrossocietário, esta concepção de qualificação gerou uma série de políticas educacionais voltadas para a criação de sistemas de formação profissional estreitamente vinculados às demandas e necessidades dos setores mais organizados do capital e de suas necessidades técnico-organizativas.

A história dos sistemas de formação profissional, no Brasil, enquadra-se nessa lógica da qualificação entendida como preparação de mão de obra especializada (ou semi-especializada), para fazer frente às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal.

Associada à conotação macroeconômica (não exclusivamente na ótica do "*capital humano*", embora contaminada por ela), construiu-se outra conotação do termo qualificação, restringindo-a ao binômio emprego/educação escolar.

2.1. Qualificação formal e sua concepção

No plano macro isto é, das correlações positivas ou não, entre a criação e o desenvolvimento dos sistemas nacionais de educação, em seus diferentes níveis e as necessidades econômicas e sociais do sistema ocupacional, surgiu outra concepção de qualificação referendada na capacidade de cada Estado Nacional, que foi expandir quantitativa e qualitativamente seus sistemas escolares. Surge, pois, uma nova conotação para o termo qualificação, designada por Paiva (1995) de "qualificação formal".

Por muitas décadas a economia e o planejamento da educação trabalharam com a qualificação formal. Planejava-se a maneira de obter um número x de diplomas em determinadas áreas ou setores profissionais, de acordo com projeções de demanda. Calculava-se a taxa de retorno através de diferenciais de rendimentos (salários) em função do número de anos de escolaridade ou da posse de um diploma; media-se a relação custo benefício social dos investimentos em educação, fosse por meio de considerações globais sobre o atendimento de metas econômicas nos países socialistas, fosse por meio de indicadores indiretos nos países capitalistas. Nestes, o mercado requeria força de trabalho diplomada, atestados de conclusão de curso (PAIVA, 1995, p. 76).

A partir das décadas de 1960 e 1970, muitos pesquisadores e técnicos de planejamento adotaram a concepção de "qualificação formal", empregando-a como um índice de desenvolvimento socioeconômico que abrangia tanto as taxas médias de escolarização da população como a progressiva extensão do tempo médio de permanência na escola. Tais índices haviam alcançado patamares elevados, nas últimas três décadas, nos países capitalistas avançados do Ocidente e nos países pertencentes ao ex-bloco socialista, liderado pela URSS. Esses índices estatísticos - taxas médias de escolarização e duração da escolaridade, foram paulatinamente sendo utilizados como parâmetros internacionais de avaliação e replanejamento das políticas educacionais dos países do Terceiro Mundo, por parte das agências internacionais de desenvolvimento.

Autores, dentre eles Enguita, ancorados na concepção da qualificação formal mencionam o fenômeno da supereducação, ou superqualificação, como o efeito da confiança popular nas virtudes da educação, das políticas oficiais de igualdade de oportunidades e de luta entre os grupos de status, através das credenciais outorgadas pelo sistema escolar, que leva as pessoas a receberem mais educação, em média, do que realmente necessária no emprego. (ENGUIITA, 1991, p. 250)

As concepções de qualificação elaboradas a partir dos enfoques das teorias do capital humano e do planejamento macrossocial, como vimos, estão ancoradas em enfoques macroeconômicos que privilegiam dimensões relativas ao desenvolvimento econômico, crescimento e diversificação do mercado formal de trabalho e suas relações com os sistemas de educação escolar.

Há, contudo, outras acepções que têm sido privilegiadas pela sociologia do trabalho, que tomam por base outros recortes analíticos, privilegiando os eixos da organização da produção e do trabalho. São noções de qualificação que tomam como parâmetros a produção e a organização do trabalho.

2.2 Concepção de qualificação segundo o modelo taylorista

Esta concepção de qualificação tem como matriz o modelo de desempenho eficiente, tanto mental como físico “job/skills”, definido a partir da posição a ser ocupada no processo de trabalho e previamente estabelecida nas normas organizacionais da empresa, de acordo com a lógica do modelo taylorista/fordista de organização do trabalho.

Na ótica deste modelo, a qualificação é concebida como sendo restrita ao posto de trabalho e não como um conjunto de atributos inerentes ao trabalhador.

Tendo como parâmetros o posto/função estabelecido a partir da inserção e posição no mercado formal de trabalho, a qualificação é privatizada. Isto é, entendida como um bem conquistado de forma privada e constituída por um conjunto de conhecimentos técnico-científicos, destrezas e habilidades. Um acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho.

Encarada numa ótica processual, individualizada, personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sociocultural, a formação para o trabalho é definida como

treinamento básico, conhecimento ou formação escolar necessários para o exercício da função; esse conhecimento ou formação podem ter sido adquiridos, por instrução formal ou por treinamento preliminar em trabalhos de menor grau, ou pela combinação desses meios. (KUENZER 1985, p. 114).

Assim, o que importa, do ponto de vista da formação para o trabalho, é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais.

Esta concepção de formação profissional está alicerçada numa concepção comportamental rígida, por meio da qual o ensino/aprendizagem das

tarefas/habilidades deve dar numa sequência lógica, objetiva e operacional, enfatizando os aspectos técnico-operacionais, em detrimento de sua fundamentação mais teórica e abrangente.

No que concerne à construção de representações, reduz-se à qualificação a um percurso de responsabilidade individual e de natureza meritocrática, privatiza-se a noção de *competência*, restrita, tanto no âmbito teórico como no prático, ao ofício/função que cada trabalhador desempenha no mercado de trabalho formal.

Além disso, desenvolve-se a crença político-ideológica do "poder da educação escolar" como mecanismo de acesso às posições qualificadas, mascarando os demais mecanismos sociais e organizacionais que condicionam o acesso e a manutenção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Em complementaridade à noção meritocrática de educação, construiu-se também a representação da neutralidade da educação, da ciência e da tecnologia. Em outras palavras, constrói-se e sustenta-se a representação social de que os níveis hierárquicos de qualificação legitimam e justificam a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e que os níveis hierárquicos de escolaridade estão social e historicamente associados a esta separação.

Há, sem dúvida, uma valorização da educação formal, no discurso, mas, na realidade esta é exigida para os cargos mais altos da hierarquia associada a uma superavaliação do conhecimento técnico-científico e desvalorização do conhecimento prático. Com relação ao conhecimento prático, convém ressaltar outra ambiguidade no discurso dominante: nas falas valoriza-se o conhecimento teórico, elaborado, sistemático, mas, no cotidiano, valoriza-se o conhecimento obtido por meio da experiência, ou seja, por meio da prática no trabalho.

Esta concepção de qualificação hegemônica existe há mais de três décadas e está ancorada nos modelos taylorista e fordista de organização da produção e do trabalho. Entra em crise com a reorganização do sistema capitalista por intermédio da adoção de sistemas de produção flexíveis e da criação de novas formas de organização do trabalho, como veremos adiante.

2.3 O trabalhador e a qualificação social do trabalho

A questão da qualificação do trabalho e dos trabalhadores não preocupou somente os teóricos e gestores do capital; muito pelo contrário, os críticos do capitalismo e defensores do trabalho, desde os clássicos até os dias atuais, têm discutido questões relativas à qualificação e formas de organização, analisando-as essencialmente à luz do conceito de trabalho.

Em Marx e nos autores contemporâneos de tradição marxiana, as concepções de qualificação têm sido construídas, tomando-se o trabalho como eixo articulador das noções de qualificação/desqualificação.

No que diz respeito à qualificação do trabalho pode-se distinguir duas conotações interdependentes e complementares ainda que dialeticamente opostas: visões que pontuam o pólo da negatividade e outras que destacam o da positividade.

As análises que destacam a negatividade do processo de organização capitalista do trabalho, quando realizado nas condições estabelecidas e regulamentadas pelo capital, ressaltam as características de um trabalho alienado, fragmentado e desqualificante.

Vejamos alguns pontos significativos a serem considerados:

a) a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, isto é, a divisão entre concepção e execução, é imanente ao processo de trabalho capitalista, pois constitui um aspecto do monopólio que o capital tem sobre o conhecimento (acúmulos gerados pela ciência e tecnologia) e o poder de projetar sistemas de produção. (MANFREDI, 1998, N°.64, p 7.)

Vista sob essa ótica (o que é obviamente o que Marx tinha em mente no *Capital*), a divisão não tem nada a ver com a divisão entre funções mentais e físicas do organismo humano, tomadas no sentido puramente abstrato. Todo trabalho humano envolve tanto a mente quanto o corpo.

O trabalho manual envolve percepção e pensamento. Nenhum trabalho é tão completamente rotinizado, que possa ser executado sem que se tenha alguma forma de organização conceitual. Da mesma forma, todo trabalho mental envolve alguma atividade corporal, a qual é, em muitos casos, um aspecto vitalmente importante desse trabalho.

b) o controle hierárquico e a disciplina, são essenciais para que o capital possa alocar tarefas, impor velocidades e intensificações, punir a má qualidade e assim por diante, pois, afinal de contas, é ele que dá as regras no interior do processo de trabalho. É o capital que aloca tarefas, que especifica esquemas de pagamento e normas, e que impõe penalidades para o caso de falhas. Dizer isso não significa, contudo, que as formas de controle hierárquico não possam ser modificadas e/ou transmutadas. (MANFREDI, 1998, nº. 64.p.8).

c) fragmentação/desqualificação - a desqualificação é inerente ao processo de trabalho capitalista, porque o capital deve ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, deve ser executado à velocidade máxima e com o mínimo de "porosidade", pois o capital requer força de trabalho que seja barata e facilmente substituível. É bastante difícil explicitar o que é essencial à noção de desqualificação. (MANFREDI, 1998, nº.64)

Existem três aspectos a serem considerados:

I - Existe a substituição da relação entre o trabalhador e as ferramentas pela relação entre o trabalhador e a máquina. Em outras palavras, na substituição do artesão pelo operador de máquina, pode ocorrer que essas duas relações sejam simplesmente incomensuráveis, de forma que falar de desqualificação, neste caso, pode confundir. A noção de desqualificação parece acarretar uma escala quantitativa unilinear, ao passo que as habilidades do artesão e as do operador de máquinas podem exigir diferentes escalas.

Pode ser abstrato e arbitrário discutir se existe, ou não, mais habilidade envolvida em transformar o metal em objetos artesanais, batendo com o martelo, ou em operar certas máquinas de processamento de metal;(MANFREDI,1998,nº.64 p.8)

II - Em segundo lugar, todas as funções que exigem certas qualificações especiais para sua operação, são divididas em funções separadas. Na medida em que, uma qualificação, é ainda necessária, ela é distribuída entre tão poucos trabalhadores especializados, quanto possível. (MANFREDI, 1998, nº. 64 p.8)

III- Em terceiro lugar, há a tendência para que as remanescentes, tarefas não qualificadas ou semiqualficadas, sejam separadas umas das outras e distribuídas por diferentes postos. Isto significa a fragmentação adicional dos postos já desqualificados. Este terceiro aspecto da desqualificação, entretanto, é apenas uma tendência. (MANFREDI, 1998, nº 64 p.8)

As abordagens que defendem a dimensão de positividade tomam como eixo à discussão da natureza do trabalho como atividade humana e social que envolve ao mesmo tempo, reprodução e apropriação transformadora. Caracteriza o trabalho como uma atividade de humanização, conotação que também está presente em Marx em vários de seus escritos, notadamente nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* e na *Ideologia Alemã*.

Nesse sentido, concebe-se o trabalho como uma forma de ação original e especificamente humana, por meio do qual o homem age sobre a natureza, transforma a ordem natural em ordem social, cria e desenvolve a estrutura e as funções de seu psiquismo. Relaciona-se com outras pessoas, comunica-se, descobre, enfim, produz sua própria consciência e todo o conjunto de saberes que lhe possibilitarão viver em sociedade, transformar-se e transformá-la.

Esta dimensão, aliada às possibilidades de troca e comunicação inerentes ao ato do trabalho como prática social faz com que os trabalhadores, como sujeitos do trabalho, tenham virtualmente a possibilidade de se apropriarem crítica e

construtivamente do conteúdo e do contexto de realização do próprio trabalho. Nessa perspectiva, os trabalhadores, como sujeitos coletivos, estariam também se construindo e se qualificando, no trabalho e a partir dele, apesar das condições alienantes e alienadoras do trabalho, sob a égide e o controle do capital.

As leituras e argumentações que procuram resgatar a dimensão de positividade no trabalho seguem duas linhas de argumentação: ora recuperam as características imanentes ao trabalho, como atividade social e coletiva; ora resgatam o potencial que possuem os trabalhadores organizados para imporem resistências, transgressões aos padrões instituídos e mesmo para negociarem, a seu favor, condições, normas de trabalho, espaços e mecanismos que lhes garantam maiores direitos (incluindo o de se qualificar) e maior autonomia. (MANFREDI, S. M.-1998 op. cit., p. 39).

Estas duas leituras dos espaços de trabalho, embora retratem aspectos diversos, partem do pressuposto de que, no cotidiano, os espaços de trabalho possuem uma dinâmica social de embates, conflitos, negociação e também de formação.

De acordo com as linhas de argumentação acima, sobre as diferentes posições ou focos de análise existentes no pensamento marxiano em relação ao trabalho, poder-se-ia aventar a possibilidade de que, segundo esses paradigmas teóricos, a concepção de qualificação pressupõe: (MACHADO, 1996, pp.13-40).

- a) uma ideia de determinação, decorrente da própria organização social do trabalho e, simultaneamente, uma conotação de redirecionamento, decorrente da possibilidade de intervenção dos atores sociais envolvidos no processo;
- b) a noção de qualificação adquire uma conotação primordialmente sociocultural e histórica; e,
- c) a ideia da qualificação como um processo constituído com base em um movimento dialético, que comportaria, ao mesmo tempo, elementos qualificantes e desqualificantes, conectados ao ato e/ou atividades de trabalho, não

circunscrita e cristalizada em função de um conjunto prescrito de postos de trabalho, tarefas e funções. (MACHADO, 1996, pp. 13-40)

A partir desta ótica, a díade qualificação/desqualificação seria um componente constitutivo do próprio trabalho humano e, portanto, inerente aos coletivos de trabalhadores, em contraposição à concepção determinista e unilateral de qualificação na acepção tecnicista, calcada na tese da especialização (na ótica da fragmentação de tarefas e funções).

Como se constatou, a noção de qualificação é polissêmica, podendo ser assumida com várias acepções, assim como pode ser tomada, para efeitos de pesquisa, sob ângulos e enfoques distintos. Para alguns, a qualificação é considerada na perspectiva da preparação para o mercado, envolvendo, portanto, um processo de formação profissional adquirido por meio de um percurso escolar e de uma experiência (ou carreira profissional), capaz de preparar os trabalhadores para o ingresso e a manutenção no mercado formal de trabalho.

Outro uso da noção de qualificação é entendê-la como um processo de qualificação/desqualificação inerente à organização capitalista do trabalho, sendo o resultado da relação social entre capital e trabalho e da correlação de forças entre ambos.

Há, ainda, uma terceira visão mais recente da sociologia do trabalho, a francesa, que aborda e define a qualificação a partir da investigação de situações concretas de trabalho. Os autores destes estudos designam tal qualificação de real e operacional. (HIRATA, 1994, pp. 124-138).

Nos últimos dez anos, a concepção de qualificação tecnicista (cuja matriz é o modelo *job/skills*), ancorada nas normas previamente estabelecidas pelas empresas, está convivendo ou sendo substituída por outra concepção, que vem sendo designada *modelo da competência*.

A resignificação do conceito de qualificação e sua substituição pelo de competência, configura-se no uso e na difusão, de um modelo centrado em saberes e habilidades possuídos pelos trabalhadores, iniciado nas grandes empresas

multinacionais ou transnacionais e vem sendo acompanhado por um conjunto de operações e práticas sociais, que lhe dão forma e objetividade.

O processo de reorganização da economia mundial e as transformações técnico-organizacionais não só têm afetado as condições, os meios e as relações de trabalho. Também estão associadas à construção de novas formas de representação ou ressignificação das noções de trabalho, qualificação, competência e formação profissional.

Inúmeros são os estudos que têm sido feitos no mundo do trabalho (no campo da sociologia, da economia, da educação, da ergonomia etc.), no sentido de aprofundar o estudo entre os processos de modernização técnica e organizacional, acompanhando o atual processo de globalização da economia capitalista (em escala mundial), e os impactos destas transformações sobre o mercado de trabalho, a estrutura ocupacional e as qualificações profissionais.

No Brasil, desde o início da década de 1990, vários estudos empíricos têm focado as transformações que estão ocorrendo nos diferentes setores da economia, constatando realidades diferenciadas, heterogêneas e contraditórias. Mostrando que não é possível concluir, de forma linear e universal, que o caráter inovador das atuais transformações na base técnica e material do trabalho, expressa-se, teórica e genericamente, por ganhos de qualificação, por parte dos trabalhadores. (MACHADO 1994, pp. 165-184) .

Contudo, ainda que os diferentes estudos constatem a combinação e a sobrevivência, de várias estratégias de qualificação e requalificação do trabalho e apontem para diferenças regionais e inter e/ou intra-setores da economia, revelam, também, a emergência de um "novo perfil de qualificação da força de trabalho", que tende a institucionalizar as seguintes exigências:

Posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações; de compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações. Como os equipamentos são frágeis e caros, se advoga a chamada administração participativa, que requer também a atenção e a responsabilidade. Haveria também, certo estímulo à atitude de abertura para novas aprendizagens e criatividade para o enfrentamento de imprevistos. As formas de trabalho em equipe exigiriam ainda a capacidade de comunicação grupal. (MACHADO, 1996, p.165-184).

No novo modelo se outorga particular relevância ao conjunto de habilidades, conhecimentos, criatividade e responsabilidade, requeridas dos trabalhadores nos novos postos de trabalho.

No modelo fordista, a qualificação recaía na transmissão de habilidades/conhecimentos no trabalho, no credencialismo a partir dos sistemas escolarizados e nos sistemas escalonados de ascensão, fundamentalmente dados pelo tempo de antiguidade na empresa.

Porém, no modelo "neofordista" ou "pós-fordista", a "nova qualificação" recai num sistema de capacitação e treinamento, tanto no início da contratação (ou prévia a ela), como posterior a ela. A mobilidade ocupacional ascendente se alcança, idealmente, por meio da multiquificação ou da polivalência (domínio de conhecimentos, técnicas e inclusive de áreas específicas no interior de disciplinas) e a rotação de tarefas (destreza em habilidades múltiplas).

Outro atributo da nova qualificação se insere na dimensão cultural. Requer-se no trabalho uma cultura colaborativa ampla caracterizada por:

- a) colaboração entre trabalhadores, grupos e equipes de trabalho e entre trabalhadores de produção e dos setores supervisão e comando;
- b) a co-determinação e participação ativa, e
- c) as práticas interdepartamentais e interprofissionais colaborativas. (CARRILO, 1994, pp. 140-141) .

Há, portanto, no nível das concepções e representações, um movimento no sentido de substituir a noção de qualificação pelo chamado *modelo da competência*.

Segundo Hirata (1994), a noção de competência é oriunda do discurso empresarial nos últimos dez anos, na França, e retomada em seguida por economistas e sociólogos. É uma noção ainda bastante imprecisa, e decorreu da necessidade de avaliar e classificar novos conhecimentos e novas habilidades gestadas a partir das novas exigências de situações concretas de trabalho.

Associada, portanto, aos novos modelos de produção e gerenciamento, e substitutiva da noção de qualificação ancorada nos postos de trabalho e das classificações profissionais que lhes eram correspondentes. (pp. 132-133).

São justificados pela ideia de racionalização reivindicada pelos diferentes protagonistas que estão na sua origem e que vão desde os empresários, as autoridades governamentais, os construtores de referenciais, passando pelos cientistas convocados para dar legitimidade às práticas e representações que estão sendo construídas. (HIRATA, 1994, p. 31).

2.4 Noções de competência

No Brasil, a noção de competência é conhecida no âmbito das ciências humanas (notadamente no campo das ciências da cognição e da lingüística), desde os anos 70 e passou a ser incorporada nos discursos dos empresários e dos técnicos dos órgãos públicos que lidam com o trabalho e por alguns cientistas sociais, como se fosse uma decorrência natural e imanente ao processo de transformação na base material do trabalho.

Usada de forma generalizada, é empregada indistintamente nos campos educacionais e do trabalho como se fosse portadora de uma conotação universal. No discurso dos empresários, há uma tendência a defini-la menos como "estoque de conhecimentos/habilidades", mas, sobretudo, como capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. O desempenho e a própria produtividade global passam a depender, em muito, dessa capacidade e da agilidade de julgamento e resolução de problemas. (LEITE, 1996, p. 162).

Segundo uma pesquisa realizada por Manfredi (1997), em empresas metalúrgicas de São Paulo, parece haver um certo consenso quanto à seguinte noção de qualificação;

A capacidade de mobilizar saberes para dominar situações concretas de trabalho e transpor experiências adquiridas de uma situação concreta a outra. A qualificação de um indivíduo é sua capacidade de resolver rápido e bem os problemas concretos mais ou menos complexos que surgem no exercício de sua atividade profissional. (MANFREDI, 1997, pp. 164-165)

O exercício dessa capacidade implicaria a mobilização de competências adquiridas ou construídas mediante aprendizagem, no decurso da vida ativa, tanto em situações de trabalho como fora deste, reunindo:

- o "saber fazer", que recobre dimensões práticas, técnicas e científicas, adquirido formalmente (cursos/treinamentos) e/ou por meio da experiência profissional; (MANFREDI, 1997, pp. 164-165).
- o "saber ser", incluindo traços de personalidade e caráter, que ditam os comportamentos nas relações sociais de trabalho, como capacidade de iniciativa, comunicação, disponibilidade para a inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade; (MANFREDI, 1997, pp. 164-165).
- o "saber agir", subjacente à exigência de intervenção ou decisão, diante de eventos - exemplos: saber trabalhar em equipe, ser capaz de resolver problemas e realizar trabalhos novos, diversificados. (MANFREDI, 1997, pp. 164-165).

Nesta mesma linha de argumentação, o documento "**Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**", elaborado pela Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho – SEFOR/MTB, refere-se à competência como sendo processual, exigindo, portanto, um processo de educação contínua, que desenvolveria um conjunto de habilidades. (MANFREDI, 1998, p.11)

Para isto são definidas tipologias de habilidades a seguir mencionadas:

- *As habilidades básicas podem* ser entendidas em uma ampla escala de atributos que parte de habilidades mais essenciais, como ler, interpretar, calcular, até chegar ao desenvolvimento de funções cognitivas que propiciem o desenvolvimento de raciocínios mais elaborados. (MANFREDI, 1998, p.11).
- *As habilidades específicas* estão estreitamente relacionadas ao trabalho e dizem respeito aos saberes, saber-fazer e saber-ser; são exigidas por postos, profissões ou trabalhos em uma ou mais áreas correlatas. (Idem)

- As *habilidades de gestão* estão relacionadas às competências de autogestão, de empreendimento e de trabalho em equipe. (Idem)

Independentemente da fluidez com que se trabalham as noções de competência, habilidades, capacidades, como se não fossem matizadas e diferenciadas no campo das ciências cognitivas, como veremos mais adiante, as diferentes tipologias e os esquemas classificatórios utilizados denotam a polissemia da noção de competência e a fluidez do modelo que leva seu nome.

Contudo, a ampliação e substituição da qualificação pela "competência" trazem consigo uma fluidização dos códigos sociais preexistentes, que demarcavam as relações entre saber, especialização profissional, cargos, carreira e salários.

Aumentando assim a possibilidade de adoção, por parte dos empregadores, de mecanismos mais idiossincráticos e unilaterais na definição do enquadramento profissional e dos critérios de mobilidade ocupacional dentro da empresa e, quiçá, no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a imprecisão da noção de competência, definida de forma abrangente, parece coadunar-se com os pressupostos de "flexibilização de direitos" trabalhistas e sindicais.

Outra diferença está na explicitação de tipos de competências e habilidades que enveredam pela subjetividade e por componentes socioculturais, com conotações assumidamente ideológicas. Tais competências estavam subsumidas no modelo tecnicista, sendo valoradas, de modo implícito, por meio das políticas de recursos humanos.

Em resumo, observa-se que o desenvolvimento moderno necessita, cada vez mais, de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. Tem sido ampliada a visão, no universo da educação, de que, além do currículo tradicional, os alunos devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participarem como cidadãos e como profissionais.

Acresce-se a isso a importância da educação, quando consideradas as alternativas de busca de oportunidades de trabalho e renda, nas estratégias de desenvolvimento local, empreendidas por diversos atores institucionais do nosso país.

Com o peso crescente das iniciativas locais, é natural que, da educação, se espere não só conhecimentos gerais, mas as compreensões de como os conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local.

A educação não é utópica, é, por essência, concreta. Pode, até a princípio, ser concebida como algo abstrato, porém, se define por suas realizações objetivas. Como escreve Álvaro Pinto em seu livro “Sete Lições sobre a Educação de Adultos”:

A educação é um processo exponencial, se multiplica por si mesma, com sua própria realização. Quanto mais educado mais necessita o homem educar-se. “O avião não foi feito para voar, mas para o homem voar”. (VIEIRA PINTO, 2005, p. 80, v. 1) .

CAPÍTULO 3- DESAFIOS PARA DESENVOLVER UM PROCESSO EDUCACIONAL.

Analisando o passado para melhor compreendê-lo pode-se discorrer sobre a época das sociedades agrícola e industrial, em tempos mais remotos, e, mais recentemente, sobre a sociedade da informação, cujo período teria se encerrado na véspera do momento atual.

Não se pode imputar limites rígidos ao início e fim destes períodos, cada um deles fez parte de uma época histórica, que apresentam pontos positivos e negativos. No entanto vive-se em um momento posterior ao da Informação, um novo foco, fator inquestionável, o conhecimento.

Vale ressaltar alguns pontos em relação ao paradigma da informação. A velocidade, sem dúvida extraordinária, na transmissão das mesmas, o ritmo de expansão da internet no mundo, levou apenas um terço do tempo que precisou o rádio para atingir uma audiência de 50 milhões de pessoas, Quéau (1999). A redução dos preços dos computadores, o volume de capacidade, de processamento, que facilitou grandemente essa difusão, mas, não permitiu ainda superar a relação entre nível de renda e acesso às novas tecnologias.

Uma questão ética deste paradigma não discutida, muitas vezes, por analistas, diz respeito ao aprofundamento de desigualdades sociais, desta vez, sobre o eixo do acesso à informação. Dispondo de uma população algumas vezes maior, os baixos níveis de renda *per capita* nos países em desenvolvimento, refletem-se em alta taxa de analfabetismo adulto, baixo acesso à educação formal avançada e à tecnologia da informação, tanto convencional, quanto moderna.

É necessário que aconteça uma transformação sociocultural para desencadear o progresso social e iniciar um processo de desenvolvimento que, só será possível, por meio de um esforço educacional que permita reverter as estruturas mentais e o quadro institucional da sociedade tradicional.

Contudo, o principal efeito educacional será o grau de formação humana e social que traduzir-se-á, fundamentalmente, numa nova atitude mental face ao progresso.

Para Vieira Pinto (1999), a educação tem função social permanente. Ele afirma que na sociedade “todos educam a todos”, o indivíduo não vive isolado, logo sua educação é contínua. Não existe sociedade sem educação, ainda que nas formas primitivas possa faltar a educação formalizada, institucionalizada, nenhum membro da comunidade é absolutamente ignorante. A sociedade está continuamente equipando seus membros com conhecimentos e atitudes que permitem a sobrevivência do grupo humano.

O homem é um ser inacabado e se constitui a si mesmo ao longo de sua existência social, é educado pela sociedade e a modifica como resultado da educação que recebe dela. Nisto consiste o progresso social: no processo de autogeração da cultura.

Vive-se uma nova era da sociedade do conhecimento, não se pode mensurar seu período de durabilidade, provavelmente mais breve do que os anteriores, impreciso, pelo menos em termos conceituais, mas pode-se entender que não é um fator de produção, como eram considerados anteriormente a terra, o trabalho, o capital. O que torna singular esta nova sociedade é a percepção de que os ativos, ditos tangíveis, passam a ter menor valor que a capacidade intelectual e de serviços das pessoas, ou organizações, caracterizando o que se passa a conceber como ativos intangíveis.

Neste sentido, muitos autores afirmam que o conhecimento é fonte de poder, é a chave para futuras mudanças de poder, que coloca indivíduos, organizações e governos como fatores de inestimável importância, no sentido de liderar estratégias de desenvolvimento focado em mundo global, com uma visão de futuro capaz de agregar valores aos novos produtos e serviços que assegurem o crescimento sustentável da população.

Atualmente, as principais economias do mundo estão baseadas no conhecimento, que representa, sem dúvida, a principal fonte de riqueza. Na sociedade globalizada em que avança o novo paradigma, a emergência de novas forças de exclusão se dá, tanto em nível local quanto global, e requer esforços em ambos os níveis, no sentido de superá-las. Ações fundamentais, nessa direção, são as que promovem o acesso universal, tanto à infraestrutura quanto aos serviços de informação a preços acessíveis.

O nível de agregação das citações acima mencionadas, esconde diferenças importantes dentro do mundo em desenvolvimento, mas, mesmo para o terço mais avançado dentre eles, aplica-se, segundo Werthein (2000), a advertência de Mansell e Wehn (1998, capítulo 13) para os quais, o papel das tecnologias de informação na construção de uma “sociedade do conhecimento” inovadora, poderá ser muito relevante e contribuir para o desenvolvimento sustentado, mas, será acompanhado de muitos riscos. As novas tecnologias e seu uso requerem investimentos na elevação das capacidades tecnológicas locais e no desenvolvimento das instituições políticas, culturais, econômicas e sociais. E afirmam:

não se pode esperar estratégias visando acelerar a difusão do novo paradigma que erradiquem a pobreza, em curto prazo, e há riscos, de que as novas políticas e investimentos nas aplicações das tecnologias de informação, introduzam novas forças de exclusão (pp.258).

No campo educacional dos países em desenvolvimento, decisões sobre investimentos para a incorporação da informática e da telemática, implicam, também, em riscos e desafios. Será essencial identificar o papel que essas novas tecnologias podem desempenhar no processo de desenvolvimento educacional e, isso posto, resolver como utilizá-las de forma a facilitar uma efetiva aceleração do processo, em direção a educação para todos, ao longo da vida, com qualidade e garantia de diversidade.

O processo educativo vem enfrentando um grande desafio para que se torne cada vez mais ativo e importante para a vida dos participantes em geral, sejam as crianças da pré-escola, os estudantes universitários na graduação ou na pós-graduação.

A evolução que se observa do ponto de vista econômico, social, político e cultural, corresponde a um mundo totalmente diferente que faz os professores levarem em conta estas mudanças que, tornam-se dramáticas, e leva-os a manter íntimo contato com o que acontece fora das salas de aula, para que suas classes não se tornem desinteressantes e fora da realidade.

As novas tecnologias de informação e comunicação tornam-se, hoje, parte de um vasto instrumental, historicamente mobilizado, para a educação e aprendizagem. Cabe a cada sociedade decidir que composição do conjunto de tecnologias educacionais deseja mobilizar para atingir suas metas de desenvolvimento.

Defourny (2010) ressalta que é necessário ter clareza sobre que tipo de educação poderá servir como elemento estruturante desse projeto. Nessa perspectiva, ressalta ainda, que há de se considerar a importância da articulação das políticas educacionais com outras políticas e com propostas renovadas de desenvolvimento humano, social e econômico.

O progresso da educação, ciência e cultura é, fundamentalmente, o de compartilhar informação e de criar novos meios de aprendizagem. Dentre os vários princípios gerativos e estratégicos de método no processo educacional, ressalta-se o princípio dialógico.

É preciso reintroduzir o papel do sujeito no conhecimento e na sociedade. Não se pode pensar a sociedade reduzindo-a aos indivíduos ou à totalidade social, a dialógica entre indivíduo e sociedade deve ser pensada num mesmo espaço. O sujeito não reflete a realidade, ele constrói a realidade por meio de vários princípios, entre eles, o dialógico.

A mobilidade social não é necessariamente individual, mas, dos atores da sociedade. A atual estrutura educacional permite que um número crescente de pessoas acompanhem às mudanças estruturais, como, por exemplo, o deslocamento dos eixos da economia, para discutir o papel estratégico da relação entre as políticas educacionais e as políticas de desenvolvimento do país.

Desenvolver o processo educacional propõe estratégias e princípios gerativos como ferramentas que facilitam o desenvolvimento de estratégias para o conhecimento, como também o desenvolvimento das estratégias de ação.

Observa-se uma crescente participação do conhecimento na atividade econômica, o que apresenta o conhecimento como o quarto fator de produção de cadeias alicerçadas no próprio conhecimento que dão sustentação aos sistemas produtivos.

Embora a questão do conhecimento relacionado à economia tenha adentrado mais recentemente os círculos acadêmicos, públicos e políticos, não se pode conceber este fato como uma novidade, pois o conhecimento sempre constituiu um ponto central na existência humana e sempre desempenhou papel vital em todas as fases do desenvolvimento histórico de qualquer sociedade.

Os debates epistemológicos em torno do termo conhecimento costumam girar sobre significados, formas e reivindicações de conhecimento e, no decorrer dos mesmos, várias duplas de alternativas disputam a supremacia, tais como conhecimento científico ou comum; conhecimento acadêmico ou social; explícito ou codificado e implícito ou tácito; refletivo ou experiencial; teórico ou prático; construtivista ou objetivista.

Para a percepção no que se refere ao processo educacional, este elemento dinâmico da chamada nova economia, não trata simplesmente da informação ou do conhecimento codificado, mas daquele conhecimento tácito, que não se separa do sujeito e que depende de um complexo processo de aprendizagem, envolvendo a mobilização da sociedade para o desenvolvimento local.

Como consequência, espera-se que, a médio e longo prazo, quer seja pela formação de trabalhadores qualificados, que podem ser empregados na região, quer pela expansão de conhecimento gerado por instituições, como no caso em estudo, as Faculdades de Santa Cruz do Capibaribe, venham beneficiar as empresas locais e, também, toda a Região do Agreste. Ressalta-se, porém, que a internalização

dessas externalidades, por parte das empresas, dependerá do nível de interação estabelecido entre as empresas e a Universidade.

Exige-se dos indivíduos novas competências para seleção e administração das informações, tendo em vista a produção e os novos conhecimentos. É necessário desafiar empresas e trabalhadores a adquirirem a informação e a competência para transformar a informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, no conhecimento.

As antigas profissões desaparecem e as que permanecem, mesmo as mais tradicionais e conhecidas, têm seu perfil modificado, exigindo novas habilidades e conhecimentos. A revolução tecnológica obriga o trabalhador a utilizar cada vez mais o seu raciocínio e sua criatividade. Por esta e outras razões, o analfabetismo e o analfabetismo funcional precisam ser erradicados, pois representam os principais entraves sociais para a inserção do indivíduo na sociedade moderna, uma vez que retiram praticamente todas as possibilidades de participação e transformação social.

O acesso à educação possibilitará uma formação ampla, baseada nos valores humanos, na visão crítica do mundo e do seu papel de cidadão.

Alguns empresários já perceberam que o baixo nível de escolaridade caracteriza um obstáculo para as empresas, pois influi no modo como o trabalhador se apropria das informações, constrói seus conhecimentos e os aplica em suas atividades.

Para isto, o processo educacional deve levar em consideração, o que Morin chama de religação dos conhecimentos, a reforma do pensamento e uma educação para a complexidade, que abra mão de um conhecimento fechado, regrado, circunscrito, acabado, programático, para aventurar na caminhada do conhecer que se faz caminhando. Propõe um conhecimento multidimensional dos fenômenos humanos, portanto um conhecimento inacabado, incompleto e parcial.

O trabalho intelectual não pode ser dissociado de uma atitude engajada no mundo e na vida. Ao explicar a reforma do pensamento, Morin discorre sobre a

transdisciplinaridade como uma perspectiva que a acompanha e que considera a inseparabilidade do múltiplo e do diverso.

Podemos dizer que trata-se da superação da casualidade unilinear e em única direção, para uma casualidade circular e com múltiplos referenciais, que integra, ao mesmo tempo, noções antagônicas e complementares, como a idéia da relação das partes no todo e do todo nas partes.

Entende-se que o conhecimento avança pela capacidade atitudinal do conceituar e globalizar, para a resolução de problemas. Um problema é constituído por várias facetas, o que implica ações interligadas. Morin ainda afirma que menos importa,

uma cabeça bem cheia que acumula e empilha saberes, do que “uma cabeça bem feita” que é aquela que reflete e trata os problemas, organiza e religa conhecimentos e a eles confere sentido. (2000, p.21).

Os cenários complexos que se nos apresentam às incertezas, imprevisibilidades e contradições da existência, exigem novas maneiras de reaprender. Muitas vezes precisamos desaprender conceitos fechados e obsoletos que, algum dia aprendemos e reservamos nas prateleiras da consciência, para aprendermos as novas possibilidades dos novos cenários que delineiam e redesenham a multiculturalidade planetária.

Para delinear e redesenhar a educação para a era planetária, é preciso entender, que o termo “planetarização” contém em sua raiz etimológica a ideia de aventura da humanidade, é mais complexo que “globalização”. A relação do ser humano com a natureza e o planeta não pode ser concebida de uma forma redutora, separada, como se depreende da noção de globalização, pois a terra não é só um lugar onde se espraia a globalização, mas uma totalidade complexa física/biológica/antropológica.

Compreender este contexto é o principal desafio da educação e primordial fator para alcançar uma civilização planetária capaz de despertar uma sociedade-mundo. Não é possível saber o futuro, não está escrito em nenhum lugar, mas, com certeza, ele será o que se fizer dele, o que se conseguir construir.

CAPÍTULO 4 – SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE: DIFERENÇA CONJUNTURAL E MECANISMOS DE SUPERAÇÃO

4.1 Retrospectiva Histórica e Conjuntural

O município de Santa Cruz do Capibaribe, localizado no Agreste Setentrional do Estado de Pernambuco, na microrregião do alto Capibaribe, ver mapa 1 adiante, distante da capital a 187,8 Km, em 1892 integrava o território do município de Taquaritinga do Norte, denominado nesta época apenas de Santa Cruz pequeno povoado, banhado na margem esquerda pelo Rio Capibaribe. Já contava nesta época com uma das maiores feiras de rua dentre lugares de tamanho similar.



Fonte: IBGE - Malha Municipal do Brasil-1997.

Mapa 1 - Microrregião do alto Capibaribe

Em 29 de dezembro de 1953, tornou-se autônomo pela Lei nº 1.818, assinada e sancionada, pelo então governador do Estado de Pernambuco, Etelvino Lins de Albuquerque, e incorporou o nome do rio, que o banhava, passando a denominar-se Santa Cruz do Capibaribe.

Santa Cruz do Capibaribe está situado nos 70% do território nordestino que abriga o semiárido, na mesorregião do agreste pernambucano e microrregião do Alto do Capibaribe, enfrentou sempre grandes problemas com a falta de água. Possui um

relevo suavemente ondulado, solo argiloso, arenoso, pedregoso e rochoso, com uma vegetação de caatinga hipoxerófila. Apesar disso, a população encontrava na agricultura de subsistência e na criação de pequenos rebanhos, as principais fontes de ocupação e renda, mesmo numa região adversa a essas práticas ².

Em alguns períodos de sua história explorou atividades como a produção de algodão, de calçados e carvão vegetal. No entanto, a população local teve sempre uma vocação para comercializar em feiras livres existentes no interior, onde era comum a troca de roupas por mercadorias, sem depender da interveniência da moeda. (BEZERRA, 2004).

Santa Cruz do Capibaribe deixou de priorizar a agropecuária de subsistência, numa região naturalmente adversa a essas práticas, e, passou a canalizar esforços no trabalho com retalhos, tecidos, e particularmente, confecção de roupas.

Na fase inicial do trabalho eram utilizados retalhos de tecidos. Na verdade aproveitavam-se as sobras e as pequenas tiras de tecidos - que a princípio não tinham utilidade nas fábricas – para emendar uma nas outras, fazendo assim, os primeiros, de muitos produtos de tecidos, fabricados no município.

Para registrar um pouco da história de Santa Cruz do Capibaribe, coloca-se algumas fotos conseguidas em sites do município, que ilustram um pouco, como foi o começo das atividades naquele município.

² Para mais informações visitar o portal Pernambuco de A à Z. Disponível no endereço: <http://www.municipiospe.com.br/index.php> (acesso em 20 de março de 2011).

4.2 Fotos Históricas



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe

Figura 1 - Desfile de 7 de setembro na Rua Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe

Figura 2 - Rua do Pátio, com a feira dos anos 90



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe

Figura 3 – Inauguração do primeiro gerador de energia



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe

Figura 4 - Santa Cruz ainda distrito de Taquaritinga do Norte



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe



Figura 5 – O Primeiro Caminhão do Município e a Centenária Banda Novo Século

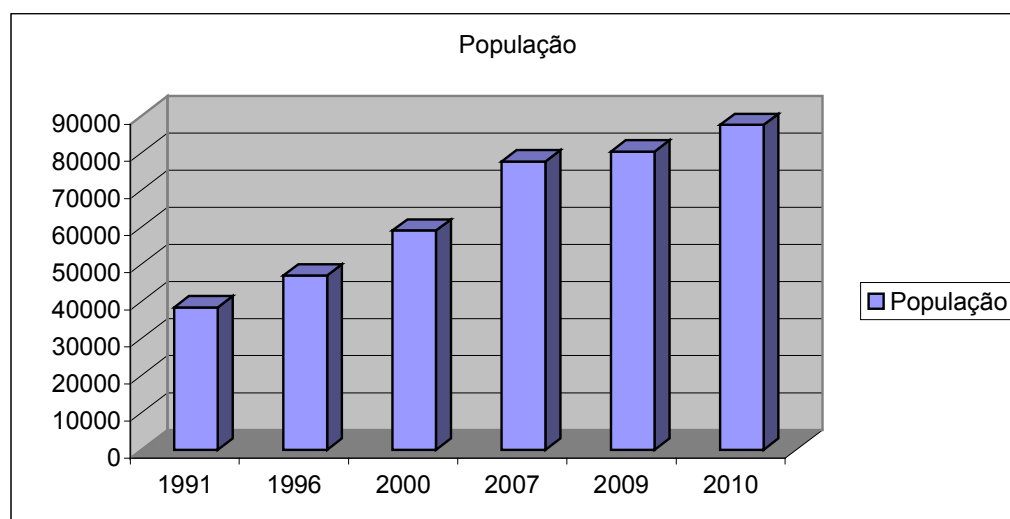
4.3 Alicerces do desenvolvimento e mecanismos de superação

Nos últimos vinte anos, Santa Cruz do Capibaribe teve um crescimento relevante em vários aspectos políticos, sociais e econômicos. Sua população que era de 59.048 habitantes (Censo IBGE 2000), hoje apresenta uma população de 87.538 habitantes e seus indicadores sociais também tiveram avanços significativos. A tabela 1, mostra a significativa evolução da população em apenas dez (10) anos.

Tabela 1 - Evolução da população

ANO	1991	1996	2000	2007	2009	2010
POPULAÇÃO	38.332	46.969	59.048	77.680	80.330	87.538

Fonte: BDE/IBGE (acesso em fevereiro de 2011)



Fonte: Elaboração Própria - Dados retirados do BDE/IBGE.

Gráfico 1 – Evolução da população

O dinamismo de sua economia gerou grande crescimento populacional, Santa Cruz do Capibaribe transformou-se no maior parque de venda de confecções da América Latina (www.senai.br) (acesso em abril de 2011). Ainda, segundo o IBGE

(2007), foi a cidade que mais cresceu no estado de Pernambuco nos últimos dez anos.

Enfim, é aguçada a curiosidade de saber que estratégias, mecanismos e instrumentos pode-se dimensionar como forças propulsoras que contribuíram para o crescimento daquela localidade. Destaca-se alguns eventos que, sem dúvida, alavancaram o processo de desenvolvimento local.

Entre outros, tem-se o fato de que Santa Cruz foi pioneira na exploração de um tipo de atividade produtiva no Nordeste, pois os santa-cruzenses foram os primeiros a trabalharem com sobras de tecidos e retalhos, para a fabricação artesanal de roupas. Um caso típico de empreendedorismo, um exemplo de sucesso desenvolvido por micro e pequenos produtores em plena região semiárida.

Outro aspecto é que, desde 1950, quando teve início o processo de criação e estruturação da atividade confeccionista do município, a base foi o conhecimento acumulado durante o curso da evolução dessa atividade, que se deu de forma puramente empírica.

Ou seja, foi dos conhecimentos acumulados e da experiência prática nas diversas tarefas, ocupações e situações, que surgiu a necessidade de tornar o processo produtivo, comercial e rentável financeiramente.

Percebe-se, ainda, que, a partir de 1990, um pequeno grupo, porém expressivo, de confeccionistas do município, resolveu buscar ações direcionadas à modernização do setor, visando a estruturação das organizações e a enfrentar e superar os momentos de crise e incertezas da economia brasileira da época, com planos econômicos confusos e sem um rumo definido (BEZERRA 2004).

Entre as principais ações dos confeccionistas santa-cruzenses, destacam-se: a participação em feiras de matéria prima e maquinário têxtil e do vestuário, para obter conhecimento técnico, de novos mercados e, principalmente, conhecer melhor a concorrência, além das novidades desses setores; as consultorias empresariais; a

racionalização do processo produtivo e os cursos para implantação de programas de qualidade total. (BEZERRA 2004).

O resultado desse importante processo de evolução da atividade confeccionista com base no conhecimento, que teve início em 1990, ficou bastante evidente em 2000, quando empresas sediadas em Santa Cruz venceram, por quatro anos consecutivos, o prêmio Destaque Empresarial Estadual, oferecido pelo Sebrae e pelo grupo Gerdau. (BEZERRA 2004).

As empresas vencedoras foram Rota do Mar (2000 e 2001), Michelle Moda Intima (2002) e Confecções Yanomami (2003), (BEZERRA, 2004). Um fato importante é que essas três empresas têm sua origem alicerçada na microempresa familiar. Lamenta-se que apenas uma minoria procurou esse processo de evolução para o desenvolvimento de suas empresas.

No período entre 1992 e 1993, começaram também a participar instituições de classe, como a ASCAP e a CDL, com atividades para melhoria do desempenho dos empresários locais.

4.4 Aspectos conjunturais de Santa Cruz no desenvolvimento local

Santa Cruz do Capibaribe, além de uma cidade pólo é a maior produtora de confecções de Pernambuco e, segundo informações do Senai, é a 2º maior produtora de confecções do Brasil, possui o maior parque de confecções da América Latina em sua categoria.

O município possui, além dos estabelecimentos de indústria e comércio, o Moda Center Santa Cruz, que agrega milhares de lojas e é um espaço de grande dimensão, dividido em ruas identificadas por letras e áreas de lojas por cores.



Fonte: Guaraci Baldi em 11/12/2007 (acesso maio 2011)

Figura 6 – Moda Center Santa Cruz

O Moda Center Santa Cruz, tem movimento diário intenso, atendendo a compradores vindos de todo Brasil. Em quase todos os boxes por onde se passa, é possível ver-se clientes realizando compras, fazendo a economia da Capital da Confeção, circular.

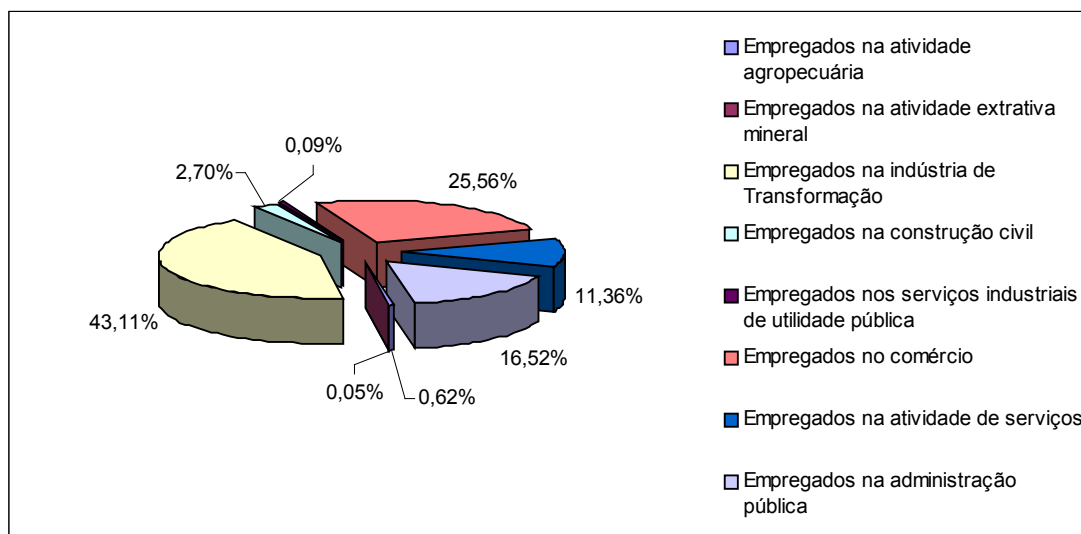
Enquanto o desemprego assola outras cidades brasileiras, Santa Cruz do Capibaribe tem taxa de desemprego quase zero, conforme dados obtidos por meio do site da CDL de Santa Cruz do Capibaribe, (<http://blogdacdlsc.com/>, atualizado em fevereiro de 2011 e acessado pela Internet em 27 de junho de 2011).

Por outro lado, o número de empregados no setor formal é de 8.755 pessoas (IBGE/BDE,2009). Analisando-se a quantidade de estabelecimentos (12 mil), percebe-se que o trabalho informal predomina, estima-se que 60% ou mais, dos empregados, estejam à margem do mercado formal.

Tabela 2 - Distribuição dos empregados por atividade nos setores formais, no município de Santa Cruz do Capibaribe, e a relação entre o município e o estado de Pernambuco, em 2009

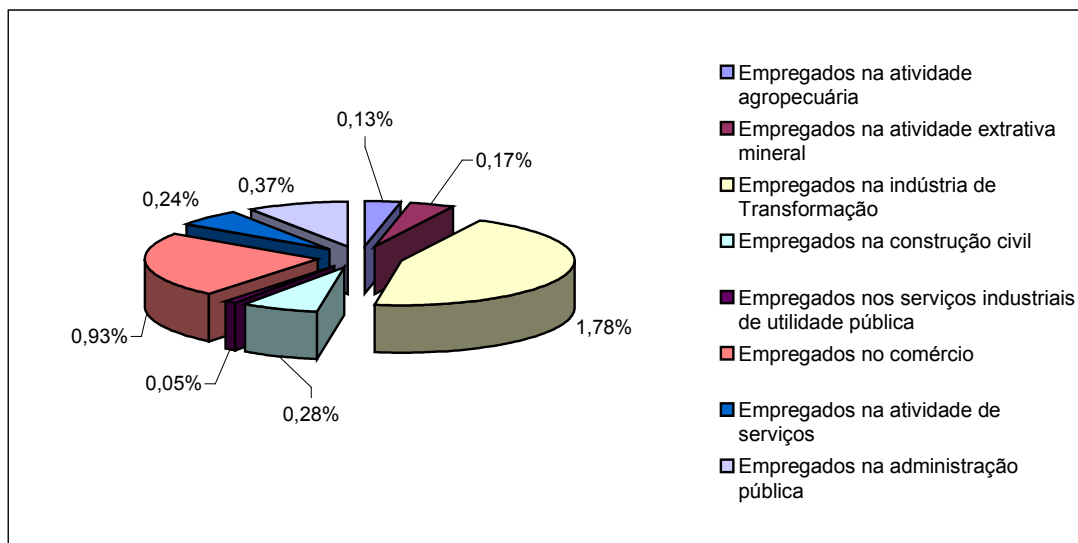
Especificação	Santa Cruz do Capibaribe		Pernambuco	SCC/PE
	Qtde. (a)	(%)	Qtde. (b)	(a/b) (%)
Total de empregados no setor formal	8.755	100,00	1.399.997	0,63
Empregados na atividade agropecuária	54	0,62	42.077	0,13
Empregados na atividade extrativa mineral	4	0,05	2.415	0,17
Empregados na indústria de Transformação	3.774	43,11	212.081	1,78
Empregados na construção civil	236	2,70	85.480	0,28
Empregados nos serviços industriais de utilidade pública	8	0,09	16.222	0,05
Empregados no comércio	2.238	25,56	240.558	0,93

Fonte: Base de Dados Do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/Ipea/fjp; MTE e agência Condepe/Fidem. (acesso em março 2011).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BDE (acesso março 2011)

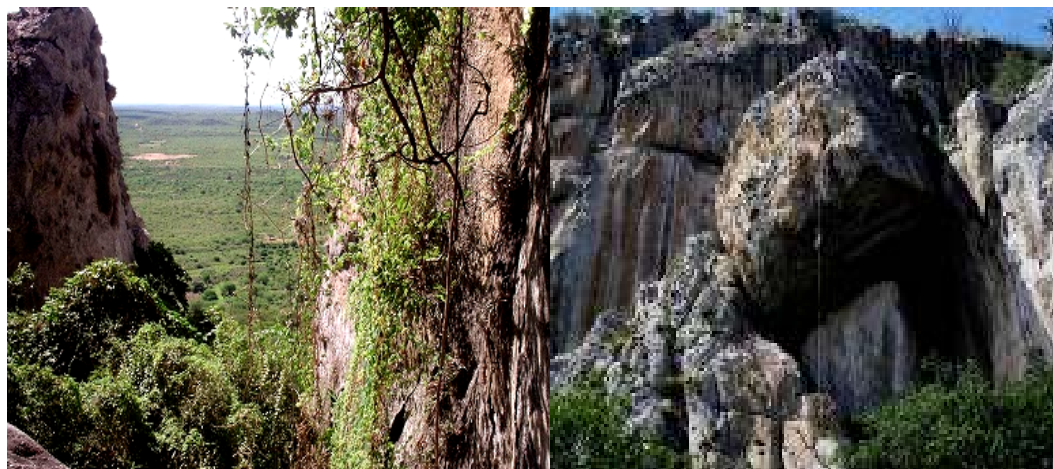
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos empregados nos setores formais da economia no município de Santa Cruz do Capibaribe em 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BDE – (acesso março 2011)

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos empregados nos setores formais da economia de Santa Cruz do Capibaribe em relação ao estado de Pernambuco, em 2009.

Outro aspecto que merece menção é a viabilidade turística, não só dos que vêm em busca das roupas, mas àqueles pesquisadores, arqueólogos, geólogos, professores e estudantes de algumas universidades que visitam o Distrito, pertencente ao município de Santa Cruz, que fica à 22km da sede, a Serra do Pará.



Fonte: <http://www.serradopara.com.br/aserra.htm>

Figura 7 – Serra do Pará

A Vila guarda riquezas quase inexploradas da região, com seus sítios arqueológicos e paleontológicos da Serra do Pará, que tem um potencial turístico formidável a ser preservado e explorado, desenvolvendo o turismo ecológico.

Existem disparidades conjunturais no processo de desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe, pois apesar do pioneirismo de sua história, de sua tendência empreendedorista, que se efetivou num crescimento rápido, visível e porque não dizer, desbravador e de sucesso, precisa enfrentar graves problemas e desafios instigantes.

Estes desafios são reais, imediatos e futuros, para a afirmação de Santa Cruz como cidade pólo dessa microrregião. O crescimento econômico produziu grande imigração de pessoas em busca de renda para sobrevivência, o que tem acarretado sérios problemas, principalmente de infraestrutura. Para solucioná-los é preciso utilizar mecanismos adequados e capazes de promover a superação dos mesmos.

Fala-se que a cidade cresceu, porém cresceram também os problemas de abastecimento de água, de iluminação pública, de urbanização, de pavimentação, (apenas 30% das ruas são calçadas), de áreas verdes, de lazer, de organização de trânsito, de um distrito industrial produtivo, de maior atenção à zona rural, e de rede de esgoto eficaz, entre outros. Maiores informações sobre os problemas enfrentados pelo município, encontram-se no próximo capítulo, na análise das entrevistas realizadas em Santa Cruz do Capibaribe.

As dificuldades na área de saúde são sérias, pois não existe um Hospital Regional para atendimento à população local, aos distritos, aos municípios circunvizinhos e aos visitantes, que afluem à cidade especialmente nos dias das feiras e praticamente dobram o número da população, e isto é uma constante, pois, durante três dias, semanalmente, acontecem as feiras.

A Tabela abaixo apresenta um quadro bastante deficitário, no que diz respeito aos indicadores de saúde.

Tabela 3 – Saúde

Indicadores	Ano	Município	Estado
Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	2007	12,97	18,73
Estabelecimentos de internação com atendimento SUS	2009	3	304
Leitos hospitalares com atendimento SUS	2009	97	18.574
Leitos do SUS por mil habitantes	2009	1,21	2,11
Médicos do SUS	2009	28	8.204
Médicos do SUS por mil habitantes	2009	0,35	0,93

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/Ipea/fjp; INEP, Datasus e agência Condepe/Fidem. (acesso em abril de 2011).

São problemas estruturais, cuja causa maior é a ausência de gestão pública, que alicerça a administração e permite a prática da governança e da governabilidade. Sem isto não haverá o desenvolvimento socioeconômico, que viabiliza a sustentabilidade local.

O desenvolvimento exige o crescimento da capacidade de boa governança, que está relacionada com a capacidade gerencial da administração pública, com a capacidade da sociedade, com a construção de canais de participação. Os santacruzenses precisam compreender a necessidade de organizar uma sociedade participativa, que tenha responsabilidade e compromisso com o presente e, principalmente, com o futuro.

Com a versatilidade e o dinamismo da indústria da moda, a globalização da economia e com os mais diversos incentivos para a exportação, é fundamental, sobretudo para as empresas que planejam trabalhar com a exportação, ou mesmo ingressar em mercados nacionais mais exigentes, buscar, continuamente, o caminho da qualidade para os seus produtos e serviços e, assim, garantir legitimidade e efetividade da produção, proporcionando o aumento das negociações, gerando mais renda e melhor condição de vida para a população local.

Santa Cruz do Capibaribe tem desafios reais, imediatos e futuros que não estão simplesmente voltados para a subsistência humana, ou, em apresentar taxa

zero de desemprego, mas, para uma estrutura organizacional e administrativa eficiente. Capaz de agregar valor aos produtos, aumentar o número de empresas formais, propiciar o engajamento das instituições, revitalizar os Conselhos Municipais, investir maciçamente na educação e principalmente na implantação e exequibilidade do planejamento estratégico para atender as demandas locais e promover efetivamente o desenvolvimento socioeconômico sustentável da localidade.

CAPÍTULO 5 – EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

5.1 - Análise de Resultados

Para respondermos a problematização enunciada neste trabalho, foram utilizados instrumentos de pesquisa bibliográfica documental, usando a proposta metodológica quanto aos fins e aos meios, como o método dedutivo e o estudo de caso, por estar restrito a uma comunidade.

Os documentos referenciais foram extraídos de livros, redes eletrônicas, publicações científicas, informativos, e banco de dados em fontes confiáveis, para seleção do contexto, de forma a garantir um quadro claro dos métodos utilizados e que respondam aos questionamentos e às variáveis dependentes e independentes, possibilitando, assim, a verificação dos resultados.

Os dados pesquisados estão relacionados com a problematização e os questionamentos pertinentes, que enfocam a educação como um instrumento eficaz e capaz de promover a cidadania, as mudanças para o desenvolvimento socioeconômico, e ainda, propor novos paradigmas no processo de construção de uma nova sociedade, mostram-nos nessas informações, os grandes problemas e disparidades existentes no município, em relação ao crescimento da cidade e ao desenvolvimento de políticas sociais e econômicas.

Procura-se demonstrar, neste capítulo, o resultado da pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas (11), para melhor compreensão da realidade atual de Santa Cruz do Capibaribe e análise de dados secundários.

As variáveis selecionadas para dar as respostas à pergunta problema foram voltadas para quatro temas: educação, trabalho e rendimento, relações socioeconômicas e o papel das instituições.

Por meio destas variáveis, observou-se que o crescimento econômico, bastante significativo de Santa Cruz do Capibaribe, haja vista o PIB per capita ser de 4.916 (2008), não consegue dar conta de promover o desenvolvimento social que garanta o bem estar dos seus habitantes e o atendimento às demandas locais.

Para a organização da análise dos resultados, os dados e as informações serão apresentadas por assunto, seguindo o roteiro dos aspectos acima citados.

5.2 – Indicadores de Educação

Educação é a área temática de maior importância para este trabalho, pois é a política pública social que perpassa e interfere em todas as demais políticas, sendo um instrumento fundamental para todas as abordagens estratégicas, táticas e operacionais que contribuem para a efetivação do processo educacional e pode dar sustentabilidade ao desenvolvimento social e econômico de uma localidade.

No caso em estudo, os dados apontam para situações bastante adversas no que diz respeito a educação. Como se pode ver na tabela abaixo, a taxa de analfabetismo atinge percentual mais elevado do que a do Estado. O nível de escolaridade, também apresenta índices muito baixos.

Informações mais recentes (2011) sobre a matrícula inicial de jovens e adultos encontradas no portal da BDE;IBGE, divulgam que, em Santa Cruz do Capibaribe, apenas 144 jovens e adultos frequentam o EJA; 101 alunos fazem pré vestibular; 159 cursam o ensino superior e 11 pessoas possuem mestrado e doutorado. Mesmo tendo Escola Técnica e duas (02) Faculdades locais, o número de pessoas que estudam, está muito aquém do total da população que se encontra na faixa etária propícia ao estudo.

Outra informação divulgada pela BDE, fonte IBGE/censo demográfico 2000, é que o número de pessoas com 10 anos ou mais sem instrução ou menos de 1 ano,

é de 7.343 pessoas em Santa Cruz do Capibaribe, que corresponde a 15,82% do total da população (46.403) em relação ao mesmo indicador. Indicadores demonstrados na Tabela abaixo.

Tabela 4 - Nível de educação

Indicadores	Ano	Município	Estado
Taxa de Analfabetismo (Pop. De 15 anos ou mais) (% aa).	2000	25,55	24,50
Pessoas com 10 ou mais anos de idade com 1 a 3 anos de estudos (% aa).	2000	28,28	23,44
Matrícula inicial na educação profissional – nível técnico	2010	112	19.839
Nº de pessoas que concluíram a educação profissional	-	-	-

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/lpea/fjp; INEP, e agência Condepe/Fidem. (acesso maio 2011)

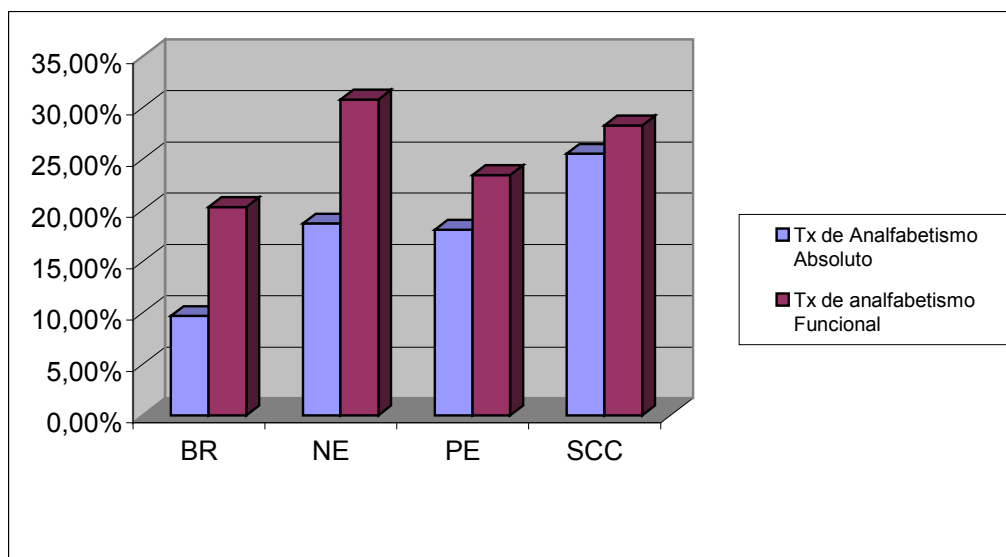
Comparando as informações acima mencionadas com Pernambuco e tomando como parâmetro o mesmo indicador, existem 371 mil pessoas sem instrução e com um (1) ano ou menos de escolaridade o que representa 16,70% da população do Estado, na mesma faixa etária.

Para contextualizar melhor a situação do analfabetismo e para um conhecimento comparativo das taxas registradas dos entes federativos, com dados do PNAD/2009 e IBGE/2000, foi organizada a tabela a seguir apresentada.

Tabela 5 - Comparativo da Situação do analfabetismo Nacional, Regional, Estadual e Municipal- Pessoas com 15 anos ou mais

Localização	Taxa de Analfabetismo Absoluto	Taxa de analfabetismo Funcional
Brasil	9,7%	20,3%
Nordeste	18,7%	30,8%
Pernambuco	18,1%	23,44% *
Santa Cruz do Capibaribe	25,5%*	28,28 % *

Fonte: PNAD 2009 - * IBGE – 2000



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD 2009 - * IBGE – 2000

Gráfico 4 - Comparativo da situação do analfabetismo Nacional, Regional, Estadual e Municipal- Pessoas com 15 anos ou mais.

5.3 - Resultado das Entrevistas Realizadas

5.3.1 EDUCAÇÃO

Em visita ao município foram feitas entrevistas em alguns órgãos, instituições e empresas, com profissionais da área de educação, representantes de empresas, lideranças locais e alunos, cujas abordagens são importantes para este trabalho, no sentido de embasarem com mais propriedade as conclusões finais desta dissertação.



Fonte Elaboração Própria.

Figura 8 – Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe

Na consolidação das entrevistas, que será anexada a este documento, os entrevistados foram cognominados por letras em ordem alfabética, por não ter-se a autorização para divulgação dos nomes dos respectivos entrevistados. Assim, usar-se-á esta denominação, correlata aos assuntos abordados. **A entrevistada C**, da área educacional informou:

A Secretaria de Educação conta, atualmente, com 10 turmas do Programa Brasil Alfabetizado, onde os alunos depois de 5 meses passam para o EJA que atende 6 turmas de 1ª a 4ª série, com uma média de 200 alunos e 15 turmas de 5ª a 8ª série com 169 alunos.

A referida entrevistada foi consultada sobre cursos técnicos profissionalizantes, ao que respondeu:

A secretaria não oferece cursos profissionalizantes e sim capacitações periódicas e mensais para professores, por meio do Programa de Formação e Atualização Educacional – PROFAE, que realiza oficinas mensais para professores do ensino fundamental. Os cursos técnicos profissionalizantes são oferecidos pelo SENAI.

Argumentou ainda, sobre os cursos que são realizados no município;

Devem ser oferecidos cursos de especialização em outras áreas de serviço, tais como operador de máquinas, contabilidade, atendimento ao público e outros, que atendam a necessidade do município.

5.3.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Pode-se observar ao circular pela cidade, condições muito precárias de saneamento básico, com tubulações estouradas, ruas sem calçamento, alagações que dificultam o deslocamento de transeuntes e do trânsito em geral .



Fonte: Elaboração Própria

Figura 9 – Secretaria de Infraestrutura

Dentre os problemas existentes, a falta da água tem sido um agravante para o município, pois, o crescimento populacional ultrapassou todas as probabilidades de abastecimento da cidade.

Ao entrevistar uma liderança local, denominado aqui, de **Entrevistado I**, o mesmo falou sobre vários setores referentes a infraestrutura física local, que apresenta-se, a seguir, dividida em tópicos:

5.3.3 ÁGUA

O sistema de abastecimento de água não flui bem porque a cidade é plana e a tubulação não é adequada. A maioria dos canos são de 20 mm, quando deveriam ser de 40 mm. Com as chuvas mais fortes elas estouram o sistema de escoamento, que é muito antigo. Também nos loteamentos novos que estão surgindo, não tem um sistema de água encanada. pois esse procedimento é demorado.

5.3.4 SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico é deficiente, principalmente, nos loteamentos mais novos que têm sido construídos desordenadamente, dificultando a realização de obras nestes locais.

Existe saneamento básico, embora muito precário, pois, a tubulação é antiga e não corresponde a necessidade da cidade.



Fonte: <http://www.blogdomelqui.com.br/post.php?id=4658>

Figura 10 - Ruas da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

5.3.5 HABITAÇÃO

Existem casas bastante luxuosas em alguns bairros e também casas na beira do rio, que são construções irregulares, dificultando a fiscalização da prefeitura. Foi realizado levantamento das casas e as pessoas foram notificadas a comparecerem a Secretaria de Infraestrutura, para que fosse feito um cadastramento e regularização desses domicílios, estamos aguardando os resultados.



Fonte: Elaboração Própria

Figura 11 – Contraste Habitacional

5.3.6 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

A pavimentação da cidade encontra-se bastante deficiente, pois, o número de ruas que nascem na cidade por ano, é impressionante, os engarrafamentos em dias de feira são um sinal do péssimo trânsito da cidade, devido ao mal planejamento e as más condições do perímetro urbano.

Apenas 30% das ruas são calçadas e ficam no centro da cidade.



Fonte: Elaboração Própria

Figura 12 – Contraste de Ruas

5.3.7 COLETA E TRATAMENTO DO LIXO

É feita através de uma empresa terceirizada, a Via Lim, que faz a limpeza e o recolhimento do lixo da cidade, em dias alternados.

O lixo é levado para o aterro sanitário, que é tratado por uma equipe que faz a manutenção, o qual é localizado depois do Moda Center, porém a manutenção deixa a desejar.

Existe um pessoal que faz reciclagem e também um programa de orientação, são pessoas independentes que fazem a seleção, e são cadastradas na prefeitura. Formam uma cooperativa.



Fonte: Elaboração Própria

Figura 13 – Lixo nas Ruas

5.4 INSTITUIÇÕES LOCAIS

As instituições locais contatadas, representam setores importantes para promoção do desenvolvimento local sustentável, pelas suas atribuições institucionais.

A ASCAP tem uma participação efetiva junto às empresas, dando suporte às demandas por elas levantadas, oferecendo cursos, promovendo eventos e contribuindo para o conhecimento e divulgação da produção do município.

A FADIRE contribui na formação de profissionais para áreas correlatas às potencialidades locais, atraindo pessoas para uma preparação mais especializada na modalidade de moda, que tem crescido no Brasil como um todo, e é a tendência principal de Santa Cruz do Capibaribe.

5.4.1 ASCAP



Fonte: Elaboração Própria

Figura 14 – Associação empresarial de Santa Cruz do Capibaribe

As informações foram obtidas pela **Entrevistada B**, que vão a seguir relatadas:

Santa Cruz do Capibaribe possui 12 mil empresas, a maioria de pequeno porte, algumas de médio e poucas de maior porte. A média do número de funcionários formais é em torno de 3.000 pessoas, nas empresas grandes e médias. O número de trabalhadores informais é, em média, 15.000 pessoas.

Quanto ao funcionamento da Associação e as atividades desenvolvidas, foram apresentadas as seguintes informações:

São associados da ASCAP apenas 1.200 estabelecimentos o que representa 10% das empresas. É paga uma mensalidade de quarenta reais (R\$ 40,00), as empresas são incentivadas a se cadastrarem, porém há uma certa resistência.

A associação oferece vários cursos tais como: desenvolvimento de equipe; vendas; estoque; moda e cursos administrativos, de acordo com a necessidade das empresas.

A maioria dos alunos são da própria cidade e alguns de Toritama e Pão de Açúcar. A clientela maior é dos funcionários informais. Estes cursos custam sessenta reais (R\$ 60.00), com 15 horas de duração.

5.4.2 FADIRE



Fonte: Elaboração Própria

Figura 15 – Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional - FADIRE

Em visita à Faculdade pôde-se conhecer, de uma maneira geral, o funcionamento da instituição e a **Entrevistada A**, apresentou alguns pontos sobre o trabalho da instituição, que estão discriminados a seguir:

A Faculdade foi fundada há quase sete anos, possui 328 alunos e 48 destes são do curso de moda. Possui um quadro formado por Mestres, Doutores e Especialistas, na sua maioria procedentes de Campina Grande –Pb. Oferece os cursos de Administração, Contabilidade e Design de Moda. A principal origem dos alunos é do próprio município, de Toritama, Caruaru e da Região.

Foi ressaltado o curso de Moda tendo em vista a tendência local da confecção. A entrevistada comentou que:

Os alunos do curso de modas são microempresários ou proprietários de confecção, a faculdade oferece bolsas seja pelo FIES, PROUNI e pelo sistema próprio de bolsas parciais e integrais. A expectativa do mercado de trabalho é que venham mais alunos, para o desenvolvimento da cidade.

Entrevistas com Alunos

Foram entrevistados cinco alunos da FADIRE, do curso de moda. Todos afirmaram o interesse de trabalhar com moda, seja diretamente em confecções, modelagem ou para montarem seu próprio comércio, ou ainda lecionar em cursos de moda. Alguns pretendem permanecer em Santa Cruz ou em municípios do Pólo de confecções, outros desejam ir para grandes centros, como Recife, São Paulo etc.

5.4.3 - O PAPEL DO SETOR PRIVADO

EMPRESA – 1 (maior porte)



Fonte: Elaboração Própria

Figura 16 – Empresa de Maior Porte

Em relação às questões levantadas, foi feito um relato geral da empresa pela **Entrevistada J**, que vai abaixo transcrito:

A empresa tem 20 anos de funcionamento e seu ramo de atividade é a confecção de lingerie em geral, possui em média 80 funcionários, todos residem no município.

Para ingresso na empresa é exigido o ensino médio completo. A empresa incentiva os funcionários a estudarem. Antes de adotar esta norma de inclusão no quadro, os funcionários foram incentivados a fazerem o supletivo e ainda foi pago 50% do curso de informática para a metade dos empregados.

Além disso são oferecidos cursos de capacitação pela CDL e ASCAP, com as quais a empresa é associada. Também tem um profissional especializado como estilista, modelador e designer.

A perspectiva é expandir a quantidade de produtos, hoje é produzido mensalmente, em média 85.000 peças. Existe em São Paulo um representante, que recebe a produção e faz a exportação. Seu maquinário é de última geração, porém não possui certificado de qualidade, apenas um gerente examina as confecções a olho nu.

EMPRESA 2 – (Menor porte)



Fonte: Elaboração Própria

Figura 17 – Empresa de Menor Porte

Quanto a esta empresa visitada, de menor porte, a **Entrevistada K**, fez os seguintes comentários:

A empresa funciona a seis anos em ‘fundo de quintal’, medindo 15m². Possui 4 funcionários analfabetos funcionais que trabalham com a carga horária correspondente a 8 horas diárias de segunda a sexta. Não possuem cursos profissionalizantes, recebem em média R\$ 600,00, não têm carteira assinada e são empregados informais.

A empresa conta com máquinas novas e antigas para uma produção de 4 mil peças por mês, que revendem em lojas e também a compradores autônomos, a matéria prima é comprada em Santa Cruz do Capibaribe, por meio de um distribuidor que recebe os insumos do Sudeste do País.

Os proprietários não têm nenhum curso de especialização na área de confecções. A perspectiva da empresa é crescer no mercado, mas a dificuldade do crescimento está no alto nível da concorrência.

Esta foi uma visão abrangente da situação atual do município de Santa Cruz do Capibaribe, que apresenta situações adversas e conflituosas em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Porém fica bastante evidente que os maiores problemas são gerados pela inexistência de gestão pública, seja nos órgãos públicos, nas instituições privadas, como nos setores de produção e comercialização.

Percebe-se, com clareza, que o fator principal é a deficiência no gerenciamento das políticas públicas sociais, que configura-se em um crescimento desordenado e desestruturado, para atender às demandas locais.

Precisa haver uma dinamização da política de educação para que atue de forma eficaz, eficiente e efetiva, na mudança conjuntural do município e, assim, desencadear um processo, propriamente dito, de desenvolvimento socioeconômico.

5.5 OUTRAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

5.5.1 Cursos Técnicos Profissionalizantes

Em 2006 foi aprovado, pelo plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, o Parecer CEE/PE nº 171/2006-CEB, Publicado no DOE de 11/04/2007, pela Portaria SECTMA nº 035, de 10/04/2007, o funcionamento da Escola Técnica SENAI de Santa Cruz do Capibaribe (Ver anexo 1). A unidade oferece cursos técnicos em administração empresarial, produção de Moda e Vestuário, como também qualificação profissional básica para setores administrativos e para a linha de produção e confecção.



Fonte: Elaboração Própria

Figura 18 - SENAI

A cada ano são formados mais de 250 profissionais, através dos cursos técnicos em vestuário e design de moda, e mais de 3.000 pessoas realizam cursos de iniciação, qualificação e aperfeiçoamento profissional voltados, em mais de 90% dos casos, às atividades relacionadas ao APL de Confecções.

A ASCAP mantém cursos sistemáticos para as empresas associadas e procura atender a demanda local, porém apenas 10% dos estabelecimentos são cadastrados, o que representa 1.200 empresas no universo de 12.000 estabelecimentos.

A educação profissional tem ajudado no desenvolvimento sustentável do APL de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe, principalmente na disseminação de conhecimentos e na formação de profissionais, abrangendo diversas competências, entre elas: capacidade de liderança; de gestão de equipe; de gestão da qualidade; de gestão da produção; análise de custos; logística; regulamentação e normas; e ainda sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação.

O grande desafio que o meio educacional possui, é a formação de profissionais com visão sistêmica, abrangendo as várias atividades de confecções do vestuário, sem necessariamente se ater ao atendimento das demandas pontuais apresentadas pelas empresas ou pela população, mas indo um pouco mais além, atuando como indutor de mudanças na cultura local.

É perceptível que as empresas que contratam profissionais com qualificação melhoram a qualidade dos seus processos, e, por conseguinte, obtêm melhorias em seus produtos, nos resultados operacionais e, conseqüentemente, na ampliação de sua participação nos mercados.

Um outro fator importante é que alguns empresários também têm buscado a qualificação profissional para si, com a intenção de melhorar as suas práticas de gestão, e, assim, a sustentabilidade dos seus empreendimentos. Tal fator precisa ser reforçado no intuito de ampliar a visão empresarial, que, hoje, é “imediatista” ou com foco no curto prazo.

O município possui o Curso Técnico ministrado pelo SENAI, acima citado e duas (02) Faculdades, CESAC E FADIRE, ambas particulares. A Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE, oferece os cursos de Administração, Contabilidade e Design de Moda, fundada em 2004, com um quadro de professores na sua maioria de Campina Grande.

Destaca-se o curso de Design em Moda por ser o produto agregador do Pólo de Confeções e receber alunos dos municípios circunvizinhos que pretendem, ao término do curso, retornarem as suas cidades para trabalharem neste setor.

Questiona-se este quantitativo de alunos em Design de Modas, pelo contexto do local e pela entrevista realizada com a Coordenadora do referido curso, por meio da qual observa-se que a integração entre a Faculdade e as Empresas deixa a desejar, bem como a inexistência de um programa de incentivo que possa atrair alunos para uma preparação mais aguçada e qualificada para o setor de confeções.

O Centro de Ensino Superior de Santa Cruz do Capibaribe – CESAC, mantém a FACRUZ - Faculdade de Santa Cruz. É uma instituição particular, privada e oferece o curso de Administração, fundada em setembro de 2004, portanto com seis (06) anos de atuação. Não foi possível realizar entrevista com a instituição.



Fonte: Elaboração Própria

Figura 19 – Centro de Ensino Superior Santa Cruz

A rede de ensino público de Santa Cruz do Capibaribe, no que diz respeito à Educação Básica, Fundamental e ao Ensino Médio, conta com 22 escolas públicas e 13 particulares.

Percebe-se que o crescimento do município fez surgir o interesse de instituições educacionais e profissionalizantes se instalarem na Cidade.

5.6- CONSOLIDAÇÕES MATRICIAIS

Para fazer uma comparação da magnitude do crescimento populacional de Santa Cruz do Capibaribe, registra-se os seguintes dados, que demonstram o elevado número de imigrantes, tanto da zona rural, como de outras cidades, que sentem-se atraídos pela oportunidade de emprego e renda.

Tabela 6 - Área e População

Indicadores	Ano	Município	Estado
Área (Km ²)	2010	335,271	98.311,616
População Residente Total	2010	87.538	8.796.032
Densidade Demográfica (hab/km ²)	2010	260,90	89,47
Taxa de Urbanização (% aa)	2010	97,74	80,15
Taxa de Crescimento (% aa)	(1991 – 2000)	4,91	1,17
Taxa de Crescimento (% aa)	(2000 – 2010)	4,02	1,06

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/lpea/fjp; INEP, e Condepe/Fidem. (Acesso em junho de 2011).

Analisando a tabela acima apresentada, é impressionante verificar a taxa de crescimento de Santa Cruz do Capibaribe e a diferença em relação ao Estado, nos mesmos períodos. Observa-se, ainda, que na última década houve um menor crescimento, tanto no município como no Estado, porém, o crescimento do município se mantém contínuo e equilibrado, mesmo diante dos novos parâmetros

verificados no país, de menor crescimento populacional, tendo em vista os controles de natalidade e a mudança da cultura social, quando as famílias planejam ter um filho, ou dois, diante dos problemas socioeconômicos a serem enfrentados.

No caso do município em estudo é preocupante este crescimento, tendo em vista a deficiente infraestrutura social e a própria estrutura física da cidade, que carece de ordenamento territorial em função de centenas de turistas, compradores e visitantes que abriga semanalmente, aumentando, em muito, a necessidade de condições favoráveis para o desenvolvimento local.

Outro aspecto que chama atenção é a taxa de urbanização, com dados de 2010, conforme tabela acima, que mostra a grande migração da população rural para a cidade. A zona rural do município possui apenas 1.988 habitantes, o que corresponde a 2,26% da população total. Isto representa a necessidade de uma política de agricultura familiar, que promova a revitalização da zona rural e evite a super população urbana, trazendo grandes problemas à cidade.

A seguir foram colocadas algumas tabelas que mostram variáveis ligadas às políticas públicas sociais, o que dá uma visão geral da situação do município, para que se tenha maior entendimento dos problemas e limites que entram o desenvolvimento socioeconômico daquela localidade.

Tabela 7 - Desenvolvimento Humano e Renda

Especificação	Ano	Município	Estado
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2000	0,699	0,705
Renda per capita	2000	207,86	183,76
Pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ do s.m. (% aa).	2000	8,73	27,73
Pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ do s.m. (% aa).	2000	25,39	51,31

(continua)

Especificação	Ano	Município	Estado
Mulheres responsáveis pelo domicílio (% aa)	2000	28,11	28,27
Mulheres responsáveis pelo domicílio (% aa)	2007	40,67	-

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/lpea/fjp; INEP, STN e agência Condepe/Fidem. (Acesso junho 2011).

Tabela 8 - Habitação e Infraestrutura Urbana

Especificação	Ano	Município	Estado
Domicílios particulares permanentes	2000	15.597	1.968.761
Total de domicílios particulares	2010	29.246	2.989.574
Abastecimento de água (economias)	2010	22.008	1.786.432
Consumo de energia elétrica (Mwh)	2010	69.469	10.041.182

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/lpea/fjp; INEP; Compesa; Celpe e agência Condepe/Fidem. (Acesso junho 2011).

Tabela 9 - Economia

Especificação	Ano	Município	Estado
Receita Municipal (1) (R\$ mil)	2009	461.819	-
Receitas correntes (R\$ mil)	2009	495.338	-
Receita Tributária sobre receita corrente (% aa)	2009	3,39	-
Receita de transferências correntes sobre a receita corrente (% aa)	2009	90,22	-
Outras receitas correntes sobre a receita corrente (% aa)	2009	1,90	-
Despesa Total (R\$ mil)	2009	470.407	-
Despesas em educação (% aa)	2009	35,53	-
Despesas em Saúde (% aa)	2009	24,93	-

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/lpea/fjp; INEP e agência Condepe/Fidem. (Acesso junho 2011).

Tabela 10 - Produto Interno Bruto

Especificação	Ano	Município	Estado
PIB (R\$)	2008	385.458	70.440.859
PIB Per capita (em R\$ 1,00)	2008	4.916	8.065

Fonte: Base de Dados do Estado – BDE (www.bde.pe.gov.br); IBGE; PNUD/Ipea/fjp e agência Condepe/Fidem. (Acesso junho 2011).

5.6 Comentários Gerais sobre as informações coletadas

Pelas entrevistas realizadas pode-se verificar que há uma grande defasagem de interação entre a educação, o ensino e as empresas, inclusive entre os próprios órgãos responsáveis por promover o decréscimo das taxas e índices educacionais do município e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida da população nos aspectos sociais e também nos aspectos econômicos. O crescimento é visível, porém, a questão do desenvolvimento, deixa muito a desejar e são precisas muitas mudanças para que isto aconteça.

Na entrevista com a liderança local sobre a infraestrutura física, obtivemos algumas informações sobre a situação geral dos grandes problemas de Santa Cruz do Capibaribe. A cidade não tem um Plano Diretor, nem Planejamento Estratégico para direcionar as ações. Com a grande imigração, a urbanização é desordenada o que dificulta os trabalhos de infraestrutura.

Santa Cruz tem apenas 30% de ruas com calçamento, localizadas no centro da cidade. O abastecimento de água é precário, pois o sistema não flui o suficiente, porque a cidade é plana e a tubulação é inadequada e antiga. Nos loteamentos novos, ainda não existe um sistema de água encanada.

Quanto à habitação existe um grande contraste, casas bastante luxuosas e casebres à margem do rio e em outros bairros, são construções irregulares, das quais a Prefeitura não tem o controle para proceder a fiscalização.

A coleta de lixo é feita por firma terceirizada que a faz em dias alternados. Há uma cooperativa que faz a seleção do lixo e recicla. Existe aterro sanitário, porém a manutenção é deficiente. Ao circular pela cidade encontra-se muito lixo nas vias públicas.

Outro aspecto é que na cidade não há paisagismo. Não existem praças arborizadas, somente o local demarcado. O verde não faz parte do cenário de Santa Cruz, não tem nenhum atrativo de beleza. É apenas um local de comercialização, de compra e venda.



Fonte: Elaboração própria

Figura 20 – Ausência de arborização

O meio ambiente é degradado por conta da falta de cuidados com o Rio Capibaribe, para onde escoam dejetos e produtos químicos, não só de Santa Cruz, mas de cidades circunvizinhas.

Sem dúvida é visível o alto ritmo de crescimento do PIB em Santa Cruz do Capibaribe, principalmente em serviços. As pesquisas realizadas em 2008, apresentam os seguintes dados: PIB/industrial (15,28%); PIB/Serviços (83,62%).

Tabela 11 - Comparativo do PIB por setores - 2008

Setores	Santa Cruz do Capibaribe	Pernambuco
Industrial (% aa)	15,28	21,80
Serviços (% aa)	83,62	72,82

Fonte: BDE(www.bde.pe.gov.br); IBGE/2008 (acesso em junho de 2011)

Fonte: Elaboração própria com Base nos Dados da BDE; IBGE/2008

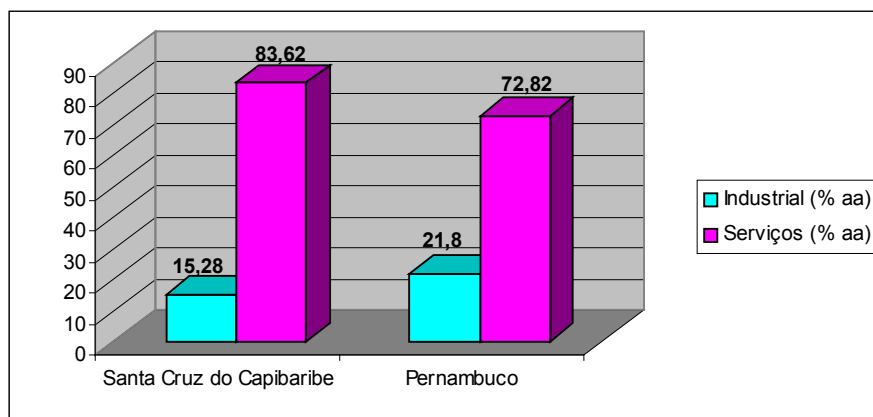


Gráfico 5 – Comparativo do PIB por setores - 2008

No entanto, para dirimir os demais problemas do município é necessário promover o acesso à educação, pois é a forma adequada de garantir à população a inclusão direta ou indireta aos produtos e serviços. Por esta razão, é importante ter mais integração entre as empresas e as escolas. Hoje há convênios que podem ser celebrados, mas as escolas esperam pelas empresas e vice-versa.

As empresas reconhecem os benefícios gerados pelo processo de educação, principalmente profissional, entretanto, há carência em termos do quantitativo de profissionais.

Entende-se que, para transformar o crescimento em desenvolvimento sustentável, é imprescindível uma gestão pública de qualidade, que passa pelos princípios de governabilidade e governança numa ação conjunta Estado e sociedade, na busca de soluções e resultados para problemas comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste final, queremos transmitir um pouco desta experiência, de aprofundar mais a questão do desenvolvimento socioeconômico, voltado para o local, sem perder de vista a sustentabilidade.

Procuramos, durante este trabalho apropriarmo-nos de conhecimentos mais recentes, comparando-os com as várias temáticas que nos propomos abordar no contexto atual correlacionando-os com a educação.

Ao finalizarmos este período de pesquisa, estudo e reflexão, sobre algo que está intrínseco na nossa formação, “a educação,” fazemos algumas considerações sobre o que conseguimos aprender e apreender desta importante e significativa experiência de vida acadêmica e profissional.

Ao iniciarmos o projeto que definiria o foco desta dissertação, uma questão se firmava cada vez mais em nossa mente: o papel da educação e os desafios para o desenvolvimento socioeconômico, e como poderia influenciar efetivamente na sociedade, em pleno século XXI, diante dos avanços tecnológicos e desenvolvimentistas, que se sucedem constantemente, diante de uma evolução dinâmica em tempo real.

Estas indagações nos levaram a destacar alguns pontos para aprofundarmos o conhecimento, buscando embasamento nas conceituações teóricas de vários pesquisadores, filósofos e pensadores.

Em um primeiro momento, para organização do pensamento, destacamos a importância da educação para o desenvolvimento, que exige participação, e para participar é necessário ter conhecimento, para o acesso pleno aos direitos universais e assegurar a condição de cidadãos críticos, autônomos e protagonistas do presente e do futuro, numa visão prospectiva de um mundo globalizado onde a cidadania não se limita a um espaço geográfico, mas ao planeta, pois somos cidadãos do mundo.

Observamos nitidamente que, para a educação cumprir seu papel, é necessária uma mudança de mentalidade e de procedimentos, a partir da escola, e quando nos referimos à escola, subentende-se o ensino em todos os níveis, a partir do básico até o ensino superior. Ensino este que não pode ser mais algo estático, que transmite apenas o conhecimento formalizado para cumprir uma carga horária e atender uma grade curricular, muitas vezes defasada, distante da realidade, incapaz de promover o crescimento do aluno como ser humano, inserido no contexto social, participante do processo de desenvolvimento nos seus vários aspectos, do qual ele é o agente transformador.

O papel da educação é de fundamental importância para a implantação de uma nova consciência mundial nas futuras gerações e para a análise e discussão das questões que constituem obstáculos à construção de uma sociedade mais justa, ética e próspera.

Continuando esta linha de organização do pensamento, no segundo momento nos detivemos sobre a qualificação profissional e as competências, para se entender melhor como se processa a educação profissional e quais as reais possibilidades de progresso deste nível de ensino. De que forma pode atender às necessidades de mercado, quando grandes obras são implementadas e não existe mão de obra especializada para preencher as funções demandadas, fazendo-se necessário importar mão de obra de outras localidades.

No Brasil, a formação profissional enquadra-se dentro desta lógica da qualificação, entendida como preparação de mão de obra especializada, para fazer frente às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal. Assim o que importa do ponto de vista da formação para o trabalho, é garantir que os trabalhadores sejam preparados exclusivamente para desempenhar tarefas/funções específicas e operacionais.

No entanto, esta concepção reduz a noção de competência, que corresponde à capacidade de agir, intervir e decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.

A qualificação de um indivíduo deve refletir no seu desempenho, no exercício e mobilização de competências adquiridas ou construídas mediante aprendizagem no decurso da vida ativa, que apresente atributos do saber fazer, ser, e agir. E, assim, estar apto para resolver, com propriedade, problemas concretos e muitas vezes complexos, que surgem no exercício da atividade profissional.

A educação não é utópica. Ela é, por essência, concreta. Embora possa parecer, às vezes, algo abstrato, se define por suas realizações objetivas. É um processo exponencial que se multiplica por si mesma, com sua própria realização. Por esta razão os desafios a serem enfrentados são grandes e contínuos, principalmente no que se refere à mudança de mentalidade para acompanhar o que a sociedade requer do processo educacional como elemento estruturador do desenvolvimento.

Na análise das entrevistas realizadas e pelo que pôde ser observado no município de Santa Cruz do Capibaribe, existe um grande problema que tem afetado a maioria dos municípios, não só do Estado de Pernambuco, mas de todo Nordeste, a questão da Gestão Pública, que implica a ausência de governança e governabilidade, para gerir as Administrações Locais.

O desequilíbrio ou ausência da governança, que se estabelece quando as práticas de instrumentalizar as estratégias não definem ou organizam a implementação das políticas públicas, afetam a governabilidade na identificação das

necessidades e anseios sociais para que essas políticas produzam resultados na sociedade, dando respostas efetivas aos problemas que pretende enfrentar.

A qualidade da gestão pública passa pela educação, na capacitação e preparação de gestores e líderes públicos, para um desempenho eficaz, eficiente e, acima de tudo, efetivo. Os princípios da qualidade da gestão pública, cujos fundamentos se baseiam na agilidade, inovação, valorização das pessoas, foco nos resultados, controle social, processos e informações, gestão participativa e visão do futuro, como elementos essenciais para o fortalecimento das administrações locais.

Estes princípios precisam ser trabalhados no município de Santa Cruz do Capibaribe e em muitos outros, para que se promova o desenvolvimento local sustentável, minimizando problemas estruturais, conjunturais e operacionais.

No desenvolvimento desta dissertação, cujo tema visou a traçar uma linha de pensamento sobre os desafios da educação, na sua função política, social e econômica, para o desenvolvimento local, ressalta-se alguns destes desafios a serem enfrentados e considerações embasadas nas leituras que mostram estudos e pesquisas realizadas, como também às informações do município de Santa Cruz, no qual focamos o nosso trabalho.

Como educação é uma política pública social, que perpassa todas as áreas do conhecimento, reflete nas demais políticas públicas e em todas as dimensões humanas e de suas condições de vida, é preciso fazer uma abordagem dos ativos sociais e suas implicações, para entender e agir no enfrentamento dos desafios da educação no contexto do desenvolvimento socioeconômico.

Concluindo este trabalho, destacamos alguns dos principais desafios e considerações mais gerais e outras específicas para o município em estudo.

Desafios e considerações mais gerais:

- sensibilizar os envolvidos no processo educacional a se prepararem melhor para seu desempenho profissional, para renovação de conceitos

e uma visão sistêmica de mundo e de um futuro próximo e evolutivo, onde é fundamental o posicionamento do ser, como cidadão participativo, capaz de promover mudanças no seu entorno;

- mudança revolucionária e transformadora da educação, no sentido de mudar métodos e técnicas educacionais, metodologia e grades curriculares, para um ensino contextualizado na realidade, de modo que os alunos não separem a escola da vida real, aprendam a dimensão de mundo, e atuem como integrantes deste mundo, sem limites espaciais;
- empenho das autoridades na valorização da educação e dos profissionais responsáveis na viabilização do processo educacional;
- investimento em tecnologia e informação para acompanhar as inovações que se propagam dinamicamente.
- expansão de universidades e escolas técnicas, que não representem um ganho quantitativo, mas, sobretudo, uma oportunidade de melhoria da qualidade e condições de vida da população, adquirindo conhecimentos e preparação para sua atuação como cidadão, voltado não somente para sua individualidade, mas para a coletividade, para construção e/ou reconstrução de uma sociedade mais igualitária e justa.

Desafios e considerações sobre o município de Santa Cruz do Capibaribe.

- Interação e integração das administrações e instituições acadêmicas e públicas inter municipais;
- capacitação dos gestores, líderes e empresários sobre Gestão Pública de Qualidade; bem como melhoria da qualidade da produção.
- elaboração e implantação de um Plano Diretor e de Planejamento Estratégico, para o ordenamento territorial e populacional.

- Intensificação da educação de jovens e adultos e melhoria na oferta de cursos profissionalizantes atendendo as diversas áreas deficitárias.
- educação voltada para o meio ambiente, evitando a degradação do rio Capibaribe, com dejetos e produtos químicos e de outras áreas poluídas. Revitalização do verde para que a cidade se torne agradável e convidativa.

O tema apresentado é instigante e este trabalho, assumidamente muito simples, pode ser completado com análises posteriores que visem o nexo de casualidade entre a educação e o desenvolvimento, numa interação positiva cujas dificuldades são grandes, porém maiores são os ganhos relativos do esforço colocado no investimento em capital humano, enquanto objetivo de uma política de educação.

É, importante, que não se considere os pragmatismos que tomavam a realidade como ponto de chegada, mas, que veja-se a realidade como ponto de partida para a compreensão dos processos de aquisição do conhecimento por parte do ser humano.

E finalmente, que não nos prendamos aos aspectos quantitativos da educação, e, desta forma, nos desviemos do caráter qualitativo, verdadeiro responsável por mudanças profundas, nas estruturas de desenvolvimento socioeconômico local e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E.A. de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais** - ONGs brasileiras. Brasília: UnB, 1998. 221 f. (Tese. Doutorado . Ciência da Informação . UnB/CID).

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BARROS, José Cláudio – **Campanha nacional pelo Direito à Educação** - Coordenador do programa Rio de Janeiro da CARE Brasil. Doutor em Ciência da Informação.

BARROS, Ricardo Paes de HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo Fim das décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro – IPEA, 2002.

BDE – **Base de Dados do Estado** – www.bde.pe.gov.br

BETIOLI, A. B. (1995). **Introdução ao direito : lições de propedêutica jurídica**. 3.ed. São Paulo : Letras & Letras, 1995. 439 p. 439 p.

BEZERRA, Bruno. **Caminhos do Desenvolvimento: Uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe**. 1 ed. São Paulo: El-Edições Inteligentes, 2004. 154 p. ISBN: 85-7615-059-X.

BLOG GIRO ACADÊMICO - Fonte **em Dados de Pesquisa Realizada entre os dias 12 e 16 de Fevereiro de 2011**. Acesso a Internet em 09/06/11

BROSE, Markus. **Desenvolvimento Local. Uma conceituação empírica** – Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

BROSTOLIN, MARTA REGINA. **Educação e desenvolvimento Ci. Inf. vol,29 nº 1 - Brasília Jan/Apr. 2000**

CABRAL, Romilson Marques – Tese: **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudo de casos múltiplos no Pólo de confecções do Agreste Pernambucano**.

CARRILLO, Jorge. **"Flexibilidad y calificación en la encrucijada industrial"**. In: **Lecturas de Educación y Trabajo**, nº 3, Red Latino - Americana de Educación y Trabajo, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

DEFOURNY VICENT – **Representante da Unesco no Brasil desde 2006. Destaque do mês: Inovação no Brasil: Avanço a passos lentos**. (Acesso em 05 de junho de 2011)

DOWBOR, Ladislau - **EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**- 03 de abril de 2006 – (acesso em 10 de novembro de 2010) <http://dowbor.org>.

ENGUITA, Mariano F. **"Tecnologia e sociedade: A ideologia da racionalidade Técnica, a organização do trabalho e a educação"**. In: **Trabalho, educação e prática social**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

FRANCO, Augusto de (org.). **Desenvolvimento local integrado e sustentável**. Leituras Seleccionadas. Volume1, 1999.

FREIRE, PAULO REGLUS NEVES – **Livro Pedagogia do Oprimido -1987 – Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro**.

GRAY, John. **Cachorros de palha**. São Paulo: Record, 2006.

GOMES, Antonio Sousa - **O Desenvolvimento Socioeconômico e a Educação**. Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico e pós-graduado em Gestão, pela Universidade de Stanford.

GTDN – **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – Diagnóstico Regional**- Subsidiou o primeiro Plano Diretor da SUDENE.

HOBBS, Thomas – Livro **Leviatã**, publicado em [1651](#). pág.186.

HIRATA, Helena. **"Da polarização das qualificações ao modelo de competência"**. In: Ferretti, Celso J. e outros. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 124-138.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JÚNIOR (órg.), **Demerval Saviani e a educação brasileira**. São Paulo, Cortez, p. 243-286.

KLIKSBERG, Bernardo - **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; UNESCO. 2001.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica**. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985. **O trabalho como princípio Educativo**. São Paulo, Cortez, 1988.

LEITE, Elenice M. **"Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil"**. *In: Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo*, São Paulo, Atlas, 1996.

LOMBARDI, JOSÉ CLAUDINEI. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**, Tese–Faculdade de Educação.– UNICAMP -Campinas, SP. Março 2010.

MACHADO, Lucilia R.S. **"A educação e os desafios das novas tecnologias"**. *In: FERRETTI, Celso J. e outros. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 3a ed. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 165-184.

MACROPLAN – **Prospectivas, estratégias e gestão** - 16ª Edição | Abril de 2011

MANACORDA, Mário Alighieri. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria- **Trabalho, Qualificação e competência Profissional: das Dimensões Conceituais e Políticas** – Educação e Sociedade –Vol. 19, nº 64 – Campinas – Set. 1998.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MANSELL, Robin, WEHN, Uta. **Knowledge societies: information technologies for sustainable development**. Oxford : Oxford University, 1998.

MARX, Karl. (1986). **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kpthe. Livro III. 2. Ed. São Paulo : Nova Cultural. 1986. (Coleção –Os Economistas).

MARX, Karl. **Borrador**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973-
<http://www.webartigos.com/articles/56827/1/0> Que é uma Escola Cidadã na
Concepção da Pedagogia Social -/página 1.html#ixzz1X7Noz32e

MONTORO FILHO, André Franco, et. al. **Manual de economia**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MORIN, Edgar- **Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**-
UNESCO/Cortez Editora 2000, edição brasileira .**Diálogo sobre o conhecimento**-
São Paulo: Cortez, 2004.

ORIÁ, R. **Educação, cidadania, diversidade cultural**. Humanidades, Brasília, v. 43,
p. 151 a159, 1997.

PAIVA, Vanilda. "**Inovação Tecnológica e Qualificação**". In: Revista *Educação e Sociedade*, ano XVI, abril 1995.

PEREIRA, BRUNO BEZERRA DE SOUZA – **Caminhos do Desenvolvimento – Uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe** – São Paulo EI – Edições Inteligentes, 2004.

PERRON, Marisa Campos Rocha - **Ciência da Informação** *Print version* ISSN 0100-1965.

PERES, Fernando Curi. **Capital social: a nova estrela do crescimento econômico**. In: **Revista Preços Agrícolas**. Maio, 2000. Disponível em: <http://pa.esalq.usp.br>

PONCHIROLLI, Osmar. **O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo**. Dissertação (Mestrado) - UFSC. Florianópolis, 2000.

PUTMAN, Robert. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996. p.260.

QUÉAU, PHILIPPE. **Including the excluded: for the common good of all.** In: TASKNET CONFERENCE, 1999, Nova Delhi, Índia. [s. l. : s. n., 1999?].

ROSSETI, José Paschoal. **Política e Programação Econômicas.** São Paulo: Atlas, 1987.

SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M. J. C. - **Um estudo sobre retorno da escolaridade no Brasil, Revista Brasileira de Economia**, v.58, n.2, 9.249-265. 2004.

SAVIANI, D. 1994. **Desafios atuais da pedagogia histórico-crítica.** In: C.A. da SILVA

SCHULTZ, T. A. **The Economic Value of Education**, New York: Columbia University Press. 1963.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SESI- Serviço Social da Indústria – **Sociedade do Conhecimento X Economia do Conhecimento- Conhecimento, Poder e Política-** Brasília- 2005.

SOUZA JESSÉ – artigo- **Uma Teoria Crítica do Reconhecimento - sobre o pensamento de Hobbes-** publicado na Revista Crítica e Política Lua Nova – Edição nº 50 em 2000.

SOUZA, M. *Lealdade.* São Paulo: Marco Zero, 1997.

SILVA, ALBERTO TEIXEIRA – Artigo **“Governança e sustentabilidade das políticas públicas ambientais: processos e atores.”** publicado no Brasil pela Fundação Getúlio (2006).

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TARGINO, M. das G. **Biblioteconomia, informação e cidadania.** R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149 a 160, jul./dez. 1991.

TEDESCO, Juan Carlos – Diretor Regional de Educação para a América Latina e CARIBE- OREALC e Diretor Internacional de Educação da UNESCO/CHILE/CEPAL.

VERGARA, Sylvia Constant- **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração** – 3ª Edição Editora Atlas S.A - São Paulo – 2000.

VIEIRA, Álvaro Pinto – **Sete lições sobre Educação de Adultos** – 16ª Edição - São Paulo - Cortez 2010-

WEB Estudante – **Portal do Conhecimento** - Seg, 22 de Fevereiro de 2010 (acesso 05 de junho de 2011)

WERTHEIN, JORGE - **A sociedade da informação e seus desafios**- Ci. Inf., Brasília, v. 29, n.2, p. 71-77, maio/ago. 2000. E publicado Revista Linha Direta, Ano 6 nº 68 nov . 2003

APÊNDICE A – Entrevistas realizadas em Santa Cruz do Capibaribe

Entrevista realizada na FADIRE

FADIRE – Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional

1. Nº de alunos no geral:
328 alunos
2. Nº de alunos no curso de moda:
48 alunos
3. Por que a faculdade foi instalada em Santa Cruz?

Por ser um pólo de confecções, visou os três eixos: Administração, Contabilidade e Design de moda, e está instalada na cidade desde 2004.
4. De onde são os professores? Qual o grau de instrução?

Os professores são na maioria de Campina Grande, o nosso quadro é formado por mestres e doutores e especialistas.
5. Qual a principal origem dos alunos?

Santa Cruz, Toritama, Caruaru e da região.
6. Os alunos tem alguma ligação com confecções?

Sim, a maioria é micro empresário, dono de confecção.
7. Qual o destino previsto para os alunos (própria cidade, outra)?

Administrar a própria empresa e retornar a sua casa, em Santa Cruz, Toritama ou Caruaru.
8. A faculdade tem convênio com alguma empresa?

Sim , CDL, ASPAC e empresas parceiras de eventos.
9. Algum programa de estágio, Trainee ou emprego?

Sim, estágio obrigatório, curricular. Geralmente é feito um convênio com o IEL.
10. A faculdade procura as empresas ou as empresas procuram a faculdade?
Sim.
11. A faculdade está trazendo empresas novas para a cidade?

Não, a educação não é um setor que chama as empresas. Mas no futuro, no longo prazo espero que sim.

12. Os alunos estão conseguindo passar no vestibular na 1ª tentativa?

Alguns sim, outro não, mas geralmente passam.

13. As escolas da cidades estão incentivando os alunos a passar no vestibular, oferecem algum tipo de pré-vestibular para o curso de moda em específico?

Não, existem pré-vestibulares pagos na cidade, mas não são específicos para moda.

14. A faculdade oferece algum tipo de bolsa parcial ou integral? Participa do PROUNI ou outro programa?

Sim, participa do FIES, Prouni e tem um sistema próprio de bolsas parciais e integrais.

15. Qual a expectativa de mercado de trabalho?

Que venham mais alunos e desenvolvam a cidade.

Entrevista realizada com alunos do curso de Moda da FADIRE:

Informações socioeconômicas:

Cidade: Santa Cruz do Capibaribe

Período: 5º

1. Por que escolheu o curso de moda?

Porque pretende trabalhar com sinalização interna e o curso que mais se aproxima é Design de Moda

2. Por que escolheu a cidade de Santa Cruz do Capibaribe?

Por ser morador e ser uma cidade calma.

3. Já trabalha na área de moda, confecções?

Não

4. Você recebeu algum incentivo da secretaria de educação ou de outro órgão público para fazer este curso ?

Não

5. Onde pretende trabalhar quando terminar o curso?

Trabalhar com Sinalização interna

6. Atualmente, você está trabalhando ou estagiando na área de moda, confecções?

Não, mas já estagiou em uma loja de roupas.

7. Qual sua expectativa para o término do curso?

Arrumar um bom emprego

8. Você pretende continuar na cidade de Santa Cruz do Capibaribe?

Sim

9. Você tem vontade de abrir seu próprio negócio na área de moda, confecções?

Sim, na área de confecções.

Entrevista realizada com alunos do curso de Moda da FADIRE:

Informações socioeconômicas:

Cidade: Caruaru

Período: 5º

1. Por que escolheu o curso de moda?

Desde de criança sonhava em fazer moda, se diz apaixonada por moda.

2. Por que escolheu a cidade de Santa Cruz do Capibaribe?

Por que só tem curso de Design de moda em Santa Cruz e em Recife na FBV, Como moro em Caruaru , Santa Cruz se tornou a melhor opção.

3. Já trabalha na área de moda, confecções?

Não

4. Você recebeu algum incentivo da secretaria de educação ou de outro órgão público para fazer este curso ?

Não

5. Onde pretende trabalhar quando terminar o curso?

Pretende fazer mestrado e lecionar moda. Atuar na área acadêmica.

6. Atualmente, você está trabalhando ou estagiando na área de moda, confecções?

Não, trabalha no buffet da mãe.

7. Qual sua expectativa para o término do curso?

Trabalhar como professora, pois não tem professores suficientes para esse curso.

8. Você pretende continuar na cidade de Santa Cruz do Capibaribe?

Não, pretende ir para Recife

9. Você tem vontade de abrir seu próprio negócio na área de moda, confecções?

Sim, é uma idéia a se pensar, mas prefere a área acadêmica.

Entrevista realizada com alunos do curso de Moda da FADIRE:

Informações socioeconômicas:

Cidade: Toritama

Período: 3º

1. Por que escolheu o curso de moda?
Porque quer trabalhar com moda.
2. Por que escolheu a cidade de Santa Cruz do Capibaribe?
Porque o curso é direcionado para moda, diferente da UFPE de Caruaru.
3. Já trabalha na área de moda, confecções?
Sim, a mãe é proprietária de uma confecção de jeans em Toritama, em média fabrica 4 a 5 mil peças por mês, dentre elas calças, saias, shorts.
4. Você recebeu algum incentivo da secretaria de educação ou de outro órgão público para fazer este curso ?
Não
5. Onde pretende trabalhar quando terminar o curso?
Abrir sua própria confecção em Toritama.
6. Atualmente, você está trabalhando ou estagiando na área de moda, confecções?
Sim, com a mãe.
7. Qual sua expectativa para o término do curso?
Abrir seu próprio negócio.
8. Você pretende continuar na cidade de Santa Cruz do Capibaribe?
Não, vou continuar em Toritama.
9. Você tem vontade de abrir seu próprio negócio na área de moda, confecções?
Sim.

Entrevista realizada com alunos do curso de Moda da FADIRE:

Informações socioeconômicas:

Cidade: Caruaru

Período: 3º

1. Por que escolheu o curso de moda?
Já trabalhava com moda.
2. Por que escolheu a cidade de Santa Cruz do Capibaribe?
Porque só tem esse curso na FBV ou na FADIRE, por morar em Caruaru escolheu a FADIRE.
3. Já trabalha na área de moda, confecções?
Sim, da consultoria de moda, monta vitrine.
4. Você recebeu algum incentivo da secretaria de educação ou de outro órgão público para fazer este curso ?
Não.
5. Onde pretende trabalhar quando terminar o curso?
Montar uma empresa de confecções de roupas exclusivas em Caruaru. Criar sua própria marca.
6. Atualmente, você está trabalhando ou estagiando na área de moda, confecções?
Sim, e também é operador de telemarketing.
7. Qual sua expectativa para o término do curso?
Ir para São Paulo e fazer uma Pós em Design de Moda para voltar para Caruaru.
8. Você pretende continuar na cidade de Santa Cruz do Capibaribe?
Caruaru e Santa Cruz
9. Você tem vontade de abrir seu próprio negócio na área de moda, confecções?
Sua própria empresa.

Entrevista realizada com alunos do curso de Moda da FADIRE

Informações socioeconômicas:

Cidade: Taquaritinga do Norte

Período: 1º

1. Por que escolheu o curso de moda?
Porque já fez um curso no SENAI e gostou , dai resolveu fazer moda.
2. Por que escolheu a cidade de Santa Cruz do Capibaribe?
Porque é mais perto de casa.
3. Já trabalha na área de moda, confecções?
Sim, trabalha em uma empresa fazendo modelagem.
4. Você recebeu algum incentivo da secretaria de educação ou de outro órgão público para fazer este curso ?
Não.
5. Onde pretende trabalhar quando terminar o curso?
Atuar como Design de Moda.
6. Atualmente, você está trabalhando ou estagiando na área de moda, confecções?
Sim, em uma empresa de confecções.
7. Qual sua expectativa para o término do curso?
Que o salário de valorize e que possa arrumar um bom emprego.
8. Você pretende continuar na cidade de Santa Cruz do Capibaribe?
Não, pretende ficar em Taquaritinga do Norte
9. Você tem vontade de abrir seu próprio negócio na área de moda, confecções?
Sim. Abrir um ateliê em Taquaritinga e fazer suas próprias peças.

Entrevista realizada em Empresa de Maior porte.

Identificação da empresa:

Ramo de atividade: Confecção de Lingerie

1. O que a empresa fabrica?
Lingerie em geral, calcinha, sutiã, baby doll, camisola e acessórios.
2. Quantos funcionários tem na empresa?
Em média 80 (oitenta) Funcionários.
3. A empresa exige alguma escolaridade mínima dos funcionários?
Sim, desde 2008 é exigido o segundo grau completo
4. Qual o nível de escolaridade dos funcionários? (analfabetos absolutos ou funcionais)
Só temos uma funcionária, que foi contratada antes da exigência de escolaridade mínima.
5. A empresa incentiva os funcionários a estudar, se capacitar? De onde vem esse incentivo?

Os funcionários que não tinham estudo a empresa incentivou a fazer supletivo, a empresa formou duas turmas no EJA e pagou metade de um curso de informática, para cerca de 40 funcionários do chão de fábrica. Esse incentivo veio do RH da empresa, que sempre quer o melhor para ambos.

6. A empresa tem algum convênio com a FADIRE?
Atualmente não, mas no passado já teve um funcionário que concluiu o curso na faculdade e veio trabalhar na empresa.
7. A empresa busca estudantes na FADIRE? Ou em outra cidade?
Não, as vezes do SENAI.
8. A faculdade procura a empresa?
Não.
9. De onde vem a mão de obra da empresa? É local?
Todos os funcionários moram em Santa Cruz.
10. A empresa oferece algum tipo de capacitação?
Sim, treinamento pela CDL e ASCAP
11. A empresa é sócia de alguma associação?
Sim CDL, ASCAP, SINDVEST
12. A empresa oferece algum plano de carreira?
Sim, uma costureira virou gerente de produção.

13. Por que a empresa está instalada em Santa Cruz do Capibaribe?
Porque os donos são de Santa Cruz, começaram vendendo calcinha e sutiã na feira.
14. Quais são as perspectivas da empresa?
Expandir a quantidade de produtos produzidos.
15. De onde vem a matéria-prima da empresa?
Vem do Sul, São Paulo, Rio. Compramos direto de fábrica
16. A empresa exporta sua produção?
Sim, em São Paulo tem um representante que tem um escritório que exporta.
17. Quem é o seu maior comprador?
O representante do Sul.
18. Como é a logística de entrega da produção?
É feita através de transportadoras, dentre elas a Ramos transportadora.
19. Vocês tem algum controle de qualidade da produção?
Sim, temos uma gerente que faz esse controle a olho nu.
20. Existe profissionais especializados como estilistas, designer de moda?
Sim, temos um estilista, modelista e design na empresa.
21. Quais os produtos fabricados e sua demanda mensal?
Em média 85.000 peças
22. Como é tratada a questão ambiental em relação a tintura dos tecidos e o uso de outros produtos químicos?
Não trabalhamos com produtos químicos.
23. Programa de qualificação?
Já citado anteriormente
24. Certificado de qualidade?
Sim, temos uma pessoal responsável que é a gerente de produção.
25. Qual é a relação da empresa com o Sistema S? SESI, SENAI, SESC, SENAC ?
Não tem nenhum convênio direto.
26. A empresa tem facilidade de micro crédito?
Sim, não tem problema para pedir dinheiro emprestado.
27. Qual a condição do maquinário da empresa?
Sempre novo, de última geração.
28. Quanto tempo a empresa tem de existência?

20 anos.

29. Quais os benefícios que a empresa oferece ao funcionário?

Vale-gás, Vale-feira, Desconto em peças na loja, Cartão na farmácia.

No momento não estão oferecendo plano de saúde nem plano odontológico.

30. Quantas lojas a empresa possui?

Uma loja no Moda Center Santa Cruz

O dono da empresa concluiu o curso de administração no ano de 2010 e hoje ao lado de sua esposa, vê seu patrimônio crescer cada vez mais. Ele cuidando da parte burocrática e ela da parte administrativa.

Entrevista realizada em Empresa de Menor Porte

Identificação da empresa:

Ramo de atividade: Confecções

Estrutura e condições de funcionamento:

1. Qual o tamanho do ambiente da empresa?
A empresa tem em média 15 metros quadrados. (mais ou menos o tamanho de um cômodo).
2. A luminosidade é eficaz para a produção?
Sim, para a produção está bem.
3. A empresa tem um bom arejamento?
Sim, também esta bem.
4. Qual o nº de pessoas que trabalham na empresa?
São quatro funcionários.
5. Qual a condição das máquinas e dos outros equipamentos da empresa? e quais são?
Temos máquinas novas e antigas. As máquinas são: overloque, goleira, e reta.
6. Qual a carga horária de trabalho?
São oito horas diárias, de segunda a sexta.
7. Qual o nível de escolaridade dos funcionários? (analfabetos absolutos ou funcionais)
Não são analfabetos.
8. Qual a média de anos de escolaridade dos funcionários da empresa?
Em média estudaram até a 5ª série.
9. Os funcionários (costureiras) têm algum tipo de curso profissionalizante?
Não. Pois só fazem costurar.
10. Em média quanto recebem os funcionários?
Em média R\$ 600,00 reais
11. Eles tem carteira assinada? Ou são informais?
Não, são todos informais.
12. De onde vem a matéria-prima utilizada na produção?
A matéria-prima é comprada em Santa Cruz do Capibaribe
13. Qual é a quantidade comprada mensalmente? E de quanto em quanto tempo?

Em média são comprados 1.800 kg por semana. Onde um quilo custa R\$ 21,00 reais.

14. Qual a produção mensal da empresa?

Em média são produzidas 4.000 peças por mês.

15. Onde a produção é vendida?

A produção é entregue aos compradores que revendem em lojas, e também vende a compradores autônomos.

16. Como é feita a distribuição da produção?

Na maioria das vendas é através de uma transportadora, que recolhe a produção na confecção, os compradores são cadastrados na transportadora e pagam o valor do frete. Não a confecção.

17. Quais são as perspectivas da empresa?

Crescer no mercado, mas a concorrência esta muito grande, o que dificulta o crescimento da empresa.

18. Quem é o seu maior comprador?

Não tem um grande comprador, em média todo mundo compra a mesma quantidade.

19. Como é tratada a questão ambiental em relação a tintura dos tecidos e o uso de outros produtos químicos?

A tintura dos tecidos é feita fora da confecção.

20. Qual o valor de revenda das suas mercadorias?

Produção	Atacado – a partir de 20 peças	Varejo – a partir de 1 peça
Camiseta feminina	R\$ 5,50	R\$ 6,00
Baby Look	R\$ 6,50	R\$ 7,00
Short Cotton	R\$ 6,00	R\$ 6,00

A empresa não trabalha com cartão de crédito, só a vista. A proprietária não tem curso ou especialização na área, a empresa funciona a 6 anos. O prédio é da família e ela não paga aluguel.

Entrevista realizada na Secretaria de Educação do Município de Santa Cruz da Capibaribe

1. Quais as taxas de analfabetismo absoluto e funcional a partir da faixa etária de 15 anos ou mais.

Aqui na nossa cidade não temos analfabetismo absoluto, temos o funcional, onde existem cerca de 50 turmas do programa Brasil alfabetizado, em decorrer do tempo foi caindo para 10 turmas, pois os alunos ficam de 4 a 5 meses e vão pro EJA.

2. Existem classes de alfabetização de Jovens e Adultos?

Sim, temos a EJA em nossa cidade, de 1ª a 4ª série, e de 5ª a 8ª

3. Quantas são as classes de jovens e adultos?

Hoje contamos com cerca de 6 turmas de 1ª a 4ª e 15 turmas de 5ª a 8ª.

4. Qual o número de alunos do programa de jovens e adultos?

De 1ª a 4ª série temos: 200 alunos

De 5ª a 8ª série temos: 169 alunos

5. Como se processa e se realiza a frequência?

A frequência é realizada diariamente na escola, que manda a frequência para a secretaria de educação e também é usado o programa bolsa família para auxiliar na frequência.

6. Existem Cursos Profissionalizantes?

Sim, temos o SENAI

7. Quais são? capacitação/Treinamento, Curso Técnico, Especialização e outros?

Aqui temos os cursos técnicos do SENAI, que são de Design, Vendas e Administração voltados para os alunos do ensino médio e para a necessidade da cidade. Também temos cursos de capacitação e treinamento mas são de vez em quando.

8. Os cursos de capacitação são sistemáticos ou periódicos?

Os cursos de capacitação são periódicos, oferecidos de vez em quando, e os do SENAI, os técnicos são sistemáticos.

9. Quais as áreas trabalhadas nos cursos de capacitação?
Voltadas para o comércio, Design, vendas, administração.
10. Os cursos oferecidos atendem às necessidades da população?
Atende, mas precisava de muito mais.
11. Algum exemplo de cursos que a cidade estaria necessitando?
Acho deveriam haver cursos de especialização, cursos pra operador de máquinas, pois ainda não existe o conhecimento. Atendimento, contabilidade, são cursos importantes que deveriam ser implantados.
12. Os alunos do ensino médio são direcionados para os cursos técnicos?
Sim, mas não atende, pois os cursos são restritos a poucos.
13. Esses cursos são pagos ou gratuitos?
É feita uma seleção e os alunos aprovados pagam uma taxa pequena.
14. Existem cursos técnicos particulares na cidade?
Não, tem que ir para outra cidade, por exemplo Caruaru.
15. O que é o PROFAE?
Programa de formação e Atualização educacional, que é realizado todo mês com os professores do ensino fundamental até a 8ª e com os professores do EJA. São oficinas mensais que abordam diversos temas. Esse programa é oferecido em parceria com a Secretaria de educação e a Prefeitura.

Entrevista realizada na Secretaria de Infraestrutura do Município de Santa Cruz do Capibaribe

1. Abastecimento – existe água encanada para todas as localidades?

Sim, se faltar é nos loteamentos novos que estão surgindo e ainda não tem um sistema de água encanada.pois ainda demora esse procedimento.

2. Existe galeria para saneamento básico ou é utilizado o sistema de fossas?

Existe saneamento básico, embora muito precário, mas existe.

3. Por que precário?

O sistema não flui bem por que a cidade é plana e a tubulação não e é adequada, a maioria dos canos é de 20 mm mas deveria ser de 40 mm.Com isso com as chuvas mais fortes elas estouram, o sistema de escoamento é muito antigo.

4. Qual é a infraestrutura domiciliar?

Existem casa bastante luxuosas em alguns bairros e também casas na beira do rio, que são construções irregulares, dificultando a fiscalização da prefeitura.

5. Existe algum programa de cadastramento desse pessoal?

Sim, foi feito um levantamento com a secretaria e a defesa civil e essas pessoas foram notificadas para comparecerem a secretaria de infraestrutura para que fosse feita uma regularização desse pessoal.

6. As casas são na sua maioria de alvenaria ou existe muitas casas de Taipa?

A maioria são casas de alvenaria, se existir de taipa não são registradas.

7. Essas casas possuem banheiros individuais ? Tem água, luz ?

Sim, todas as casas tem banheiro dentro da casa e todas tem água encanada e energia elétrica.

8. As ruas são na sua maioria calçadas?

Não, Só o centro é calçado e algumas ruas da cidade.

9. Em média, 50% das ruas são calçadas?

Não, apenas 30% são calçadas e 70% não são calçadas, mas esse índice está crescendo, e hoje é grande o número de ruas que estão sendo calçadas.

10. As ruas da cidade são limpas e conservadas? Como é feita a manutenção da cidade?

É feita através de uma empresa terceirizada, a *Via Lim*, que faz a limpeza e o recolhimento do lixo da cidade.

11. Como é tratado o lixo da cidade?

É feita uma coleta pela empresa Via Lim, em dias alternados.

12. Onde o lixo da cidade é colocado? Ele recebe algum tipo de tratamento?

O lixo é levado pra o aterro sanitário, que é tratado por uma equipe que faz manutenção, o qual é localizado depois do Moda Center.

13. Existe coleta seletiva?

Sim, tem um pessoal que faz reciclagem e também tem um programa de orientação, são pessoas independentes que fazem a seleção, e são cadastradas na prefeitura. São uma cooperativa.

Entrevista realizada na ASCAP – Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe

1. Quantos estabelecimentos de indústria e comércio existem hoje em Santa Cruz?

Em média 13.000 empresas

2. Em média quantas são de maior porte, de médio porte e pequeno porte.

A maioria são de pequeno porte, alguns de médio e poucas de grande porte.

3. Qual é em média o n.º de funcionários formais com carteira assinada?

Só os das empresas grandes e médias, em torno de 2.000.

4. E quantos são os trabalhadores em situação informal?

São muitos, muitos mesmo. Em média 8.000 mil.

5. Qual o número de associados da ASCAP?

Apenas 800 estabelecimentos, o que equivale a 10%.

6. A empresa paga mensalidade? De quanto?

Sim, de R\$ 40,00 reais.

7. Vocês incentivam as empresas a se cadastrarem?

Sim, mas elas tem receio de se cadastrar.

8. Atualmente, qual o curso que vocês estão oferecendo?

Curso de desenvolvimento de equipe, que é ministrado pela instrutora do SEBRAE, a Sr^a Áurea Souza. Esse curso é voltado para atender a necessidade das pequenas empresas. A seleção do curso é feita pela ASCAP.

9. Por que esse curso em Santa Cruz?

Para entender a demanda das empresas. São feitos diversos tipos de cursos, tanto na área administrativa, quanto na área de vendas, estoque e de moda.

10. Quem pode fazer esses cursos? Quanto custam?

Trabalhadores em geral, e quem não é trabalhador também pode fazer. Em média custam R\$ 60,00 reais, e tem uma duração de 15 horas. Esse curso é um tipo de uma capacitação.

11. De quanto em quanto tempo é oferecido esses cursos?

Toda semana, a ASCAP procura as empresas e detectam suas necessidades, daí o curso oferecido atende a demanda.

12. Os alunos são de Santa Cruz?

Sim, na maioria. As vezes aparecem alguns de outras cidades como Toritama e Pão de açúcar.

13. Os proprietários também fazem esses cursos?

Não, só foi ministrado um curso para os empresários, que foi o módulo do SEBRAE .

14. Quantos são os sócios da ASCAP?

Em média só 10% das empresas locais são associadas na ASCAP.

15. Por que as empresas não querem se associar na ASCAP?

Porque elas visão apenas produção, e a ASCAP tem como principal função a informação, daí elas sempre colocam dificuldades para se associar.

16. É cobrada alguma taxa ou mensalidade aos associados?

Sim, o valor é de R\$ 40,00 reais.

17. Os funcionários que fazem os cursos são formais ou informais?

Na maioria são informais, mas a ASCAP incentiva a se formalizar, inclusive algumas empresas cadastradas são informais e a ASCAP também incentiva a formalização.

APÊNDICE B - Entrevistas consolidadas

RESUMO CONSOLIDADO DAS ENTREVISTAS

GRUPO DE ENTREVISTADOS

Quadro 2 – Grupo de Entrevistados (Cognominados por Letras por não ter sido autorizada a identificação)

Entrevistados	Nível de Escolaridade	Profissão	Instituição Empresa
A	Superior	Professora	FADIRE
B	Superior	Representante Institucional	ASCAP
C	Superior	Ensino	Secretaria de Educação de Santa Cruz do Capibaribe
D	Cursando nível superior	Aluno	FADIRE
E	Cursando nível superior	Aluno	FADIRE
F	Cursando nível superior	Aluno	FADIRE
G	Cursando nível superior	Aluno	FADIRE
H	Cursando nível superior	Aluno	FADIRE
I	Superior	Liderança local	Secretaria de Infraestrutura de Santa Cruz do Capibaribe
J	Superior	Área de Recursos Humanos	Empresa 1 (maior porte)
K	Médio	Empreendedora	Empresa 2 (pequeno porte)

Entrevistas anexadas a Dissertação

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quadro 3 – Empresas Santa Cruz do Capibaribe

Indicadores (1)	Empresas – Respostas/análise	
	Maior Porte- Empresa 1	Pequeno porte- Empresa 2
N.º de funcionários na empresa	Em média 80 (oitenta) Funcionários	(quatro) funcionários
Nível de escolaridade dos funcionários (analfabetos absolutos ou funcionais)	Desde 2008 é exigido o segundo grau completo. Existe uma funcionária analfabeta, que foi contratada antes da exigência de escolaridade mínima	Não são analfabetos. Em média estudaram até a 5ª série.
Acesso dos funcionários a Curso profissionalizante ou capacitação	Sim, treinamento pela CDL e ASCAP	Não. Pois só fazem costurar.
Condição do maquinário da empresa	Sempre novo, de última geração	Temos máquinas novas e antigas. As máquinas são: overloque, goleira, e reta
Procedência da matéria-prima utilizada na produção	Vem do Sul, São Paulo, Rio. Compra-se direto de fábricas	A matéria-prima é comprada em Santa Cruz do Capibaribe
Produção mensal da empresa	Em média, 85.000 peças	Em média são produzidas 4.000 peças
Destino (vendas/maior comprador/ exportação) da produção	O maior comprador é o representante do Sul, pois em São Paulo tem um representante que exporta	A produção é entregue aos compradores que revendem em lojas, e também vende a compradores autônomos. Não tem um grande comprador.

(continua ...)

Quadro 3 – Empresas Santa Cruz do Capibaribe (Continuação)

Indicadores (1)	Empresas – Respostas/análise	
	Maior Porte- Empresa 1	Pequeno porte- Empresa 2
Perspectivas da empresa	Expandir a quantidade de produtos produzidos	Crescer no mercado, mas a concorrência está muito grande, o que dificulta o crescimento da empresa
Tratamento da questão ambiental em relação a tintura dos tecidos e o uso de outros produtos químicos	Não trabalhamos com produtos químicos.	A tintura dos tecidos é feita fora da confecção
Tempo de existência da empresa.	20 anos.	Empresa funciona a 6 anos.
Atualidade mantêm-se articulada com as empresas.	Não	Não
Empresas têm algum Programa de Gestão da Qualidade.	Não	
Existe certificação da qualidade dos produtos.	Não (è feita a olho nu)	Não

Fonte: Entrevista Local

Quadro 4 – Alunos FADIRE

Indicadores	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4	Aluno 5
Motivo da escolha do curso de Modas	Quer trabalhar com Modas	Já trabalhava com Modas	Já fez um curso na área	Curso que se aproxima com a profissão que pretende assumir	Profissão que escolheu desde criança
Motivo da escolha do local	Curso direcionado para Modas	Cidade próxima da residência - Caruaru.	Cidade próxima da residência	Reside na cidade	Cidade próxima residência - Caruaru
Trabalho atual	Com Modas, mãe dona de confecção	Consultora de Modas	Modelagem	Não trabalha com modas	Não trabalha com modas
Incentivo financeiro para o curso	Não	Não	Não	Não	Não

(Continua...)

Quadro 4 – Alunos FADIRE (Continuação)

Indicadores	Aluno 1	Aluno 2	Aluno 3	Aluno 4	Aluno 5
Trabalho futuro	Confecção própria	Confecção própria	Atuar como designer de Moda	Sinalização interna	Professora
Pretende se fixar em Sta. Cruz do Capibaribe	Não, em Toritama	Sim, e Caruaru	Não, Taquaritinga do Norte	Sim	Não, pretende ir para Recife

Fonte: Entrevista Local

ANEXO A - PARECER CEE/PE N° 171/2006-CEB

INTERESSADA: ESCOLA TÉCNICA SENAI DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE MODA
RELATORA: CONSELHEIRA MARIA BEATRIZ PEREIRA LEITE
PROCESSO Nº 108/2006 *Publicado no DOE de 11/04/2007 pela Portaria
SECTMA nº 035, de 10/04/2007*
PARECER CEE/PE Nº 171/2006-CEB *APROVADO PELO PLENÁRIO EM 12/12/2006*

I – RELATÓRIO:

O diretor regional do SENAI/PE dirige-se a este Conselho através do Ofício nº 87/2006, solicitando autorização de funcionamento do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Design de Moda, Área Profissional da Imagem Pessoal a ser ministrado pela Escola Técnica SENAI de Santa Cruz do Capibaribe, localizada na Rua Maria Paulina da Conceição, 251 – Nova Santa Cruz – Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Foram anexados os seguintes documentos:

1. protocolo de cadastramento do plano de Curso no Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional – CNCT/MEC
2. cópia do Parecer CEE/PE nº 78/2005 de 01/11/2005, através do qual a Escola Técnica SENAI de Santa Cruz do Capibaribe é credenciada e autorizado o Curso Técnico de Vestuário
3. cópia da Portaria SECTMA nº 191 de 30/12/2005 que homologou o parecer acima mencionado
4. plano de curso
5. habilitação do corpo docente.

O processo ora analisado solicitou autorização em 05/06/2006. Em 28/06/2006, foi protocolado sob o nº 33/2006 na SECTMA.

Em 11/09/2006, foi constituída através da Portaria SECTMA nº 173/2006 a comissão de especialistas para a realização da visita de verificação *in loco*, composta de Aline Teresa Santos Burgos, coordenadora, Ana Clara Costa de Lima, especialista e Geni Pereira dos Santos, especialista. A visita foi realizada em 21/09/2006 e o relatório emitido em 09 de outubro de 2006.

II – ANÁLISE:

O SENAI, sempre atento às necessidades do mercado de trabalho assim justifica no seu plano de curso: “A emergência e a evolução do setor de vestuário se dão devido à consolidação da moda como sistema na sociedade contemporânea. O mundo da moda é constituído de vários segmentos ou setores da cadeia produtiva que se complementam, interagem e padronizam valores formando então uma cultura que justifica a expressão “sistema de moda”.

O SENAI apresenta uma proposta que justifica a importância do Curso Técnico de Nível Médio em Design de Moda, para o município de Santa Cruz do Capibaribe e cidades circunvizinhas, sendo registrado como de grande importância para esse setor a criação neste ano do maior Parque de Feira da América Latina, no município de Santa Cruz – Moda Center Santa Cruz.

Como requisito de acesso, verifica-se que o curso se destina a alunos que já concluíram o Ensino Médio e foram aprovados num teste de seleção no qual sejam avaliados conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática.

O curso funcionará no horário da tarde e terá uma carga horária total de 1.160 horas, sendo 960 destinadas à fase escolar e 200 ao estágio supervisionado, devendo acontecer em três módulos no período de 15 meses. O Módulo Básico – 440 horas não possui terminalidade; o Módulo II Específico – 220 horas habilita o aluno à Qualificação Profissional de Estilista, após a conclusão do Módulo Básico, permitindo o ingresso do discente no ambiente empresarial, sendo conferido o certificado competente. O Módulo III Complementar – 300 horas conduz o aluno à habilitação de Técnico de Nível Médio em Design de Moda.

O perfil profissional de conclusão apresenta coerência com a justificativa, com os objetivos, com as competências gerais e específicas do curso, sendo conferido o Diploma de Técnico de Nível em Design de Moda a quem integralizar os três módulos e comprovar a conclusão do Ensino Médio e do Estágio Supervisionado.

O SENAI apresentou procedimentos a serem adotados para o aproveitamento de experiências e conhecimentos, de acordo com a legislação vigente.

A avaliação da aprendizagem será expressa em notas, na escala de zero a 100, sendo cinco a nota mínima para aprovação em cada disciplina, observada a frequência mínima de 75% do total de horas/aula de cada unidade curricular. A recuperação de desempenho insatisfatório será contínua e paralela ao processo ensino/aprendizagem.

O quadro docente, técnico e administrativo apresenta formação adequada ao curso proposto.

Os ambientes de aprendizagem dispõem de salas de aula com espaço físico satisfatório e auditório com capacidade para cem pessoas, ambos climatizados.

O laboratório está equipado com ploter, mesa digitadora, scanner, computadores, mesa de apoio, armários e “araras” nesse espaço, são desenvolvidos projetos de coleção e oferecidos serviços de consultorias para empresas locais, segundo relatório da SECTMA.

A escola oferece ainda um núcleo de informática com nove computadores ligados à internet, além do telecentro com mais oito computadores para a realização de trabalhos e projetos de coleção. Esse laboratório é destinado às práticas de modelagem computadorizada através do Programa “Audaccess.”

A biblioteca apresenta boa iluminação, aeração natural e artificial, com acervo que atende à necessidade do curso, funcionando nos três turnos.

A instituição apresenta plano de capacitação docente

O SENAI de Santa Cruz do Capibaribe atende ao disposto na Lei Federal nº 10.098/2000, referente à acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou mobilidade reduzida.

MATRIZ CURRICULAR

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE MODA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: ESTILISTA

HORA/AULA: 60 MINUTOS

PARECER CEE/PE N° 171/2006-CEB

PROCESSO N° 108/2006

	MÓDULO BÁSICO	MÓDULO ESPECÍFICO	MÓDULO COMPLEMENTAR
--	----------------------	--------------------------	----------------------------

**HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO**

Informática Básica
História da Indumentária
Introdução ao Design de Moda
Tecnologia dos Materiais
Modelagem
Tecnologia de Risco e Corte
Introdução à Tecnologia de Produção
Representação Plana
Desenho de Moda
Desenvolvimento de Coleção
Estudo da Forma e da Cor
Ergonomia Aplicada à Moda
Custos Industriais
Moda e Design
Design de Moda via CAD
Marketing da Moda
Programação Visual da Moda
Planejamento e Produção da Moda
Linguagem do Objeto

Unidade Curricular (ch)	40	80	40	40	100	40	100	40	60	40	20	20	40	60	60	40	40	40	60	
Carga Horária por Módulo	440h							220h					300h							
Estilista	→ 440 + 220 (660)																			
Técnico em Design de Moda	→ 960h																			
Carga Horária por Módulo	1º semestre							2º e parte do 3º semestres												
Estágio Supervisionado								200h (*)												

(*) O estágio supervisionado poderá ocorrer a partir do módulo específico ou após conclusão da fase escolar.

Carga Horária (fase escolar) = 960 horas - Carga Horária (estágio) = 200h - Carga Horária = 1.160 horas

III – VOTO:

Pelo exposto e analisado, somos de parecer favorável à autorização para o funcionamento do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Design de Moda, com saída intermediária de Qualificação Profissional de Estilista, após conclusão do Módulos Básico e II, na Escola Técnica SENAI de Santa Cruz do Capibaribe, localizada na Rua Maria Paulina da Conceição, 251 – Nova Santa Cruz – Santa Cruz do Capibaribe/PE. A presente autorização tem prazo de quatro anos, a contar da data de portaria de autorização no D.O. do Estado.

Dê-se ciência ao interessado e a SECTMA / SEDUC.

IV – CONCLUSÃO DA CÂMARA:

A Câmara de Educação Básica acompanha o Voto da Relatora e encaminha o presente Parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2006.

CREUZA MARIA GOMES ARAGÃO – Presidente

LEOCÁDIA MARIA DA HORA NETA – Vice-Presidente

MARIA BEATRIZ PEREIRA LEITE – Relatora

EDLA DE ARAUJO LIRA SOARES

JOAQUIM TEIXEIRA MARTINS FERREIRA

JOSÉ RICARDO DIAS DINIZ

JOSIAS SILVA DE ALBUQUERQUE

V – DECISÃO DO PLENÁRIO:

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto da Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 12 de dezembro de 2006.

JOSIAS SILVA DE ALBUQUERQUE

Presidente